

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA

CONSELHO EDITORIAL

Cristiano das Neves Bodart- Editor Chefe

Amurabi Oliveira
Antonio D'Agostino Filho
Bianca de Moura Wild
Gleison Maia Lopes
Jainara Gomes de Oliveira
Jesus Marmanillo Pereira
Leandro Leal de Freitas

Marcelo Pinheiro Cigales Micheline Dayse Gomes Batista Nicole Louise Macedo Teles de Pontes Radamés Mesquita Rogério Rafael Balseiro Zin Rafael Dantas Dias Roniel Sampaio Silva Túlio Cunha Rossi

Tupiara Guareshi Ykegaya Vanessa José da Rocha

Editoração: Cristiano das Neves Bodart e Kamille Torres Suporte técnico: Roniel Sampaio Silva

PARECERISTAS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO (v.7, n.2, 2018)

Guilherme Bemerguy Chêne Neto

Alberto Luís Silva
Ana Carla De Oliveira Pinheiro
Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
Bruno Dos Santos Hammes
Camila Craveiro
Camila Ferreira da Silva Lopes
Camila Rodrigues da Silva
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Cristiano das Neves Bodart
Edna Maria Ramos de Castro
Edyr Batista de Oliveira Júnior
Fabio de Medina da Silva Gomes
Felipe Mateus de Almeida
Filipe Antonio Ferreira da Silva
Flávio Contrera

Jainara Gomes de Oliveira
João Roberto Bort Júnior
Joaquim Fialho
Josefa Alexandrina Silva
Josnei Di Carlo
Karolyna Marin Herrera
Leandro Leal de Freitas
Leonardo Souza Silveira
Lorena Lima de Moraes
Marcelo Borel
Marcelo Pinheiro Cigales
Marluci Menezes
Martim Cabeleira de Moraes Jr
Mayra Resende Costa Almeida

Micheline Dayse Gomes Batista
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Rafael Balseiro Zin
Rafael França Gonçalves Dos Santos
Ramon Taniguchi Piretti Brandão
Renata Andrade de Oliveira
Rodrigo De Macedo Lopes
Ronaldo Tadeu de Souza
Rosilene Oliveira Rocha
Rossana Albuquerque
Sandra Cristiana Kleinschmitt
Stephanie Pereira Lima
Suane Felippe Soares
Túlio Cunha Rossi
Vanessa José da Rocha

Periodicidade: quadrimestral **Idioma**: Português

Editor responsável: Cristiano das Neves Bodart

Capa: Toni D'Agostino

Diagramação: Cristiano das Neves Bodart e Kamille Torres

Suporte técnico: Roniel Sampaio da Silva

Site: https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista Facebook: https://www.facebook.com/revistacafecomsociologia/

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância da Comissão Editorial, nem do conselho Científico.

SUMÁRIO

EDITORIAL Conselho Editorial01-02
APRESENTAÇÃO
Cristiano das Neves Bodart04-06
ARTIGOS
Espaço, Sociedade & Segregação: considerações sobre as interações sociais em situações de pobreza Renato Barbosa Fontes
Participação popular, cidadania e clientelismo na "favela da ciclovia", no município de Niterói/RJ: entre práticas e representações Patricia Zürcher e Adilson Cabral
Possibilidades e limites na utilização da História de Vida na pesquisa sociológica Douglas Menezes de Oliveira
Cartas para o Sul: boicotes epistemológicos no capitalismo artista para uma Sociologia do extravio, de Davis para Linn
Ribamar José de Oliveira Junior e Lore Fortes
O ensino de Sociologia: entre o prescrito e o feito Marcelo Sales Galdino e Priscilla Silvestre de Lira Oliveira
RESENHAS
A utilidade da categoria "gênero" em análises históricas Inaê Iabel Barbosa
Hegemonia e estratégia socialista: o manifesto pós-marxista Rodrigo José Fernandes de Barros e Hallysson Jorge de Medeiros Nóbrega
ENTREVISTA
Da construção do corpo aos significados da dor: antropologia do "risco", do silêncio e da palavra: um entrevista com David Le Breton
Entrevistadores: Beatriz Brandão e Janderson Bax Carneiro



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018 ISSN: 2317-0352

Apresentação do volume 7, número 2, da Revista Café com Sociologia

Cristiano das Neves Bodart

Doutor em Sociologia (USP), professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (ICS-Ufal) e docente do Centro de Educação (CEDU-Ufal). Editor Gerente da Revista Café com Sociologia. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

É com grande satisfação que tornamos público o volume 7, número 2, da Revista Café com Sociologia. Periódico que vem mantendo o compromisso de colaborar com a publicização de trabalhos das áreas das Ciências Sociais, especialmente de Sociologia.

Prezando pela qualidade dos trabalhos publicados, estes são selecionandos de forma profissional e ética, sendo considerado, exclusivamente, a qualidade e pertinência dos trabalhos submetidos, não sendo considerando a formação ou a titulação do(s) autor(es). Todos os trabalhos, após passar por análise de pertinência ao escopo da revista e de estrutura normativa, são submetidos à avaliação cegas por pares. Para serem aceitos, precisam ser aprovados por dois avaliadores. Caso um dos avaliadores não aprove o trabalho submetido, o mesmo é encaminhado a um terceiro parecerista.

Fruto do esforço empenhado pelo corpo editorial, pelos autores, avaliadores e leitores, a Revista Café com Sociologia tem recebido um volume considerável de artigos por edições, o que contribui para a qualidade de cada número lançado. A qualidade e a publicidade que a revista vem proporcionando aos trabalhos tem atraído um grande volume de acesso aos textos disponibilizados em seu *site*.

A presente edição traz cinco (5) artigos, duas (2) resenhas e uma (1) entrevista, além desta apresentação.

A capa é um trabalho artístico autoral de Toni D'Agostinho, no qual retrata o entrevistado da edição: David Le Breton.

SEÇÃO ARTIGOS

O primeiro artigo, de autoria de *Renato Barbosa Fontes*, é intitulado *Espaço, Sociedade & Segregação: considerações sobre as interações sociais em situações de pobreza*. Nele o autor debate o fenômeno da segregação socioespacial e seus efeitos, em especial, sua complexa relação entre espaço, Estado, mercado e sociedade para então apresentar considerações em torno dos dilemas e as possibilidades de reversão do quadro identificado, o que se daria, de acordo com o autor, por meio da participação popular. O texto nos leva a refletir sobre as imbricações entre desigualdade socioespaciais e as desigualdades de poder, levando a pensar a importância/papel da intervenção do Estado na produção do espaço, sobretudo urbano.

O segundo trabalho é de *Patricia Zürcher*. Intitulado *Participação popular, cidadania e clientelismo na "favela da ciclovia", no município de Niteroi/RJ: entre práticas e representações,* o artigo traz uma análise da trajetória de uma família pioneira na ocupação da orla da lagoa de Piratininga, em Niterói, RJ, que foi ameaçada de remoção pelo projeto "Bosque lagunar" da prefeitura. A autora buscou compreender as formas singulares de participação popular e cidadania no referido episódio, os quais, estariam entrelaçadas ao clientelismo local. Nesse artigo é destacado a legitimidade da luta pelo direito à moradia que é assegurada pela Constituição Federal de 1988. Assim, os dois primeiros artigos evidenciam o lugar e importância da participação popular como protagonista nas lutas por uma sociedade brasileira mais justa, igualitária e inclusiva.

Douglas Menezes de Oliveira é autor do terceiro artigo, Possibilidades e limites na utilização da História de Vida na pesquisa sociológica. Nele, como o título sugere, são apresentadas algumas das possibilidades de uso do instrumental metodológico da história de vida na pesquisa sociológica. A proposta é contribuir para ampliação do debate teórico em torno do tema. A importância do trabalho está em propor trazer para um primeiro plano as técnicas da História, as quais vêm sendo apropriadas de forma proveitosa pela Sociologia, em especial pela Sociologia Histórica.

O quarto artigo denominado *Cartas para o Sul: boicotes epistemológicos no capitalismo* artista para uma Sociologia do extravio, de Davis para Linn é de autoria de Ribamar José de Oliveira APRESENTAÇÃO DO VOLUME 7, NÚMERO 2, DA REVISTA CAFÉ...| Cristiano das Neves Bodart.

Junior e Lore Fortes. A proposta dos autores é compreender o boicote artístico de Linn como um boicote político e epistemológico, isso por emergir tensão política envolvendo as temáticas gênero e feminismo, questões importantes para o campo das Ciências Sociais. Em tempos de intolerâncias de todas as formas, trabalhos que buscam problematizar os conflitos envolvendo sujeitos e grupos diferentes são urgentes e necessários. Esse artigo é uma importante colaboração para se pensar tais questões.

O último artigo do presente neste número é de autoria de *Marcelo Sales Galdino* e *Priscilla Silvestre de Lira Oliveira*. Trata-se do trabalho intitulado *O ensino de Sociologia: entre o prescrito e o feito*. Nele os autores realizam comparações entre os currículos oficiais da disciplina de Sociologia do Ensino Médio, apresentados pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação de Pernambuco, com currículos reais, ensinados em sala de aula por professores da rede estadual do referido estado. É proposto identificar convergências e divergências entre esses dois currículos. Os autores também constroem seis diferentes proposições tipológicas de professores de Sociologia, o que é feito a partir da análise de algumas de suas aulas ministradas no Ensino Médio. Pensar o ensino de Sociologia após 10 anos de reintrodução como disciplina obrigatória no currículo nacional é de extrema importância para compreendermos as configurações atuais em torno da docência dessa disciplina, assim como pensar caminhos promissores.

SEÇÃO RESENHAS

No presente número, o leitor terá acesso a duas resenhas. A primeira, produzida por *Inaê Iabel Barbosa*, é da obra *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, de* Adelia Miglievich-Ribeiro. A obra foi publucada pela Editora da Universidade Federal do Rio de janeiro, em 2015.

A segunda resenha foi produzida por *Rodrigo José Fernandes de Barros* e *Hallysson Jorge de Medeiros Nóbrega*. Trata-se de uma resenha da obra *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A obra foi publicada pela editora Intermeios, no ano de 2015.

Ambas as resenhas se apresentam, à sua maneira, de forma didática o que aguarda os leitores que se aventurarem a ler os livros resenhados.

SEÇÃO ENTREVISTA

Nesta edição contamos com a entrevista realizada por Beatriz Brandão e Janderson Bax Carneiro ao antropólogo *David Le Breton*. A entrevista é intitulada *Da construção do corpo aos significados da dor: antropologia do "risco", do silêncio e da palavra: uma entrevista com David Le Breton* e traz questões relacionado a vida e aos trabalhos produzidos por David Le Breton. A tradução, do francês para o português, ficou por conta de *Charlotte Valadier*.

Influenciado pela excelente entrevista, *Toni D'Agostinho*, integrante do comitê editorial da Revista Café com Sociologia, nos traz uma caricatura exclusiva do entrevistado, a qual ilustra o texto e a capa deste número.

Esperamos que nossos leitores desfrutem dos conhecimentos presentes nesta edição, o qual envolve temáticas variadas, colaborações importantes para as Ciências Sociais.

Boa leitura!



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018 ISSN: 2317-0352

Espaço, Sociedade & Segregação: considerações sobre as interações sociais em situações de pobreza

SPACE, SOCIETY & SEGREGATION: considerations on social interactions in situations of poverty

Resumo

O artigo busca debater o fenômeno da segregação socioespacial e de seus efeitos, em especial, sua complexa relação entre espaço, Estado, mercado e sociedade. Para tanto, a partir de uma revisão bibliográfica, serão tratados neste texto: (i) uma leitura do espaço urbano como uma arena de ambições e interesses distintos diante de uma disputa de dois paradigmas; (ii) uma discussão da segregação socioespacial a partir de uma análise das posições sociais no espaço, dos bairros pobres como espaço público e os respectivos dilemas na apropriação e nas interações; (iii) por fim, nas considerações, os dilemas e as possibilidades de reversão deste quadro a partir da participação popular.

Palavras chave: segregação, espaço urbano, neoliberalismo, participação popular

Renato Barbosa Fontes

Assistente Social. Mestre e Doutorando pelo Programa Pós-graduação Ciências Sociais da PUC Minas. Professor do Instituto Metodista Izabela Hendrix. E-mail: renatobfontes@gmail.com

Abstract

The article aims to discuss the phenomenon of socio-spatial segregation and its effects, especially its complex relationship between space, state, market and society. To do so, from a bibliographical review, will be treated in this text: (i) a reading of urban space as an arena of ambitions and distinct interests in the face of a dispute of two paradigms; (ii) a discussion of socio-spatial segregation based on an analysis of social positions in space, poor neighborhoods as a public space and the respective dilemmas in appropriation and interactions; (iii) finally, in the considerations, the dilemmas and possibilities of reversion of this picture from the popular participation.

Keywords: segregation, urban space, neoliberalism, popular participation

Introdução

O movimento de industrialização vivenciado a partir do século XIX tem sido destacado pela literatura acadêmica como um dos fenômenos mais importantes da idade moderna, não só porque envolveu o deslocamento de milhões de indivíduos do campo para as cidades e transformou o espaço urbano, mas, também, por ter significado radicais mudanças qualitativas nos modos de vida e na dinâmica econômica, social e cultural.

Este período é caracterizado por traços significativos que produziram alterações na estrutura social, a título de exemplo, uma crescente complexidade na divisão social do trabalho; maior dependência do trabalho assalariado para a garantia da reprodução social e; a mercantilização da terra. Tais fatores influenciaram um reordenamento de posições geográficas e sociais da sociedade em torno das atividades produtivas, refletindo diretamente na forma de distribuição, acesso e apropriação dos bens sociais no território. Estas mudanças afetaram a composição da desigualdade que, no espaço urbano, se materializam, também, espacialmente. Expressões complexas de uma questão social que, notadamente, no pós-guerra, passaram a exigir, sobretudo, do Estado providências aos dilemas postos.

Não é objeto deste texto uma revisão histórica que demonstre detalhadamente o desenvolvimento de um cenário urbano desigual, mas de compreender que a cidade é resultado de inúmeros conflitos e contradições históricas e o período econômico mais recente, caracterizado como neoliberal, continua afetando a produção do espaço urbano com seus diferentes impactos e capacidades de respostas de quem vive nesses espaços.

No que concerne as políticas públicas, sem nos alongar sobre o período de desenvolvimento das políticas de bem-estar social, onde existe uma extensa literatura sobre¹, o quadro mais recente de difusão das reformas neoliberais tem sido caracterizado pelo corte dos gastos em políticas sociais, pelo crescimento do trabalho desprotegido e sem expressão sindical, pelo agravamento das desigualdades sociais, pela desqualificação das políticas de bem-estar, pelo questionamento do caráter publico da política e da privatização de atividades e espaços sob controle do Estado. De maneira geral, estes elementos agravaram a condição de vida nas cidades e tem relação direta com o aprofundamento da segregação socioespacial, em especial, dos setores populares.

ESPAÇO, SOCIEDADE & SEGREGAÇÁO: considerações sobre as interações sociais em ...| Renato Barbosa 8 Fontes

¹ Uma ampla revisão sobre *welfare state*, sua crise e o profundo redimensionamento do papel do Estado pode ser encontrada em Arretche (1995).

As cidades contemporâneas, notoriamente, as metrópoles latinoamericanas, tem sido destacadas pela literatura acadêmica como lugares que produzem um tipo de pobreza particular, urbana, onde se concentram, se sobrepõe e se manifestam diversas expressões da questão social. Partimos do princípio de que os problemas urbanos enfrentados são um todo complexo e multideterminado, contraditório e dinamicamente relacional, reflexo das ingerências econômicas e das correlações de forças políticas do seu tempo e espaço. Para Orueta e outros (2003), trata-se de um fenômeno complexo, multidimensional, inscrito no território, que ora possibilita ora reduz oportunidades de reversão deste quadro. Sua compreensão implica incluir a variável "espacial" nas análises como elemento imprescindível para compreensão das situações de pobreza e vulnerabilidade.

Este artigo se ocupará, de forma mais ampla, de temas e questões que busquem contribuir para compreensão do fenômeno da segregação socioespacial e de seus efeitos, em especial, sua complexa relação entre espaço, Estado, mercado e sociedade. Para tanto, a partir de uma revisão bibliográfica, serão tratados neste texto: (i) uma compreensão do espaço urbano como um cenário resultado de contradições disputado por dois paradigmas: a "a cidade-mercado", caracterizado por uma governança empreendedorista e a "cidade-direito", identificada com a luta dos movimentos sociais urbanos em torno da reforma urbana e do "direito à cidade"; (ii) uma debate sobre a expressão espacial da desigualdade social e as interações sociais como dispositivos de contribuição e enfrentamento aos problemas urbanos; (iii) por fim, nas considerações, as possibilidades e os limites de mobilização da sociedade civil para mudança do atual quadro urbano de desigualdades .

Considerando a bibliografia adotada, não será adotado um recorte espacial específico neste artigo, mas um olhar geral sobre os processos de segregação em metrópoles latinoamericanas num contexto de reformas neoliberais. No entanto, em alguns trechos, serão citados casos particulares a título de ilustração.

O espaço urbano entre o mercado e o direito

No caso das cidades brasileiras, o contexto global de avanço dos ideais neoliberais coincide com o processo de redemocratização, mobilização dos movimentos sociais pela reforma urbana, de regulamentação das políticas urbanas, da participação popular em conselhos e conferências e da conceituação legal da função social da propriedade, os quais, desde então, passam a conformar as leis orgânicas e planos diretores municipais, dentre outras legislações no plano local.

No Brasil, o Estatuto da Cidade, prestes a completar 15 anos de promulgação, ainda é ponto de diversos debates em torno de suas diretrizes e instrumentos, quer pelas possibilidades de reversão do quadro de exclusão territorial em que se encontram as cidades brasileiras, mas, também, por questionamentos em relação à sua efetividade, eficácia da participação popular e da utilização de seus instrumentos para legitimação de políticas engendradas por interesses privados, obstaculizando a promoção do direito à cidade².

Para Lefebvre (1969) a problematização do espaço urbano é uma questão central para a análise da sociedade capitalista. Na perspectiva do autor, pensar o espaço é pensar a sociedade que o produziu, o organiza e dele se apropria, uma vez que o espaço possui uma função estratégica para reprodução social da sociedade e serve, portanto, a uma determinada lógica que, nas últimas décadas, tem sido a lógica do capital. O espaço é, deste modo, um meio e não um fim, sobretudo, meio indispensável para a manutenção de uma hegemonia econômica e, dialeticamente, possibilidade, também, para a resistência e luta contra hegemônica. Orueta e outros (2003) compartilham desta percepção ao tratar o fenômeno da exclusão social no espaço urbano como produto e produtora de uma relação dialética entre espaço e sociedade (sociedade entendido no seu conceito mais amplo, envolvendo os diversos agentes que afetam e são afetados pela cidade).

Assim, o fenômeno da segregação socioespacial conserva relação direta com os mercados de terra e propriedade, bem como é tangenciado pelos caminhos da gestão e do planejamento urbano, por vezes associado a um planejamento despolitizado, orientado a regular e racionalizar a produção do espaço para a imposição de uma ordem concreta, ou seja, não reconhece a cidade como uma arena onde uma diversidade de agentes e de interesses interagem (ORUETA *et al*, 2003). De acordo com Maricato (2013),

as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem frequentemente, de politicas públicas urbanas — transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo e segurança (...) A cidade não é apenas redução da força de trabalho. Ela é um produto, ou em outras palavras, também um grande negocio, especialmente para os capitais que embolsam com sua produção e exploração lucros, juros e rendas. Há

_

Segundo Lefebvre (1969), o direito à cidade pode ser entendido como a promoção do usufruto equitativo do espaço urbano dentro dos princípios da justiça social, o direito de imaginar e realizar a cidade, contínua e concomitantemente. O direito à cidade se manifestaria como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1969).

uma disputa básica, com um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (MARICATO, 2013, p. 66).

É nesta disputa por modelos e projetos que as cidades tornam-se arena de ambições e interesses distintos. Estaríamos diante de uma disputa entre dois paradigmas de gestão urbana: a "cidade-mercado" e a "cidade-direito", com seus diferentes impactos sobre as políticas urbanas e participação da sociedade.

No primeiro paradigma situam-se certos modelos de planejamento estratégico e estratégias de empresariamento urbano. Os conceitos e técnicas oriundos do planejamento estratégico, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas as mesmas condições e desafios que as empresas. Orueta e outros (2003) e Carman (2005) fazem leituras próximas neste contexto, consideram que as cidades passam a se constituir em cenários essenciais de novas atividades econômicas, uma cidade competitiva, com imagem forte e positiva capaz de torna-la uma janela para o mundo globalizado, parcialmente autônoma da economia nacional. Nas palavras de Havery (2006), "(...) parece ter surgido um consenso geral em todo mundo capitalista avançado de que benefícios positivos tem de ser obtidos por cidades que assumam um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico" (HARVEY, 2006, p. 165).

Orueta e outros (2003) ao analisar os projetos de renovação urbana em Buenos Aires, geralmente associados à gentrificação³, descreve projetos de construção de grandes estruturas viárias e centros comercias e a ausência de políticas voltadas para os residentes mais pobres. Carman (2005) é contundente ao afirmar que "(...) este tipo de política pretende impor ao espaço urbano significados ajustados aos seus interesses" (CARMAN, 2005, p. 136).

A mudança de uma gestão administrativa para a visão empreedendorista tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973 (HARVEY, 2006). Segundo o autor, "a desindustrialização, o desemprego disseminado e aparentemente estrutural, a austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local, tudo isso ligado a uma tendência ascendente de neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte à racionalidade do mercado e à privatização" (HARVEY, 2006, p. 166), representam o pano de fundo para entender por que tantos governos urbanos, muitas vezes de crenças políticas diversas e dotados de poderes legais e políticos muito diferentes, adotaram todos uma direção muito parecida.

ESPAÇO, SOCIEDADE & SEGREGAÇÃO: considerações sobre as interações sociais em ...| Renato Barbosa 11 Fontes

Leite (2002) define gentrificação para designar "intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados centralidades e os que transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado" (LEITE, 2002, p. 118).

Deste modo, a política urbana transitaria entre as relações de mercado, na qual o poder de coerção econômico tem forte papel no tipo e modo de implementação das ações do poder público. Nessa concepção, o Executivo tem um papel fundamental quanto à regulação das condições de produção do espaço e a participação da sociedade civil estaria fundada no reconhecimento dos agentes como clientes, consumidores e portadores de interesses privados, impedindo a conformação de uma esfera pública (CARMAN, 2005).

O segundo paradigma, "cidade-direito", afirma o papel central do poder público em diálogo aberto com a sociedade civil na gestão urbana e o seu compromisso com o enfrentamento dos processos de exclusão decorrentes da prevalência dos interesses privados na lógica de gestão do uso e ocupação do solo urbano. Parte-se do pressuposto que a cidade é produzida por uma multiplicidade de agentes que devem ter sua ação coordenada a partir de um pacto socioterritorial, de diversas leituras, que corresponda ao interesse público da cidade. No caso da legislação urbana brasileira, O Estatuto da Cidade, seu objetivo, expresso nas diretrizes, é garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana por meio de uma gestão democrática participativa (BRASIL. 2001).

Segregação socioespacial e os bairros: condições objetivas e percepções subjetivas

Preliminarmente, é possível dizer que a segregação socioespacial está intimamente ligada à acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente, com forte relação com os processos de segmentação socioterritorial em curso, que separam, por um lado, as classes e grupos sociais em espaço de riqueza e acúmulo e, por outro, espaços de concentração da população vivendo processos concomitantes de exclusão social (RIBEIRO, 2007).

Ribeiro (2008) alerta que um dos principais impasses à superação dos efeitos da segregação está na possibilidade de alcançar ganhos nas interações no interior da sociedade. Todavia, a proximidade territorial não implicaria, necessariamente, a interação entre grupos de posições sociais distintas, ainda que aproximados pelo espaço geográfico.

A compreensão da posição social do individuo no espaço é discutida por Sorokin (1980) através da relação entre espaço e mobilidade social, sendo que sua análise deverá valer-se a partir de um "ponto de referência", isto é, da posição do indivíduo ou grupo no espaço e de sua relação com outro(s) indivíduo(s) e grupo(s). A posição social de cada um seria produto da totalidade de suas relações para com todos os grupos da população e, dentro de cada grupo, para com seus membros. ESPAÇO, SOCIEDADE & SEGREGAÇÃO: considerações sobre as interações sociais em ...| Renato Barbosa 12 Fontes

Aspectos como a nacionalidade, status econômico, religião, ocupação, raça, etnia, lugar onde mora, dentre outros, compõe um sistema de coordenadas que permitem localizar a posição do indivíduo no universo social. Assim, quanto maior for a semelhança das posições desses diferentes indivíduos nestes aspectos, maior será a sua proximidade no espaço social e, por sua vez, quanto maior forem suas diferenças, maior será a distancia entre eles.

Saravi (2004) e Orueta e outros (2003) demonstram compartilhar das leituras de Bourdieu (1997), pois compreendem a estrutura social atravessada por oposições sociais, isto é, os lugares e os benefícios que os espaços proporcionam são resultados de disputas de indivíduos e grupos de diferentes campos que são inscritas no espaço. Nas palavras deste autor, "não há espaço, em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que exprima hierarquias sociais sob uma forma dissimulada pelo efeito da naturalização" (BOURDIEU, 1997, p. 160). Esta hierarquia materializa-se na distribuição dos bens e dos serviços públicos ou privados no espaço e na capacidade de acesso das pessoas a este. Mas é no processo de naturalização destas clivagens e da produção de estigmas onde se encontram as características mais perversas da segregação.

Na conjuntura da América Latina, autores como Saravi (2004), Sabatine, Cárceres e Cerda (2004) reforçam que as características das reformas neoliberais e a fragilidade das políticas para os setores populares são aspectos contextuais que agravaram a segregação incorporando um teor de "malignidade", isto é, regiões com insuficiente infraestrutura e baixo acesso aos serviços urbanos somaram-se a outras graves expressões da desigualdade social⁴. Katzman (2007) descreve o crescimento de regiões isoladas formadas por famílias de trabalhadores desempregados e subempregados, a maioria dos quais foi "expulsa" de suas moradias por não poder arcar com os alugueis ou não poder alugar um imóvel por falta de garantias que, sem alternativas concretas, procuram uma solução para a sua vulnerabilidade trabalhista através da ocupação ilegal de um lugar. A expansão do trabalho informal, clandestino e do auto-provisionamento tendem a reforçar as estruturas contemporâneas da desigualdade em territórios isolados e circunscritos.

Apesar disso, Saravi (2004) enfatiza que o problema da pobreza não relaciona-se apenas a carência de recursos, mas, também, a capacidade dos lugares e de seus membros de enfrentar as situações de pobreza e alcançar uma plena integração social. Assim, o bairro ou a região onde residem os indivíduos tornam-se um importante elemento desta discussão, como espaço de relação

ESPAÇO, SOCIEDADE & SEGREGAÇÃO: considerações sobre as interações sociais em ...| Renato Barbosa 13 Fontes

Os autores observam, respectivamente, no estudo de caso bairros de Buenos Aires e de três cidades chilenas com alta concentração de pobreza, uma correlação entre segregação residencial e a alta taxa de indicadores de problemas sociais, tais como o atraso escolar, ociosidade infantil, consumo de drogas e a gravidez na adolescência (SARAVI, 2004); (SABATINE, CÁRCERES E CERDA, 2004).

e interação social. O autor associa o bairro à noção de espaço público local, como "o primeiro encontro público ao abrir a porta do privado" (SARAVI, 2004, p. 172). Este espaço público representaria o lócus onde acontecem os encontros, interações e relações sociais locais; no entanto, as características que assumem estas práticas sociais estão definidas por características da vida pública e delas dependem, isto é, por um lado, a esquina, a praça, a porta da escola são espaços públicos onde o bairro se manifesta; de outro lado, o clima de segurança ou insegurança, violência ou amizade, reconhecimento mutuo ou indiferença que predomina modelará as características das interações e relações que se constroem nos espaços públicos locais.

Para Leite (2002), o espaço urbano somente se constitui em um espaço público

[...] quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações, isto é, quando estas ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações (...). (LEITE, 2002, p. 116).

Saravi (2004) sugere que o espaço público do bairro constitui uma ligação que associa a dimensão subjetiva e a dimensão cultural da segregação. Nas palavras do autor, "o bairro é a esfera de transito entre o publico e o privado, espaço mediado pela privatização do público em que os indivíduos reconstroem a seu modo uma parte do mundo exterior" (SARAVI, 2004, p. 46).

É no espaço público do bairro, onde a dimensão subjetiva da segregação e a cultura urbana surgem como resultado de experiências e de percepção de exclusão. Os moradores estabelecem neste espaço publico privatizado um conjunto de normas, valores, praticas e comportamentos que os permite enfrentar ou fugir da exclusão que a cidade e o bairro oferecem.

Andrade, Jayme e Almeida (2009) apontam, através de uma pesquisa empírica em praças públicas de Belo Horizonte, que as formas de usufruir e interagir nos espaços públicos sofreram significativas alterações, em grande parte, por uma percepção generalizada de insegurança. Os estratos mais altos optaram pela vigilância constante dos espaços públicos próximos às suas residências, já os grupos de menor poder aquisitivo continuam frequentando os espaços públicos tradicionais, como as das áreas centrais, e os espaços próximos às suas residências, em geral mal cuidados pelo poder público e abandonados até mesmo pela polícia. Para as autoras, as praças estudadas mostraram-se bastante frequentadas, mas a convivência se dá cada vez mais entre iguais e a segregação socioespacial que se observa na cidade é reproduzida nos espaços públicos. Nas palavras das autoras, "(...) não há uma recusa à praça, mas uma recusa em interagir com as diferenças. Dessa forma, uma das qualidades dos espaços públicos, a possibilidade de encontro com o diferente, vem

sendo evitada pelos novos usuários dos espaços públicos" (ANDRADE; JAYME; OLIVEIRA, 2009, p. 149).

Ribeiro apud Katzman (2003), também através de uma pesquisa empírica, mas no Uruguai, demonstra que os bairros onde prevalecem uma estrutura social heterogênea oferecem mais oportunidades e recursos para seus moradores para enfrentar os problemas urbanos, pois permite o estabelecimento de contatos sociais e políticos, fundamentais para oportunidades de mobilidade social. Assim,

[...] o chamado "efeito de vizinhança" decorreria do fato das imagens e crenças promotoras de atitudes favoráveis à integração social serem forjadas não apenas no interior da família, por sua capacidade de regulação e de socialização, mas também no meio social imediato do qual faz parte o bairro. Em razão dos processos de fragilização da família, o entorno passaria a ter papel primordial. Nesse sentido, a segregação residencial, a debilitação dos espaços públicos de qualidade e a conseqüente diminuição das ocasiões de interações entre as pessoas de origens sociais distintas reduziriam as probabilidades dos mais pobres incorporarem essas crenças, atingindo mais fortemente as crianças e os jovens (RIBEIRO, 2003, p. 16).

Sabatine, Cárceres e Cerda (2004) chamam a atenção para a percepção negativa que a segregação pode acarretar aos moradores. Esta, em larga escala, estimula sentimentos de exclusão, desenraizamento e demérito territorial, fragilizam a coesão social (e possíveis ganhos advindos de laços comunitários fortes) e agravam as condições, por vezes, já precárias.

Wacquant (2006) não considera o estigma territorial como qualquer ou "mais uma" forma de pobreza, pelo contrário, o que lhe concede mais gravidade é o fato do distanciamento territorial ser desenvolvido num contexto de decomposição de classe, uma "marginalidade avançada" e uma "mácula localizada" agravada pela "perda de um quadro humanizado, culturalmente, familiar e socialmente peneirado com a qual as famílias marginalizadas se identifiquem, perda de capital social" (WACQUANT, 2006, p. 30). Não se trata apenas dos diferenciais de renda e de condições de trabalho, mas também por uma redução de espaços de interação e, finalmente, de oportunidades para encontrar-se "cara a cara" com indivíduos de outros níveis sociais, questões caras quando se trata de mobilidade social.

Katzman (2007) argumenta que a segregação produz tipos de bairros pobres urbanos distintos⁵, cada um como suas possibilidades e limites de oportunidades de mobilidade social, mas

ESPAÇO, SOCIEDADE & SEGREGAÇÃO: considerações sobre as interações sociais em ...| Renato Barbosa 15 Fontes

Katzman (2007) num estudo sobre a dimensão espacial da pobreza urbana apresenta quatro tipologias: a) comunidades formadas primariamente por migrantes internos que chegam à cidade; b) bairros operários tradicionais; c) comunidades populares urbanas e; d) guetos urbanos.

são os "guetos urbanos" aquela que mais se aproxima da discrição de Wacquant (2006). Os guetos associam-se a condições socioeconômicas que não favorecem nem a mobilidade individual e nem tampouco a mobilidade coletiva de pobres urbanos. Tanto a proporção de pobres em relação ao total, quanto a homogeneidade nos perfis das moradias é maior que em outros bairros pobres. Tais informações significam que, no entorno social imediato a cada uma das moradias, não se encontra a presença de papéis típicos dos principais círculos sociais, reduzindo-se consequentemente as oportunidades de exposição e aprendizagem dos tipos de hábitos, atitudes e expectativas que são necessárias para se comportar de modo adequado nesses circuitos sociais.

O que Wacquant (2006) e Katzman (2007) tratam das consequências negativas da fragilidade dos laços sociais e das barreiras territorias encontra na figura do "precariado" sua descrição categórica. O precariado, diferentemente do proletariado não se constitui como classe, pois está na periferia deste processo, "(...)não forja uma subjetividade crítica a partir de suas condições objetivas (...)", "(...) é uma espécie de grupo do impossível cuja gestação está necessariamente inacabada" (WACQUANT, 2006, p. 35).

Isto posto, com tantas privações e características particulares que relativizam qualquer analise unilateral. A capacidade dos lugares e de seus membros de enfrentar as situações de pobreza e alcançar uma plena integração social são distintas. Cada território apresenta benefícios distintos, no formato de equipamentos públicos e urbanos, que são acessados de maneira distinta por diferentes indivíduos e grupos, bem como uma capacidade de mobilização mais frágil ou mais forte.

Considerações: dos dilemas e possibilidades da segregação e da participação

Neste momento do texto é importante questionar diante da problemática levantada: que tipos de ações do Estado e da sociedade civil são possíveis para enfrentamento? Que oportunidades estruturais para a mobilidade social existem nestes espaços? Existem recursos coletivos nas comunidades para processar e articular as demandas dos moradores? Os bairros pobres isolados estariam com seu destino decretado? Ainda que se pese a dificuldade de responder perguntas tão generalistas, cabe ressaltar, conforme problematiza Orueta e outros (2003), que para entender os processos de exclusão, é fundamental saber como os diferentes habitantes dos bairros participam nas agendas políticas que acompanham os processos das políticas urbanas.

Kowarick (2000) vai de encontro à percepção de Orueta e outros (2003), Saravi (2004) e Ribeiro (2003) levantadas até aqui ao assinalar que a segregação urbana não decorre só do processo ESPAÇO, SOCIEDADE & SEGREGAÇÃO: considerações sobre as interações sociais em ...| Renato Barbosa 16 Fontes

dos aspectos de industrialização e reformistas neoliberais aqui já citados, mas também da capacidade maior ou menor de organização de lutas e reivindicações em relação ao acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo. Dessa forma, um dos pontos centrais da dinâmica da segregação urbana reside na capacidade de vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado os elementos básicos de sobrevivência nas cidades.

Segundo Kowarick (2000), existe um "momento de fusão" (grifo nosso) em que um confronto que ocorre no mundo do trabalho se alimenta de múltiplas situações de carência e exclusão centradas nos bairros, onde vivem e reivindicam as populações pauperizadas que lutam pelas melhorias urbanas. O autor entende que

as organizações de bairro não foram mera escola de conflitos que serviu para acionar as lutas operário-sindicais (...). Além de alimentarem (...) as lutas operárias, as aglutinações propriamente urbanas tiveram impacto social e político não desprezível, como atestam as inúmeras reivindicações em torno das melhorias por transporte, água, esgoto, creches e outros bens básicos para a vida nas cidades. (KOWARICK, 2000, p. 37).

No entanto, Kowarick (2000) faz uma ressalva e concorda com Wacquant (2006) e Katzman (2007) sobre os limites da participação da ação coletiva de grupos em situação de extrema pobreza como os guetos urbanos ou aqueles estigmatizados. As próprias formas associativas que por ocasião podem surgir localmente precisam ainda conquistar um reconhecimento oficial na cena política para poderem aspirar a exercer uma pressão pontual e intermitente.

Wacquant (2006) destaca que só um grande trabalho especificamente "político de agregação e de representação (no triplo sentido cognitivo, iconográfico, e dramatúrgico) pode aspirar a elevar este conglomerado ao patamar da existência e, logo, de ação coletiva" (WACQUANT, 2006, p. 35). Ao passo que Kowarick (2000) parece menos pessimista, pois crê em processos incipientes, ainda que a partir de um processo de lenta identificação de problemas que afetam o cotidiano das pessoas, podem gerar reivindicações, construindo agrupamentos e, sobretudo, despertando uma "consciência de insubordinação" que passa a um elo para reivindicações de moradores de regiões segregadas. Katzman (2007) analisando políticas públicas, acredita que a sustentabilidade dos avanços na superação da pobreza urbana só é possível se, paralelamente, fortalecerem os vínculos entre os mais pobres e o resto da população e ocorrem programas articulados entre si que respondam uma lógica geral, onde a superação da pobreza esteja subsidiada aos processos da construção da cidadania e não ao contrário.

Portanto, ao fim deste debate, é possível dizer que a segregação se apresenta como complexa expressão da questão social e sua análise exige estar atento às relações de poder inscritas no espaço e as oportunidades de enfrentamento. Mais do que a separação entre, de um lado, ricos proprietários dos meios de produção, detentores dos dinheiros e, de outro, vendedores da força de trabalho, o debate posto contribui para um entendimento das oposições ou classes sociais não apenas por renda, mas como os capitais (social, cultural, econômico e político) são reproduzidos pelo espaço e favorecem ou desfavorecem certos grupos. Dessa forma, o tema em tela demanda um olhar investigativo para a cidade para além das condições objetivas, como um conjunto de mecanismos do mercado, mas como um produto estrutural em sua totalidade e, ao mesmo, resultado dos desafios das contradições entre classes.

Vários desafios apresentam-se nas análises sobre a segregação socioespacial e a gestão das políticas urbanas, entre os quais pode-se destacar as perspectivas de participação popular, através de instrumentos que busquem maximizar o interesse público da sociedade, em contraponto a uma concepção privatista vinculada a legitimação da produção capitalista na cidade. Cabe avançar nas análises sobre a relação entre a forma como as políticas urbanas e seus instrumentos vem sendo aplicados e a crescente adoção da chamada governança empreendedorista, sem desconsiderar o quadro institucional, as características estruturais da localidade, as interações sociais e o território, bem como o legado de políticas prévias e os impactos deste processo sobre as cidades.

Referências

ANDRADE, Luciana T.; JAYME, Juliana G.; ALMEIDA, Rachel C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. In: *Cadernos Metrópoles*, nº 21, 1/2009, pp. 131-153

ARRETCHE, Marta T.S. (1995). Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *BIB*, nº 39, pp.3-40

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P (coord). *A miséria do mundo*. Vozes, 1997.

BRASIL. *Lei 10.257*, *de 10 de julho de 2005*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

KATZMAN, Ruben. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007. pp. 301-339.

KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora Trinta e Quatro, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Centauro, 1969.

LEITE, Rogerio P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares de Manguetown. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49, junho de 2002, pp. 115-172.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. (org). *Cidades rebeldes:* passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil. Boitempo, 2013. pp. 32-46.

ORUETA, Fernanto *at al.*Ciudad, território y exclusión social. Las politicas de recualificación urbana em la ciudad de Buenos Aires. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Nº 104, out/2003, pp. 159-189.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Metrópoles, reforma urbana e desenvolvimento nacional. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007. p. 21-50, v. 1.

RIBEIRO, L.C.Q. Proximidade Territorial e distancia social: reflexões sobre o efeito lugar a partir de um enclave urbano. A cruzada de São Sebastião no Rio de Janeiro. In: *Revista VeraCidade*. Ano 3, nº 3, maio de 2008, pp. 1 -21.

SABATINE, Francisco; CARCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três ultimas décadas e possíveis cursos de ação. *Espaços e Debates*, v. 24, n.45, jan/jul, 2004.

SARAVI, Gonzalo A. Segregacion urbana y espacio público: los jóvenes em enclaves de pobreza estructural". In: *Revista de La Cepal*, vol. 83, ago/2004, pp. 33-48.

WACQUANT, Loic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, nº16, 2006, pp. 27-39.

Recebido em: 28 de maio de 2018 Aceito em: 28 de agosto de 2018



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018

ISSN: 2317-0352

Participação popular, cidadania e clientelismo na "favela da ciclovia", no município de Niteroi/RJ: entre práticas e representações

Popular participation, citizenship and clientelism in the "favela da ciclovia", in the municipality of Niteroi, RJ - between practices and representations.

Patricia Zürcher

Doutoranda em Política Social UFF/Université de Nice Sophia Antipolis. Bolsista CAPES. Mestra em Educação/ UFF. Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais/ UFF. Técnica em Assuntos Educacionais/UFRJ. Niterói, RJ, Brasil. E-mail: patriciazurcher@hotmail.com.

Adilson Cabral

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Curso de Comunicação Social e nos Programas de Pósgraduação em Mídia e Cotidiano e de Estudos Pósgraduados em Política Social. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Mestre Doutor e Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: acabral@comunicacao.pro.br

Resumo

O presente trabalho se origina no bojo de uma investigação mais ampla acerca dos limites e possibilidades de protagonismo participativo das populações em situação de precariedade habitacional, na condução das ações destinadas a atendê-las. A partir da observação da trajetória de uma família pioneira na ocupação da orla da lagoa de Piratininga, em Niterói, RJ, - ameaçada de remoção pelo projeto "Bosque lagunar" da prefeitura municipal — procura-se compreender as formas singulares de participação popular e cidadania, entrelaçadas com o renitente clientelismo, que se expressam na localidade. Através da análise das práticas e representações dos sujeitos em suas lutas cotidianas, propõe-se o reconhecimento de suas táticas e estratégias enquanto expressões legítimas de participação, no sentido de conquistar o direito à moradia, cujo acesso, mesmo que universalmente proposto na Constituição Federal, ainda assim não está garantido.

Palavras-chave: Moradia. Participação. Cidadania. Representações.

Abstract

The present work originates from a broader investigation about the limits and possibilities of participative protagonism of the populations in situation of precarious housing, in the conduct of the actions destined to attend them. From the observation of the path of a pioneer family in the occupation of the edge of the Piratininga lagoon, in Niterói, RJ, - threatened with removal by the project "Lagoon Grove" of the city hall - seeks to understand the singular forms of popular participation and citizenship , intertwined with the relentless clientelism, that express themselves in the locality. Through the analysis of the practices and representations of the subjects in their daily struggles, it is proposed the recognition of their tactics and strategies as legitimate expressions of participation, in the sense of conquering the right to housing, whose access, even if universally proposed in the Federal Constitution, it is still not guaranteed.

Key words: Housing. Participation. Citizenship. Representations.

Introdução

Os questionamentos que ensejaram a pesquisa cujo desdobramento deu origem ao presente trabalho são provenientes de duas situações bastante distantes no tempo, nem tanto no espaço, mas relativas a uma mesma questão: o direito à moradia. A primeira se refere à participação num grande

projeto de regularização fundiária realizado em Niterói, no início da década de 1990, pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais Urbanos da UFF – NEPHU – em convênio com a Secretaria de Estado para Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, que previa a titulação de 6.580 famílias numa área de 1.685.000 metros quadrados, na região de Pendotiba¹. A segunda se desenha a partir da apresentação de um projeto para debate com os ocupantes da orla da Lagoa de Piratininga (localidade conhecida como "favela da ciclovia") no mesmo município, por parte da associação de moradores, que prevê a implantação de um "bosque lagunar, com a remoção de 460 famílias".²

Da experiência no Projeto Pendotiba provêm o questionamento acerca dos limites e possibilidades da regularização fundiária, no sentido de atender às demandas efetivas das populações potencialmente beneficiárias da ação. Da apresentação do Projeto Bosque Lagunar surge a preocupação com o reconhecimento da heterogeneidade da população ocupante da localidade, e as consequentes dificuldades de encaminhamento de uma ação organizada no sentido de garantir a permanência e/ou a realocação satisfatória das famílias atingidas. Da conjugação dessas duas constatações se delineia o projeto da pesquisa em curso, da qual o presente trabalho representa um recorte específico. No bojo de uma investigação mais ampla acerca dos limites e possibilidades de protagonismo participativo das populações potencialmente beneficiárias, procura-se, nesse momento, explorar as formas concretas de luta e resistência já manifestas no contexto observado, reconhecendo as práticas e representações das populações em situação de precariedade habitacional. Com esse movimento procura-se avançar nas possibilidades de atendimento adequado às demandas efetivas dessas populações, tanto por parte dos movimentos sociais de luta pela moradia, quanto por parte dos poderes públicos envolvidos na questão.

Nesse sentido procura-se, primeiramente, resgatar dos momentos iniciais de expansão da ocupação em tela, os elementos que se prestem a contribuir para decifrar a complexidade desse contexto observado e da mencionada heterogeneidade. Tais fatores que se inscrevem de maneira bastante importante no teor da participação dos diferentes atores ali envolvidos e na condução de suas respectivas demandas.

Num segundo momento apresenta-se a trajetória da família Miranda, uma das pioneiras e mais extensas da ocupação, ressaltando-se as estratégias colocadas em prática pela matriarca, percebendo-as no interior de um jogo complexo, onde saberes e práticas se mesclam e se alternam, na busca dos melhores caminhos para as realizações de seus projetos habitacionais.

Por fim destaca-se como se orientam tais estratégias, a partir da consideração de sua inserção específica nas dinâmicas de um processo social concreto, onde uma família se movimenta ativamente na garantia de seu direito à moradia. Nesse sentido, propõe-se o reconhecimento dos determinantes

Tais dados numéricos foram retirados no "Relatório de visitas a órgãos públicos e entidades da SEAF/RJ." Em trabalho apresentado pela equipe de coordenação do Projeto no XVII ENANPUR, consta que era prevista a titulação de 5.000 famílias. A divergência de dados não tem, no entanto, nenhuma implicação significativa para os fins deste artigo.

² PREFEITURA DE NITERÓI. *Memorial Descritivo Bosque Lagunar*. Mimeo. O documento foi disponibilizado para os presentes na reunião organizada pela Associação no ano de 2011, mas não tem data de produção. Foi apresentado à doutoranda – na época moradora da localidade – por ocupantes preocupados com a possibilidade da remoção.

de suas estratégias e seus respectivos desdobramentos, como formas específicas de exercício da participação e da cidadania. Destaca-se que tais formas, mesmo constituídas fora dos padrões usualmente reconhecidos de luta e resistência, vem garantindo efetivamente àqueles ocupantes, o direito de ali morar e permanecer.

1. Favela da ciclovia – origens e desdobramentos.

No início dos anos 1990 o movimento S.O.S. Lagoa, em defesa da Lagoa de Piratininga, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, experimentou um momento de especial efervescência, em função das discussões que se travavam a respeito do projeto de construção de uma ciclovia no entorno da Lagoa. Em linhas gerais, o grupo criticava o fato do projeto prever o aterramento da parte da orla da Lagoa que viria a ser transformada em ciclovia. A despeito de toda essa movimentação, durante o ano de 1992, a prefeitura investiu pesado na construção da ciclovia, sem, no entanto, ter chegado a concluí-la. Na parte "terminada" surgiu uma favela, cujos moradores respeitaram os limites impostos pela "ciclovia" e não invadiram, nem "permitiram" mais, a invasão do espelho d'água; na parte "abandonada" observou-se posteriormente a retomada das invasões ao espelho d'água da Lagoa, dessa vez promovidas por residências de luxo.

No processo da construção da ciclovia, que previa o aterramento da faixa marginal da orla da Lagoa, o nível dos "caminhos" (não eram bem ruas) transversais e da primeira paralela à futura via, ia sendo elevado - o que justificava a doação, por parte da prefeitura, de caminhões de aterro aos moradores dessas "ruas", para que pudessem também elevar o nível de seus terrenos e prevenir problemas futuros com enchentes e alagamentos. Nesse processo de aterramento em "efeito dominó" (aterrava-se a orla da Lagoa e por isso era preciso aterrar também o seu entorno) surgiram terrenos que antes não existiam³, e criou-se uma situação em que a grilagem de terras passou a ser visualizada, por alguns ocupantes da localidade na ocasião, como possibilidade de melhoria de vida, pela perspectiva de poderem construir nesses terrenos e passar a viver do aluguel das casas.

Nesse contexto se encaixa a família Miranda⁴, oriunda de Natividade, cuja matriarca, D. Dalva Carvalho Miranda - mais conhecida como Vó Dalva – desempenhou papel de inegável importância no processo de crescimento da favela. Nas interações cotidianas com os funcionários das obras, Vó Dalva ia sempre conseguindo mais um caminhão de aterro, mais uma passada de retroescavadeira, e arrumando mais um terreninho, para mais um de seus filhos. Através de suas táticas e estratégias, aparentemente desprovidas de significado "político", na medida em que se dirigiriam unicamente a seu grupo familiar, Vó Dalva constrói, no entanto, sólida posição de influência na localidade, extensiva ainda a seus descendentes. Ao "término" (que, na verdade, foi um abandono) da obra da ciclovia, a

³ Na verdade, foi localizada posteriormente, uma planta de um loteamento ali previsto, embargado provavelmente por invadir a Lagoa. Os terrenos que foram surgindo com o aterramento da ciclovia eram identificados então com *pedaços* daqueles lotes. Dessa planta saíam as referências usadas por algumas famílias que se empenharam na legalização de seus terrenos através de usucapião.

⁴ Em virtude de constrangimentos ocorridos no decorrer do trabalho de campo, optou-se pela utilização de nomes fictícios, bem como dos locais de origem das famílias mencionadas.

família Miranda já possuía "muitas" casas⁵ na localidade e D. Dalva já havia "conseguido trazer" seus 17 filhos para Niterói.

Trajetórias e estratégias dos sujeitos num cotidiano de lutas.

Nenhum dos integrantes remanescentes da família Miranda se interessa pelo comparecimento às assembleias da Associação de Moradores, muito menos às Audiências Públicas de discussão do Plano Diretor Municipal (PDM). No entanto, uma observação mais cuidadosa revelou um alto grau de influência e uma posição de destaque no "cenário geopolítico" da localidade, ocupada pela família Miranda. D. Dalva Miranda é uma das personagens mais intrigantes da ocupação da ciclovia, e sua trajetória e de seus filhos marcam o contexto local. Porém, pelo fato de ser, ela mesma, D. Dalva, uma espécie de "especuladora imobiliária", na medida em que seu pioneirismo na ocupação redundou na "propriedade" de vários imóveis (alguns, inclusive, posteriormente alugados), a possibilidade de envolvimento da família Miranda num movimento organizado de luta pela regularização fundiária, que resguardaria, por sua vez, os direitos dos moradores, se desenha de maneira muito remota. Curiosamente, no entanto, não se visualiza entre os ocupantes da localidade, nenhum indício de contestação com relação às ações de seu grupo familiar.

Se por um lado, as estratégias de D. Dalva, baseadas no convencimento acerca das necessidades dela mesma e de sua família, e por se pautarem na obtenção de ganhos materiais dirigidos ao seu próprio grupo, poderiam indicar a preponderância de relações personalizadas e despolitizadas, na luta por moradia - marcadas pelo prisma dos favores, em detrimento da busca por direitos; por outro lado, o que se observa efetivamente, é a constituição de uma posição de liderança por parte dos Miranda na localidade, geralmente dissociada de práticas desse tipo. Para avançar na compreensão dos mecanismos pelos quais, ações aparentemente despolitizadas e individualistas, redundam numa posição de liderança no interior da comunidade, encontra-se em Vilas Boas e Tarragoni (2015) uma reflexão bastante produtiva, acerca da "categoria política da necessidade".

Um primeiro ponto a ser relativizado, e que as análises desses autores permitem compreender, é a oposição usualmente aceita sem questionamentos, entre a busca pelo atendimento de interesses individuais e a luta por direitos, associada por sua vez, ao bem-estar coletivo. A partir da observação de reuniões das Conferências Municipais de Mulheres em Recife, Vilas Boas pode concluir que

a personalização das reivindicações e das relações, não é contraditória com a busca de objetivos coletivos. Bem ao contrário, a ajuda pontual fornecida aos habitantes é percebida, pelo conjunto dos participantes, como um dos aspectos de sua missão que é defender a causa das mulheres, e mais amplamente, dos "direitos" juridicamente reconhecidos, mas aos quais o acesso permanece precário. Sob essa perspectiva, a evocação de situações individuais não se relaciona unicamente a uma cultura política clientelista, mas sobretudo a uma relação com o político onde a noção de "necessidade" ocupa um papel central e

⁵É a própria Vó Dalva que faz questão de não precisar a quantidade de casas que possuía, se questionada sobre o porquê de continuar pobre mesmo tendo sido "proprietária" de "tantos imóveis" na favela. Limita-se a dizer que "muitos ali dentro pegaram suas casas para morar e deixaram de pagar o aluguel".

constitui um operador de explicitação do lugar ocupado pelo habitante dos bairros populares na organização política e social (p. 114 – tradução própria).

Nessa relativização das fronteiras entre o individual e o coletivo, entre a "cultura política clientelista" e a defesa de direitos, a análise da autora permite perceber como as apropriações singulares dos espaços de participação por parte dos sujeitos neles inseridos, e se fazendo valer de seus diferentes recursos, podem vir a operar um "deslocamento de sentidos", tal como aponta Dagnino (2009) ao se debruçar sobre os desdobramentos da luta por maior participação da sociedade civil na esfera pública. Mas enquanto esta última credita aos diferentes projetos políticos em confronto nos dispositivos participativos, a capacidade de re-significar as noções que analisa, a saber, de sociedade civil, participação e cidadania, no estudo de Vilas Boas e Tarragoni, pode-se perceber como a operação de deslocamento de significados também ocorre em níveis microssociológicos e produz efeitos substantivos nos contextos onde se realizam. Nesse sentido é que se pode compreender a posição de liderança conquistada pela família Miranda, a despeito do caráter aparentemente individualista de suas estratégias de atuação na localidade. Através da re-significação do que seja propriamente o político, percebido não mais como incompatível com a busca de atendimento a interesses particulares, nem com o acionamento de estratégias baseadas na evocação da necessidade – compreendida nessa perspectiva como uma "categoria política central no meio popular" (VILAS BOAS E TARRAGONI, op. cit., p. 117) – pode-se então analisar a atuação da família Miranda para além da imediata percepção de um "familismo amoral" (PUTNAM, 2000), muito distante, por sua vez, da possibilidade de obtenção de uma posição de liderança não contestada na comunidade.

Avançando na análise, recorre-se agora à noção de "projeto" (VELHO, 1994, p.40), para observar como a conduta de D. Dalva, na busca de melhores condições de vida para sua extensa prole, longe de se realizar de maneira instintiva ou improvisada, se constitui de maneira organizada e estratégica, no interior da qual, a necessidade vai então assumir a centralidade do processo. D. Dalva não deixa Natividade com seus 17 filhos "debaixo do braço" e "cai de paraquedas" na orla da Lagoa de Piratininga. Vai trazendo aos poucos, ocupando mais um terreno, construindo mais uma casinha e trazendo mais um; alguns já com suas próprias famílias vão morando e melhorando seus "barraquinhos", outros ainda vão morar com ela mesma no começo, mas depois vão construir nos quintais de seus irmãos, de sua própria casa, e assim vão consolidando seu "projeto de melhorar de vida na cidade grande". É uma conduta, sem dúvida "organizada", muito embora não o seja nos moldes em que usualmente se pensa o termo "organização". E a "categoria política" (VILAS BOAS E TARRAGONI, id.ibid.) da necessidade é o eixo principal da construção desse projeto, na medida em que as estratégias de D. Dalva, incluindo ainda seus filhos, são sempre baseadas na justificação de ser ela mesma e todos da sua família, aqueles "que precisam", de mais um pouco de aterro, de mais um pouco de areia, de mais uns tijolinhos, de mais umas telhas de Brasilit e o que mais se apresentar ao alcance desses "necessitados".

Na medida em que se trata invariavelmente de recursos advindos da prefeitura – mesmo que percorrendo caminhos distintos – a impressão imediata que se pode ter, é de estar-se diante de relações clientelistas, portanto despolitizadas e personalistas. No entanto, como destacam Vilas Boas e Tarragoni, ao observarem as diferentes formas que tomam o engajamento dos sujeitos nos dispositivos participativos por eles analisados, para ter acesso a tais recursos, "é preciso justificar uma necessidade individual, colocá-la numa escala, negociá-la com aquela de seu vizinho, dando provas de empatia, de solidariedade e reciprocidade, exprimindo-a publicamente e recorrendo a uma linguagem moral" (p.120). Nesse sentido, os autores concluem que

a necessidade, em sua abertura à alteridade, à publicidade e à política, se aproxima da busca por justiça. O indivíduo que deseja acessar os recursos públicos tem que se render ao "jogo" [...] Mesmo se suas intenções, durante todo esse processo, permanecem puramente estratégicas, o "jogo" da participação, é uma prova moral e pública, no sentido forte do termo. Se transpusermos essas considerações a um nível "macro", seremos tocados pela maneira através da qual o prisma clientelista restitui a politização popular (*id.ibid.* – tradução própria).

A partir de uma tal perspectiva, observa-se mais uma vez aquele "deslocamento de sentidos" evocado por Dagnino (*op. cit.*), só que nesse momento, se dirigindo para as próprias noções de politização e clientelismo, revelando as contradições que se inscrevem nos processos reivindicativos das camadas populares. Se, por um lado, o aporte clientelista se presta a uma suposta desqualificação do engajamento dessas populações nos assuntos da esfera pública, por outro lado pode-se observar, operando no interior dessa relação, uma "cidadania horizontal" entre os "de baixo" (NEVEU, 2004), que permite a constituição de uma outra base sobre a qual se assenta o direito ao acesso, fundada ela mesma, não em trocas personalistas ou favorecimentos particulares, mas sim, conquistada e legitimada através da "construção social da necessidade" (VILAS BOAS E TARRAGONI, *op. cit.*). Nesse processo, os demandantes se desdobram em diferentes personagens, e não se limitam ao papel de "cliente" diante do "patrão", revelando toda a riqueza dessa politização re-significada e dessa cidadania horizontalmente definida.

O episódio da venda da própria casa de D. Dalva, por um de seus filhos, demonstra também com bastante propriedade, como opera o acionamento da "necessidade" e, a partir desse, o engajamento da coletividade, num problema que, em princípio, seria relativo unicamente aos conflitos internos da família. A observação do episódio revela um processo de politização da comunidade, na medida em que se submete o caso particular ao domínio e escrutínio públicos. Entre as idas e vindas de D. Dalva no circuito Natividade/Niterói, tantas vezes percorrido em sua trajetória de busca por melhores condições de vida para sua família, um de seus filhos negocia a venda da própria casa da mãe a uma outra família recém-chegada de Cachoeiras de Macacu. Retornando à localidade e tomando conhecimento de que sua própria casa havia sido vendida, D. Dalva aciona mais uma vez o personagem da "necessitada" para reivindicar a retomada da parte dos fundos do terreno negociado, obtendo o apoio da comunidade e logrando sucesso na empreitada. Afinal, pela ação inescrupulosa de seu filho, aquela senhora "não tinha mais onde morar, e isso não era justo". Nesse contexto, importa

também observar com cuidado, como opera o acionamento de personagens, pois longe de ser uma simples falsificação, a atuação dos sujeitos os expõe ao domínio público e convoca a coletividade a se engajar numa discussão e definição do que se configura, naquele contexto, como senso de justiça. Os diferentes papéis desempenhados por D. Dalva — ora sendo a matriarca que luta por moradia para seus filhos, depois a senhora fragilizada sem ter onde morar — se constituem no mecanismo através do qual suas demandas vão buscar legitimidade pública e apoio do coletivo. Nessa busca é preciso apresentar suas justificativas, argumentar sobre suas demandas e trabalhar no convencimento para ter suas reivindicações atendidas não apenas por simpatia ou compaixão, mas por uma percepção, conquistada diante da comunidade, de ser portadora do direito ao que reivindica. Como apontamVilas Boas e Tarragoni:

É a transformação do ator estratégico em habitante, de habitante em vizinho, de vizinho em ator debatedor, que resume ela mesma, o processo de politização [das camadas populares]. É esse processo que é preciso fazer dialogar com os 'aportes clientelistas', numa tensão dialética que estrutura profundamente a participação popular (*id. ibid.* – tradução própria).

Mas como destaca Velho (*op.cit.*), os desejos de Vó Dalva, de propiciar uma condição mais confortável aos integrantes de sua extensa rede de descendentes, não se delineiam num vazio sociohistórico. Bem relacionada, tanto com as autoridades regionais como com as obras assistenciais locais, D. Dalva sempre teve também influência sobre o tráfico, já que, entre seus filhos e netos via de regra havia algum "trabalhando no movimento". No entanto, apesar do "império" construído nos momentos iniciais do crescimento da favela e das boas relações com os três polos que atuam na comunidade, D. Dalva "não conseguiu" proporcionar uma vida mais "digna" nem aos seus descendentes nem a si mesma e segue nessa busca, desempenhando seu personagem: a Vó Dalva.

Participação, cidadania e clientelismo - entre práticas e representações

É da leitura de Goffman (1975) que se extrai a concepção dramatúrgica da vida social, em que os sujeitos são percebidos como atores, representando um papel:

Ao desenvolver o quadro de referência conceitual empregado neste trabalho foi utilizada a linguagem teatral. Falei de atores e plateias; de rotinas e papéis; de representações se realizando ou sendo mal-sucedidas; de insinuações, cenários e bastidores; de necessidades, habilidades e estratégias dramatúrgicas. [...] Um personagem representado num teatro não é real, em certos aspectos, nem tem a mesma espécie de consequências reais que o personagem inteiramente inventado, executado por um trapaceiro. Mas a interpretação bem-sucedida de qualquer dos dois tipos de falsas figuras implica no uso de técnicas verdadeiras, as mesmas técnicas graças às quais as pessoas na vida diária mantêm suas situações sociais reais (1975, pp.232-3).

A personagem da Vó Dalva, encarna a materialidade de duas representações reunidas: a da mulher e do idoso. Nesse momento é importante destacar que desde a chegada da família Miranda ao local até os dias de hoje (portanto decorridos quase 30 anos), D. Dalva é "uma senhora idosa" aos olhos dos habitantes e profissionais que circulam naqueles espaços. Tal observação contribui para a compreensão da dimensão estratégica na "invenção do cotidiano" (CERTEAU, 2008) da vida na

comunidade. Muito embora fazendo questão de estabelecer uma distinção entre "táticas" e "estratégias" (*id.ibid.*, p.46), o que importa reter da contribuição do pensamento de Michel de Certeau para a análise em pauta, é a ideia de que, na vida cotidiana, os sujeitos estão permanentemente criando seus próprios contextos e espaços, (re) significando suas realidades, aparentemente já dadas e sob(re) as quais não teriam muitas escolhas — o que se torna especialmente frutífero para a compreensão de situações de precariedade material como as observadas em ocupações irregulares:

Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...] mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a "ocasião". Muitas práticas cotidianas [...] são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das "maneiras de fazer": vitórias do "fraco" sobre o mais "forte" [...] pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de "caçadores" (CERTEAU, op. cit. p. 47).

D. Dalva Miranda, em sua trajetória de mãe de 17 filhos, os quais "consegue trazer" para uma cidade onde visualiza melhores oportunidades do que as que lhe pareciam disponíveis em sua terra natal, o faz exatamente com uma "astúcia de caçadora", "aproveitando a ocasião" da ocupação dos terrenos surgidos na orla da Lagoa com a construção da ciclovia. "Tira partido de forças que lhe são estranhas", pois, com certeza não teve sozinha, de dentro de sua casa em Natividade, a súbita ideia de se mudar para Niterói invadindo terrenos em Piratininga. No bojo dessa sua "decisão", incorporar os papéis de mãe e avó, construir e desempenhar seu personagem, combinando "elementos heterogêneos" advindos das representações sociais da mulher e do idoso, são "táticas" que dão forma substancial ao projeto familiar de "melhorar de vida".

Como viu-se com Certeau, foram "oportunidades" que se abriram, e ela "astuciosamente" aproveitou, da maneira que foi possível, "combinando os elementos" de que dispôs. A esse contexto "pré-existente", "repertório finito, mas com extenso elenco de combinações" Gilberto Velho (*op.cit.*, p.28) chama de "campo de possibilidades": dimensão que, ao mesmo tempo em que constrange, pelo seu caráter produzido - na própria dinâmica da interação indivíduo/sociedade - deixa sempre também uma "margem de manobra" ao sujeito.

Não são, no entanto, atores-sujeitos na sua plenitude, utilizando o livre-arbítrio. São empurrados por forças e circunstâncias que têm de enfrentar e procurar dar conta. [...] Esse fazer e refazer de mapas cognitivos é permanente, com implicações imediatas na autopercepção e representação individuais. [...] Os *projetos* individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios (VELHO, *op. cit.* p. 46).

Dessa forma pode-se perceber então, como se torna estratégico, para D. Dalva, transitar entre os papéis da mulher forte e "guerreira", que consegue trazer seus 17 filhos do interior, e o da "senhora idosa", frágil, que necessita de toda a "ajuda" que possa obter, seja de instituições governamentais, seja de políticos clientelistas, dos vizinhos ou de organizações não governamentais que eventualmente atuem na localidade. Cada um desses sujeitos tem também seus projetos, que vão interagir com as "táticas" de D. Dalva dentro dos respectivos campos de possibilidades.

O acionamento de um papel (mulher forte guerreira) ou outro, (senhora idosa frágil) varia conforme o "jogo e interação", a "natureza e a dinâmica" do campo. A opção por um ou por outro não necessariamente ocorre de forma deliberada e nem mesmo excludente, mas responde a uma percepção pré-reflexiva das representações sociais da mulher e do idoso. O acionamento do personagem "senhora idosa", por exemplo, conjuga as duas no que trazem da condição de "fragilidade". O acionamento do personagem Vó Dalva, por outro lado, produz naquele contexto, o efeito de respeitabilidade e, nesse sentido, põe em destaque a dimensão "forte e guerreira" de sua trajetória, também associada a representações sociais da mulher.

Para entender melhor o acionamento de papéis por parte dos sujeitos, nas dinâmicas de interação do "campo de possibilidades", auxilia-nos a noção de espaço social de Bourdieu. Para este autor, o espaço social se caracteriza como um campo de forças e um campo de lutas, e os resultados das lutas vão depender das posições ocupadas pelos sujeitos no campo de forças. Tais posições não são fixas, vão variar de acordo com a luta em questão, e a constituição dos grupos de força vai se dar de maneira artificialmente construída, especificamente para aquela situação. Assim temos que, numa luta em que está em jogo a garantia de um direito social ao idoso, as "identidades de idoso" de todas as pessoas que possuam as características necessárias para acioná-la, devem ser acionadas para a constituição de um grupo, artificialmente homogeneizado, no sentido de conquistar, através da luta no campo, a "vitória" para os idosos. Terminada esta luta, os mesmos sujeitos podem vir a acionar outros "personagens", igualmente "contidos" em sua "identidade", em função de outras lutas que surjam. Dessa forma, o idoso da outra luta, pode se fixar no deficiente da próxima luta, se o que estiver em jogo agora for a garantia de um direito social ao deficiente e o mesmo sujeito possua também características compatíveis com tal identidade. E nesse novo grupo forjado – o dos deficientes — compartilhará o espaço com outros deficientes não-idosos, o que não retira sua condição de idoso. Bourdieu enfatiza, e muito apropriadamente, que a constituição de um grupo social não é um processo "natural", é resultado de um trabalho de acionamento de identidades, e destaca as variáveis que podem atuar na maior ou menor eficácia dessas construções.

O trabalho simbólico de *constituição* ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados — por sua proximidade no espaço de relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições — a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro) (1989, p.51).

No momento de constituição da ocupação irregular da orla da Lagoa de Piratininga, D. Dalva Carvalho Miranda era uma mãe de 17 filhos que precisava prover moradias para sua prole. Através dessa identidade era possível "sensibilizar" as "autoridades" locais para ir conseguindo mais um "terreno" e mais um pouco de aterro, mais um pouco de tijolo, mais um pouco de areia... Nesse jogo, D. Dalva conta com seu próprio grupo: seus 17 filhos, eventuais noras, genros e netos. Para esse "interesse" — o de ocupar terrenos e construir moradias —, a família constitui o "grupo unido". Mas

no decorrer da vida cotidiana num espaço de muita precariedade, outros interesses se impõem, e é preciso se movimentar em busca de outras alianças, num fazer e refazer de identidades. Assim surge o personagem da Vó Dalva, responsável pela imposição de respeito diante da crescente violência imposta nesses contextos pelos responsáveis pelo comércio ilegal de entorpecentes. Não mais uma mãe, mas agora uma avó – personagem que conjuga mais um elemento da identidade feminina – traça suas estratégias, aciona suas táticas, procurando através dessa construção identitária, visualizada como oportuna para esse objetivo, acumular "capital político" (BOURDIEU, 1989, p. 28) conquistar "poder simbólico" (id.). O personagem da avó, neste contexto específico, adquire maior poder simbólico ainda por sua ascendência sobre os demais elementos femininos de identidade: se entre suas filhas e noras muitas podem também acionar o papel de mulher e mãe, até uma certa data, apenas D. Dalva pode ocupar a posição de avó - o que garante, de certo ponto, vantagem na liderança do grupo familiar, vantagem essa que se "espalha" para outros momentos em que há necessidade do acionamento da posição de líder. Assim, por exemplo, num episódio envolvendo a ameaça de remoção de um contêiner utilizado por um de seus filhos no "negócio" de "ferro-velho", toda a família se posiciona diante do artefato, mulheres e crianças na frente, como peões num tabuleiro de xadrez, e Vó Dalva ao lado do filho, numa atitude de resistência.

Mas como enfatiza Bourdieu, o campo (de possibilidades, na terminologia de Velho) é um campo de lutas, e a constituição das alianças se dá a partir das necessidades específicas de cada luta, e nem o acionamento da identidade familiar garante homogeneidade permanente à constituição dos grupos de força. Assim é que na luta específica com relação à questão da moradia, em função de diferentes trajetórias habitacionais, os membros da família já não se constituem num bloco homogêneo para construir um grupo de força. Como alguns de seus filhos casados tiveram a oportunidade de construir nos terrenos das famílias de suas esposas, dispuseram para o aluguel suas moradias originais — conquistadas pelas táticas e estratégias de D. Dalva. Nesse sentido não interessa a esses um programa de regularização fundiária, que não titula imóveis para locação. Por outro lado, para os que permanecem nas mesmas casas e desenvolveram atividades profissionais na localidade, a luta deve ser pela regularização, que atua no sentido do fortalecimento da possibilidade de permanência. Mas ainda para aqueles cujas famílias se reproduziram, sem que houvesse possibilidade de construção de novas habitações, interessaria então a realocação para novas unidades habitacionais onde o problema do adensamento seria contemplado com solução.

Através de uma análise nesses termos percebe-se então, como as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos no interior de uma situação específica, atuam no sentido das escolhas dos papéis e das estratégias que vão sendo acionadas nos seus respectivos projetos. Compreende-se igualmente a heterogeneidade das demandas e das diferentes formas de engajamento na luta que experimentam os moradores de áreas destinadas a remoção. Pois o que pode parecer à primeira vista como alienação e/ou fragmentação na busca pelo bem coletivo, passa assim a ser considerado em sua racionalidade específica, em que as noções cristalizadas de participação, cidadania e clientelismo precisam ser ressignificadas para dar conta da complexidade do contexto observado.

Considerações finais

A família Miranda representa de maneira paradigmática os modos de participação e engajamento em lutas cotidianas que caracterizam os ambientes de precariedade habitacional. Através do acionamento de papéis e personagens, em suas táticas e estratégias, em sua conduta organizada, muito embora se possa observar uma permanente fluidez entre a atitude cidadã e a não-cidadã (de uma perspectiva ortodoxa de cidadania), constroem assim um ponto de interseção no que se poderia definir como uma "cidadania possível".

Os elementos revelados, a teia desfiada, que as abordagens aqui trabalhadas permitem desvendar acerca das ideias de participação popular, cidadania e clientelismo, se prestam, portanto, a uma melhor compreensão da fluidez e das contradições nas formas concretas de atualização dessas noções, bem como acerca da própria natureza desses conceitos enquanto objetos de estudo. Nesse movimento, no entanto, não se julga oportuno perder de vista regularidades, estruturas consolidadas de classificação e significação que perpassam essa fluidez e se inscrevem nas práticas dos sujeitos e nos sentidos que os mesmos atribuem a elas. Assim torna-se possível destacar elementos dessa participação e dessa cidadania ressignificadas que, ao mesmo tempo em que se prestam ao diálogo com maneiras mais usualmente encontradas de compreensão das noções, também permitem colocálas à prova, consolidando, problematizando e/ou se contrapondo a elas. Dessa forma se acumula e se refina o conhecimento acerca das formas concretas de manifestação desses comportamentos. Pois trata-se precisamente dessa, a razão de ser da construção analítica: atuar no sentido da compreensão ao mesmo tempo alargada e aproximada da realidade sobre a qual se debruça.

Com esse alargamento de sentidos, demonstrado agora com relação às noções de participação, cidadania e clientelismo, pretende-se contribuir então, tanto com a condução dos movimentos sociais por parte de suas lideranças, como com as instâncias formuladoras de políticas públicas para famílias em situação de precariedade habitacional, apresentando uma compreensão mais "aprofundada" dos comportamentos dessas populações. Nessa contribuição está contida a crença de que não seria produtivo prescindir de sua participação, nem tampouco encampar avaliações normativas sobre suas atitudes baseadas em alianças voláteis. Ao se debruçar sobre esse conjunto de práticas e códigos procura-se identificar de maneira mais refinada, porque mais aproximada, os elementos constitutivos desses comportamentos e apresentar essa identificação como instrumento de ação política e mobilizações sociais.

Referências bibliográficas

⁶ A respeito da importância do procedimento de *identificação* observa-se em Birman (2008) que "a forma de identificar pessoas e grupos não é uma atividade inócua, principalmente [levando-se em conta] quem produz [as] identificações" (p.100). No caso dos moradores de favela fica mais evidente ainda, como o procedimento de identificação não se trata mesmo de uma "atividade inócua", na medida em que tal identificação sempre termina por "servir" a alguma outra instância (agências governamentais, ONGs, sociedade civil), que a partir dela vai traçar suas perspectivas de atuação na facela.

BIRMAN, Patrícia. "Favela é comunidade?" In: Machado da Silva, Luís Antônio. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papiros, 1996.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petropólis, RJ: Vozes, 1975.

NEVEU, Catherine. Les enjeux d'une approche anthropologique de la citoyenneté. In: *Revue européenne des migrations internationales.* Vol.20 – n°3/2004.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia - A Experiencia Da Itália Moderna. FGV Editora, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

VILAS-BOAS, M.H. & TARRAGONI, F. Le concept de clientélisme resiste-t-il à la participation populaire? Une comparaison Brésil-Venezuela. *In. Critique internationale*, França, n. 68, p. 103-124, 2015.

Recebido em: 16 de abril de 2018 Aceito em: 13 de agosto de 2018



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018

ISSN: 2317-0352

Possibilidades e limites na utilização da História de Vida na pesquisa sociológica Possibilities and limits in the use of the History of Life in sociological research

Douglas Menezes de Oliveira

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS). E-mail: menezes.1995@hotmail.com.

Resumo¹

O presente artigo tem por objetivo apresentar as possibilidades de uso do instrumental metodológico da história de vida na pesquisa sociológica, sem perder de vista os limites encontrados nessa técnica de coleta de dados. Nesse sentido, faremos uma análise sobre a relação da teoria e empiria na construção do pensamento sociológico e a afinidade entre objeto e sujeito no modelo de produzir conhecimento científico. Abordaremos o caráter científico da história de vida, os impasses no processo de coleta e os problemas que surgem na relação com os interlocutores da pesquisa. A partir da revisão bibliográfica, esse trabalho visa contribuir para ampliação do debate teórico acerca da metodologia de pesquisa qualitativa no campo da Sociologia.

Palavras-chave: Sociologia, metodologia qualitativa, história de vida.

Abstract

The present article aims to present the possibilities of using the methodological tools of life history in sociological research, without losing sight of the limits found in this technique of data collection. In this sense, we will analyze the relationship between theory and empirical construction of sociological thinking and the affinity between object and subject in the model of producing scientific knowledge. We will discuss collection process and the problem that arise in the relationship with the research interlocutors. From the bibliographic review, this work aims to contribute to the expansion of the theoretical debate about the methodology of qualitative research in the field of Sociology.

Keywords: Sociology, qualitative methodology,

¹ Artigo originalmente apresentado na disciplina de Metodologia da Pesquisa Social do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Introdução

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar as possibilidades e as limitações do instrumental metodológico da história de vida no campo de pesquisa da sociologia. Para dar subsídios teóricos na utilização desse recurso metodológico, o trabalho está estruturado em quatro tópicos que ilustram essa reflexão sociológica e metodológica acerca de diferentes perspectivas decorrentes dos problemas de pesquisa.

Na primeira parte pretende-se fazer alguns apontamentos em torno da relação entre a sociologia e o senso comum (sociologia espontânea) na atividade de pesquisa. Para tanto, a partir das considerações de Bourdieu (2000), Kuhn (1991), Pires (2012) e Adorno (2008) apresentaremos a necessidade de mediação entre a teoria e a empiria, a partir das mudanças paradigmáticas no campo sociológico. A justificativa dessa discussão inicial pauta-se na tentativa de utilizar a técnica história de vida como instrumental na coletada de dados, pois, esta mantém um vínculo direto relacional com o senso comum. O acesso ao senso comum contribui para a compreensão da realidade a partir da perspectiva e apreensão da subjetividade do sujeito, ou seja, constituí na abertura para a valorização do conhecimento construído no cotidiano que se caracteriza na vivência diária e nos espaços de experiência. Essa técnica de pesquisa permite apreender a interação social e simbólica do conhecimento da realidade social.

Na segunda parte analisaremos a fundamentação da história de vida enquanto estatuto científico no campo da sociologia. A partir da abordagem de Becker (1993), serão feitas as distinções fundamentais entre a autobiografia e a ficção. Essa diferenciação é importante, pois, demarca um rigor metodológico na forma de coletar os dados da pesquisa. A partir dessa distinção podemos entender a história de vida enquanto unidade e totalidade integrada na forma de apreender o universo social e a realidade empírica restrita ao sujeito e aos grupos sociais.

Na terceira parte evidenciaremos os problemas que relativamente surgem na utilização desse instrumental, sobretudo no desenvolvimento de uma pesquisa. A partir da perspectiva de Debert (1986), demonstraremos que a história de vida assume outras possibilidades de investigação científica, como é o caso da reformulação e testes de hipóteses, teorias e pressupostos. Além disso, a história de vida nessa abordagem pode implicar no aparecimento de novos problemas, podendo gerar até mesmo impasses na coleta de dados e relativização dos conceitos.

Na última parte apresentaremos a relação do entendimento de Becker (1993) e Debert (1986) sobre a história de vida, bem como vinculando aos apontamentos de Bourdieu (1986) sobre a trajetória de vida. A proposta de Bourdieu (1986) propõe uma reflexão crítica sobre o relato biográfico, tendo em vista a posição social ocupada pelo interlocutor. Nesse sentido, a crítica parte em direção das diferentes formas de narrativas da agência do sujeito em relação à estrutura.

Portanto, é nessa dimensão teórica e metodológica que o trabalho visa transitar. A análise da história de vida enquanto instrumental de pesquisa qualitativa visa contribuir com o debate para

ampliação das possibilidades de uso no campo sociológico. Em suma, o trabalho é um convite introdutório para a reflexão das diferentes possibilidades e limites encontrados na atividade de pesquisa.

O sociólogo e os "objetos que falam"

Nessa seção pretende-se fazer uma análise da relação entre a teoria e empiria no campo sociológico. Trata-se, portanto, em demarcar a dicotomia presente entre ambas as formas de interpretação da realidade, assegurando uma balança de mediação, para superação do distanciamento existente na maneira de fazer ciência. Além disso, pretende-se apresentar as mudanças ocorridas nas formas de interpretação científica a partir da emergência de novos paradigmas emergentes na sociologia contemporânea.

O nascimento e o desenvolvimento do campo científico das ciências sociais no século XIX estiveram ligados diretamente com o fenômeno da modernidade. As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais desencadearam os processos de institucionalização do conhecimento científico no mundo ocidental (PIRES, 2012, p.46). Nesse percurso, desde a gênese e fundamentação da sociologia clássica enquanto estatuto científico esteve ligado ao rigor sistemático do método adotado na definição e interpretação do objeto de estudo (BOURDIEU, 2000, p.45).

O rigor da definição e distinção da ciência e não ciência é marco inicial do desenvolvimento do conhecimento objetivo do mundo social empírico. A partir dessa característica fundamental, trataremos nesse ponto sobre a construção do pensamento sociológico em relação ao objeto empírico e a correlação com a teoria.

Nas atividades de pesquisas, quando remetemos à interpretação teórica dos problemas sociológicos, estamos efetivamente direcionando para um recorte do objeto, a fim de realizar uma análise de uma fração empírica do senso comum. Na matriz do pensamento sociológico clássico, o senso comum teve um papel crucial na fundamentação da sociologia e distinção de uma área do saber autônoma. No primeiro momento, o rigor sistemático adotado foi à separação fundamental desses dois campos de interpretação da realidade, a saber, a ciência e o senso comum (PIRES, 2012).

A separação do objeto/sujeito foi o modelo paradigmático dominante no campo sociológico. Nesse caso, entende-se por paradigmas os conjuntos de ilustrações recorrentes e padronizados de diferentes teorias e aplicações conceituais de interpretações vigentes (KUHN, 1991). A noção nuclear de paradigma tem relação com teorias, conceitos e procedimentos metodológicos que caracteriza "regras abstratas" e a ideia de "modelo exemplar completo". Portanto, dentro do paradigma científico é lançado um padrão de trabalho e os posicionamentos heurísticos. O paradigma dominante deve ser compreendido a partir da validação do conhecimento e aceito pela comunidade científica.

A partir da noção de paradigmas, podemos afirmar que a separação entre objeto/sujeito no campo científico das ciências humanas já é um paradigma superado. Pois "a transição para um novo paradigma é uma revolução científica, tema que estamos finalmente preparados para abordar diretamente" (KUHN, 1991, p.122).

A revolução científica acontece quando ultrapassam do controle, e concomitantemente instala-se uma crise, que será resolvida com a emergência de um novo olhar, criando assim novos paradigmas. Os novos paradigmas são, portanto, um período de "ciência normal" até que uma nova anomalia (crise) se instale. Nesse sentido, "conseqüentemente, a recepção de um novo paradigma requer com freqüência uma redefinição da ciência correspondente" (KUHN, 1991, p.138).

Diante disso, a emergência de um novo paradigma advém de novas necessidades antes relegadas pelo paradigma anterior:

Alguns problemas antigos podem ser transferidos para outra ciência ou declarados absolutamente "não-científicos". Outros problemas anteriormente tidos como triviais ou não-existentes podem converter-se, com um novo paradigma, nos arquétipos das realizações científicas importantes (KUHN, 1991, p.138).

A partir dessa elucidação feita por Kuhn (1991), a emergência ocorrida de novos paradigmas, pode ser identificada na sociologia em relação à quebra do "mito da neutralidade" sustentada na sociologia positivista. O paradigma assume, nesse caso, como o modelo de orientação da pesquisa científica, ou seja, somente é possível o desenvolvimento das pesquisas dentro de algum paradigma.

A relação direta entre o objeto e sujeito na forma de fazer pesquisas na sociologia, coloca novas questões para pensar a construção de objetos e interpretações criteriosas da realidade objetiva. O debate epistemológico nesse contexto está centrado na atividade de pesquisa do sociólogo e na construção de novos objetos, bem como a sua relação com o conhecimento não científico (senso comum). A partir das transformações na sociedade, emerge novos problemas, exigindo novas formas de explicação dos fatos. Isso implica, em perceber na análise de Bourdieu (2000), que um dos problemas colocados para as ciências humanas referem-se em ao fato de possuir um "objeto que fala".

A maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato abordarem um objeto *que fala*. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores (BOURDIEU, 2000, p.50).

Nesse sentido, o fato do "objeto falar" pode significar um problema para a atividade de pesquisa. O sociólogo quando objetiva tirar os conceitos apenas da empiria, está sujeito à ocorrência de reafirmação simplesmente da fala dos seus informantes, ficando preso na "sociologia espontânea" e limitando-se a empiria. Nesse caso, a crítica esta pautada na valorização apenas da constatação empírica, ou seja, somente o "real não explica" os fatos. A reafirmação da sociologia espontânea

informada pelos sujeitos na interpretação dos fatos torna-se um problema no que diz a respeito a produção de um conhecimento erudito e falso da realidade objetiva.

Não basta que o sociólogo esteja a escuta dos sujeitos e faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem: ao proceder, dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda, ou por um misto falseamento erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do "cientista" e sociologia espontânea de seu objeto (BOURDIEU, 2000, p.50).

Na concepção de Bourdieu (2000), a teoria domina o trabalho experimental desde o pressuposto até as últimas constatações empíricas. Nesse sentido, a teoria e o mundo social empírico devem articular-se, possibilitando ao sociólogo a formulação da problemática, bem como a interpretação dos fatos.

Nesse mesmo seguimento, Cohn (2008) lembra que a sociologia enquanto uma "ciência impura" pode ousar de uma flexibilidade metodológica sem abdicar das críticas teóricas e dos rigores do método.

A sociologia recebe, destarte, a incumbência de ousar ser impura sem deixar de ser ela mesma: ciência da sociedade que não hesita em perturbar o severo rigor do método com os ruídos da crítica, do entrelaçamento com outras ciências e das exigências normativas (COHN, 2008, p.34).

A renúncia de uma formulação teórica, centrada apenas na valorização de uma afirmação do empírico, o sociólogo sanciona uma sociologia espontânea (BOURDIEU, 2000, p.52). Assim sendo, cabe indicar a partir das considerações de Adorno (2008) que é impossível também realizar uma pesquisa empírica na sociologia isenta de uma teoria. Entretanto, também é inviável realizar uma pesquisa sociológica sem um objeto empírico. Se o sociólogo realizar uma pesquisa centrada apenas na teoria, os resultados de suas investigações tendem a se tornar meras especulações abstratas e generalizadas sem a confrontação com o mundo social empírico.

Em suma, a atividade de pesquisa do sociólogo deve percorrer o mesmo itinerário entre teoria e a empiria. Essa relação deve ser equiparada numa balança com as mesmas medidas para a manutenção do equilíbrio que caracterizam um fazer científico na sociologia. A relação entre ambas são fundamentais na formulação de conceitos que explicam o real. De acordo com Adorno (2008) a atividade profissional e científica da sociologia não deve extrapolar os limites entre a teoria e a empiria, mantendo sempre o equilíbrio: nem empírico de mais, nem teórico de menos e vice-versa.

O horizonte científico da história de vida

A história de vida é uma metodologia de pesquisa qualitativa que tem ganhado muito prestígio nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos no campo das ciências sociais. Utilizada constantemente como técnica de coleta de relatos orais, esse recurso se restringiu por um

determinado período ao campo especificamente da antropologia. Recentemente tem sido muita acionada pela sociologia, ciência política e pelo campo da história que já possui uma disciplina especializada como é o caso da história oral (DEBERT, 1986, p.141).

É importante lembrar que a metodologia qualitativa não deve ser entendida, e nem reduzida, a um conjunto de "técnicas de pesquisas" a serem meramente aplicadas nas investigações em desenvolvimento. A metodologia deve ser compreendida sob a luz da própria *maneira de fazer ciência* (MARTINS, 2004, p.291).

A escolha da metodologia qualitativa de pesquisa está ligada diretamente a análise dos "microprocessos" sociais, e possui como princípio fundamental a valorização do objeto de estudo enquanto *sujeito do conhecimento*. Nas palavras de Martins (2004) podemos entender quando menciona que:

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador (MARTINS, 2004, p.292).

A partir desse esclarecimento das opções demarcadas pelas metodologias qualitativas, à preocupação fundamental que está colocada para o sociólogo na escolha desse método de pesquisa para investigação do objeto proposto, baseia-se na relação direta com o mundo empírico, a fim de traduzir de forma completa e minuciosa a realidade empírica (MARTINS, 2004, p.292).

Além disso, entre os procedimentos metodológicos, encontra-se também o quantitativo referente à precisão e utilização de "números". Dessa forma, o método quantitativo privilegia a análise dos "macroprocessos", tendo como característica fundamental as análises estruturais, bem como a coleta de dados secundários elaborados por instituições. Já a precisão qualitativa referente a "letras", focaliza-se nos "microprocessos", bem como se utiliza de dados primários da descrição, assim como: a observação participante, entrevistas estruturadas, semiestruturada, individual, coletiva e grupos focais, história de vida, cartas, diários e documentos. Não há, portanto, uma oposição entre as metodologias qualitativas e quantitativas em relação às formas de coleta de dados, ambas se integram e se complementam na produção do conhecimento social do mundo empírico.

Após indicar uma das possibilidades de técnicas metodológicas privilegiadas no escopo da metodologia qualitativa, faremos uma análise do instrumental da história de vida, a partir das reflexões de Becker (1993) no tratamento dos dados em unidade como totalidade. Pontuaremos, desse modo, algumas reflexões para pensar as particularidades da história de vida, bem como a distinção da mesma em relação à autobiografia e a ficção, tendo como a preocupação em distinguir metodologicamente ambas as formas de utilização de relatos biográficos na pesquisa sociológica.

A utilização da história de vida, enquanto recurso metodológico no campo das ciências sociais esteve ligado a Escola de Chicago (Departamento de Sociologia) nas décadas iniciais do século XX, a partir dos estudos e esquemas teóricos coordenados por Robert Park. As considerações de Becker defendem a história de vida enquanto uma metodologia possuidora de estatuto científico na sociologia contemporânea. Diferentemente das abordagens que tratam o escritor da autobiografia e do autor da ficção. "As diferenças entre estas formas residem tanto na perspectiva a partir da qual o trabalho é realizado quanto nos métodos utilizados" (BECKER, 1993, p.102).

A primeira distinção realizada por Becker vem mostrar que a história de vida não é uma autobiografia. Essa distinção é fundamental e importante para a fundamentação metodológica da história de vida. Apesar de o autor reconhecer que a história de vida utiliza a narrativa de forma semelhante a autobiografia, partindo do ponto de vista do sujeito, sobretudo de uma abordagem subjetiva. Não é, portanto, a mesma coisa. Também não se trata de uma ficção, tendo em vista que "[...] embora os documentos de história de vida mais interessante tenham uma sensibilidade, um ritmo e uma urgência dramática que qualquer romancista adoraria conseguir" (BECKER, 1993, p. 102).

As possíveis semelhanças em cada caso é também o demarcador da diferença de cada abordagem. Portanto, vejamos como cada situação deve ser apreendida, conforme as preocupações demarcadas por cada autor. O primeiro revela-se que: "o escritor de ficção, é claro, não se preocupa em absoluto com fatos, mas, antes, com o impacto dramático, com forma e fantasia, com a criação de um mundo simbólico e artisticamente unificado" (BECKER, 1993, p.102).

O primeiro caso, referente à ficção, a narrativa não pautada especialmente em fatos concretos na realidade. Essa abordagem, não necessariamente deve estar conectada com mundo concreto, estando para além da materialidade, ligado ao imaginário artístico. O segundo revela-se que "o autor autobiográfico se propõe a explicar a sua vida para nós, se comprometendo, assim, com a manutenção de uma estreita conexão entre a história que conta com àquilo que uma investigação objetiva poderia descobrir" (BECKER, 1993, p.102).

No segundo caso, o que se vê na autobiografia é a seleção de partes e momentos de sua história, retratando a si mesmo com elementos apenas "positivos", deixando de lado os aspectos adversos ou ignorados que possui um fator determinante e importante (BECKER, 1993, p.102).

A partir de cada particularidade e diferenças apresentadas, tanto para o autor da ficção quanto o da autobiografia, podemos captar as propostas centrais de cada caso e, deste modo, avançar nas particularidades do sociólogo que trabalha com a história de vida em sua pesquisa. A história de vida está mais ligada a condição de "terra a terra", estando para além de formas "imaginativas" e "humanísticas", voltada especificamente para o "retrato fiel" da realidade vivenciado pelo sujeito e sua interpretação do mundo existente (BECKER, 1993, p.102).

O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente (BECKER, 1993, p. 102).

O retrato da realidade objetiva, a partir das experiências subjetivas dos interlocutores, deve acompanhar o rigor no processo de coleta exigindo do pesquisador um aprofundamento dos fatos relatados. O pesquisador deve realizar uma conexão com os documentos oficiais disponíveis para mapear a realidade, os acontecimentos e os lugares descritos.

A história de vida pode ser pensada numa pesquisa sociológica como uma imagem de um mosaico. Nesse mosaico "cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros" (BECKER, 1993, p.104).

O conhecimento sociológico é um pensamento situado num contexto temporal e espacial específico, demarcado por uma experimentação singular e um fragmento da realidade investigada. Nesse caso, o "fragmento" desse mosaico é peça fundamental que será adicionado na construção do todo.

Diferentes fragmentos contribuem diretamente para a nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos uma compreensão do todo (BECKER, 1993, p.104-105).

Os estudos individuais significam a construção de diferentes peças de um mosaico que representa a realidade social. A referência ao mosaico estava pautada nas contribuições das "histórias de caso" de Chicago nos Estados Unidos da América nas primeiras décadas do século XX. Assim sendo, cabe ainda lembrar que a história de vida, não poderá possibilitar "provas definitivas" de um pressuposto teórico, no entanto, servirá também nesse caso como um instrumento de reavaliação teórica e seleção de novas teorias empregadas na pesquisa (BECKER, 1993, p.107).

A utilização dessa técnica de pesquisa pode de reativar e orientar campos de pesquisas estagnados. Esse instrumental capacita a reavaliação dos grandes modelos teóricos de explicação da realidade social, propondo novas formas para análise do objeto e construção de conceitos. A história de vida é um instrumental metodológico de pesquisa que possui um espaço nos diferentes campos científicos, e tem contribuído especificamente para a ampliação do horizonte científico de atuação dos sociólogos.

Problemas relativos à história de vida

A utilização do instrumental metodológico da história de vida oferece prerrogativas fundamentais e insubstituíveis na coletada de dados demonstrados anteriormente. Nesse sentido, analisaremos os problemas relativos à utilização desse instrumental metodológico nos apontamentos de Debert (1986).

A história de vida e a história oral trazem em evidência, sem dúvida, a tentativa de construção de novos documentos para o desenvolvimento da pesquisa. Ainda mais quando se trata de realizar estudos sobre instituições através de experiência de pessoas, na qual carência de fontes a respeito.

No entanto, a história de vida, não se limita apenas a essa utilidade. Além disso, a história de vida objetiva interpretar as perspectivas subjetivas dos oprimidos e marginalizados no curso da história. Debert (1986) destaca que "por um lado, quando as pesquisas se voltam para as classes populares, trata-se de mostrar a importância de produzir uma documentação que se constitua num ponto de vista alternativo à documentação oficial" (DEBERT, 1986, p.141).

É evidente perceber a utilização da história de vida, enquanto uma tentativa metodológica de construir pontos de vistas e perspectivas distintas referentes às documentações oficiais. A partir dessa perspectiva, entendemos que uma das opções metodológicas da história de vida esta voltada na possibilidade de incorporar uma produção historiográfica partindo da versão dos fatos e acontecimentos e presenciados pelos *desprivilegiados* que estão à margem da produção do conhecimento. Esse fato apresentado tem sua justificativa em relação às pesquisas que tratam especificamente dos países da América Latina, onde possui uma "historiografia incipiente". Portanto, a história de vida é um instrumento que vem preencher um espaço vazio intransponível (DEBERT, 1986, p.141).

A história de vida, apesar de ser uma vertente recente no campo da sociologia contemporânea, vem se mostrando como uma prática de pesquisa cada vez mais imprescindível, no sentido de preencher espaços vazios, no qual não há fontes a respeito ou somente o grupo pesquisado que podem fornecer as informações (relatos orais) necessárias para interpretação do problema proposto (DEBERT, 1986, p.142).

A relação da conversação entre o pesquisador e o pesquisado, possibilitado pelo instrumental da história de vida, preenchem um vazio de uma singularidade específica e um acontecimento histórico. Através dessa técnica de pesquisa, podemos entender determinado assunto (representações individuais e coletivas) no sentido restrito aos sujeitos que realmente vivenciam.

O que se espera é que a partir dela, da experiência concreta de uma vivência específica, possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre um determinado assunto [...] Espera-se, através de uma série de mecanismos - número ideal de informantes, escolha de informantes que tomaram posições distintas frente a um determinado acontecimento, contraposição de informações obtidas a documentos oficiais etc. (DEBERT, 1986, p.142).

A interação do pesquisador com os informantes são uma peça fundamental na realização da investigação do problema de pesquisa proposto. Destacam-se dois problemas resultantes desse processo: 1) a violência implícita da imposição aos informantes da pesquisa. Pois, em nossa área de conhecimento, os domínios de diferentes teorias e conceitos são muitas vezes desconhecidos e exteriores aos participantes; 2) a importância de fornecemos condições necessárias aos informantes em nos levar para outras dimensões da problemática.

Objetivamente somos levados a seguir rigidamente o que apenas queremos saber dos participantes. Isso implica, portanto, numa limitação entre o pesquisador e os participantes. Outro ponto que deve ser observado nos problemas colocados em relação à história de vida é a relativização dos conceitos. O diálogo estabelecido entre pesquisador e o informante, dependendo das questões formuladas, tendem a transformar as experiências individuais em universais sem o crivo de particularidade (DEBERT, 1986, p.145).

A história de vida não nos concebe um quadro verdadeiro de um passado ou um futuro distante. O objetivo da história de vida não está em construir uma "verdade geral" e sim registrar a experiência social através da narrativa para realizar uma interpretação da realidade vivenciada, bem como reformular nossas hipóteses e pressupostos teóricos inerentes ao estudo proposto (DEBERT, 1986, p.145).

No entanto, é importante perceber que a história de vida no processo de coleta, é sempre um conjunto de fatos narrados de fragmentos desconexos, ambíguos e incoerentes. Cabendo ao pesquisador, a tarefa de compreender esses relatos, a fim de realizar uma análise dos depoimentos de forma sistemática e coerente (DEBERT, 1986, p. 150).

Isso implica também perceber o "tempo de chegada" na coleta dos depoimentos dos informantes. A questão do tempo de chegada deve ser considerada, pois, pode acarretar um dilema na pesquisa. De um lado, a coleta dos relatos orais dos informantes pode apresentar-se como uma "bola de neve" devido ao ponto de saturação. Por outro lado, essa técnica de coleta, permite ao pesquisador(a) ficar com uma sensação de que poderia ter explorado ainda mais cada ponto absorvido no diálogo com os informantes.

Assim sendo, cabe indicar que ainda é preciso recordar dos cuidados ao tratar de momentos de tensões por meio da memória e de uma documentação feita para se perpetuar. Os testemunhos fazem a balança pender para um lado, a uma eventualidade privilegiada, por isso, é preciso considerar as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões da problemática investigada. As narrativas verbalizadas nos depoimentos não são os fatos concretos, mas, trata-se de uma narrativa associada às várias camadas da memória, estando sempre em elaboração e reelaboração.

Relato biográfico e trajetória de vida

As contribuições de Becker (1993) e Debert (1986) acerca do instrumental metodológico da história de vida acentuam as diversas possibilidades da utilização na pesquisa sociológica. O primeiro autor deposita um esforço intelectual para consolidar como método no campo da Sociologia e, também a difusão entre os sociólogos enquanto um "empreendimento científico". A abordagem sustentada é de que cada fragmento da realidade investigada através da história de vida contribui em partes para a compreensão do todo. Para o autor, como já foi ressaltada anteriormente, a história de vida deve ser compreendido como uma "imagem de um mosaico" capaz de caracterizar as partes do todo, tendo em vista singularidade e as diferenças que constituí as partes da sociedade. Abrangendo tudo aquilo que se possa conhecer.

A segunda autora demonstra em sua avaliação as possibilidades de utilização desse instrumental, alertando também para as dificuldades e os problemas decorrentes da aplicação dessa técnica. Demonstrando, que dependendo do objeto de pesquisa, esse instrumental é indispensável, tanto para a formulação de pressupostos e hipóteses. Além de promover a redefinição dos conceitos, bem com os modelos teóricos de explicação do objeto. Essa tarefa se apresenta com um grau de complexidade na interpretação dos dados coletados. Portanto, a história de vida, cumpre também um papel importante para nortear as questões que delineará a investigação proposta.

A abordagem da história de vida esta atrelada a interpretação subjetiva que o sujeito atribui a sua experiência no mundo existente. A partir dessa concepção é importante fazer algumas observações em torno do sujeito que emitem a narrativa dos fatos, acontecimentos, momentos importantes e decisivos nas relações com as estruturas. Além disso, a trajetória de vida do sujeito também contribui para pensar a construção de relatos biográficos "de si mesmo".

A ação do sujeito na realidade objetiva está atrelada a posição e o espaço social ocupado. Nesse sentido, Bourdieu (1986) faz uma observação relevante, no que diz respeito à relação entre o investigador e o investigado, que tendem a construir através da história de vida, uma narrativa marcada por processos lineares e ordenadamente sistemático para a compreensão das complexidades da realidade objetiva (BOURDIEU, 1986, p.183).

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que "se entrega" a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU, 1986, p.184).

A narrativa dos fatos seguidos de acontecimentos coerentes e lineares é uma "ilusão biográfica". Essa crítica vai em direção à concepção de que através dos fatos ordenados e lineares da história de vida podemos constituir uma unidade do todo na compreensão da realidade. Conforme sugere Bourdieu (1986):

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1986, p. 185).

O problema em relação à história de vida, calcado na produção de relatos biográficos, referese à atribuição de sentidos que o sujeito realiza em sua ação. Além disso, dependendo da posição social do sujeito, os relatos tendem a construir um percurso "heroico" e uma história "oficial de si mesmo".

Nesse caso, Bourdieu (1986) propõe pensar ao invés de história de vida, é possível identificar uma trajetória de vida. A concepção de trajetória proposta permite compreender as relações entre agência e estrutura, traçando possivelmente a investigação da "origem social" e o "destino do sujeito". Levando sempre em consideração a posição social fixada na estrutura, bem como os diferentes tipos de capital (social, econômico, cultural, simbólico) que influenciaram a "posição da narrativa".

Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 1986, p.190).

É importante destacar que os diferentes "acontecimentos biográficos" narrados pelo sujeito, apontado por Bourdieu (1986), corrobora para compreender o produto das condições sociais e dos interesses ajustados as variadas situações encontradas na sociedade.

A trajetória de vida, nesse caso, concebe a construção de novos sentidos e significados ao discurso que media uma identidade entre a linguagem e a consciência dos sujeitos ajustados ao campo de disputa.

Considerações finais

É chegado o momento de pontuar algumas considerações finais acerca do objetivo proposto durante o trabalho. Os apontamentos teóricos elaborados durante o texto buscou reunir um conjunto de reflexões epistemológicas que indicam os caminhos necessários para a construção de um trabalho científico, sem perder de vista o rigor metodológico e os apontamentos críticos do instrumental selecionado para análise.

As reflexões críticas contidas nesse artigo caracterizam uma abertura teórica para reavaliar a atividade de pesquisa do sociólogo e a relação com objeto de estudo. É necessário construirmos um equilíbrio entre a teoria e a empiria na interpretação do objeto. É possível combinar um conjunto de técnicas de pesquisas para atingir os objetivos propostos na pesquisa sociológica.

A metodologia ocupa um lugar de destaque, pois, é o elemento fundamental e indispensável para realização de uma pesquisa, sem a metodologia é impossível fazer ciência. A história de vida,

Revista Café com Sociologia | v.7, n.2| pp. 30-42 | mai./jul., 2018 | ISSN: 2317-0352

inserida no escopo da metodologia científica, é uma das inúmeras técnicas de utilização nas pesquisas

qualitativas.

A utilização do instrumental da história de vida nos convida a desvendar os novos caminhos

que serão percorridos na pesquisa e no tratamento do problema proposto nas realidades empíricas

estudadas, visando produzir novas reformulações dos pressupostos teóricos e hipóteses necessárias

para guiar a pesquisa.

A construção de um estudo sociológico sobre as bases da experiência da história de vida de

pessoas e de grupos requer criatividade e, ao mesmo tempo, uma vigilância epistemológica na

utilização da teoria no tratamento dos dados coletados, para não reproduzir e sancionar uma

sociologia espontânea.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: Métodos de Pesquisa em Ciências

Sociais. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro:

FGV, 1986.

_____. A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes,

2000.

COHN, Gabriel. A sociologia como ciência impura. In: ADORNO, Theodor. Introdução à Sociologia.

São Paulo: Editora Unesp, 2008.

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO,

Ruth (Ogr.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

KUNH, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991.

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v30n2/v30n2a07.pdf. Acesso em 14 de Novembro de 2017.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências

sociais. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3ed.

Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. pp. 43-94.

Recebido em: 12 de fevereiro de 2018

Aceito em: 29 de julho de 2018

POSSIBILIDADES E LIMITES NA UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA NA ... Douglas Medeiros de Oliveira



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018 ISSN: 2317-0352

Cartas para o Sul: boicotes epistemológicos no capitalismo artista para uma Sociologia do extravio, de Davis para Linn

Letters to the South: epistemological boycotts in capitalism artist for a Sociology of Loss, from Davis to Linn

Resumo

No dia 22 de maio de 2018, a filósofa estadunidense Angela Davis escreveu uma carta para a cantora e atroz brasileira Linn da Quebrada em apoio à decisão desta de cancelar sua participação no Festival Internacional de Cinema em Tel Aviv, Israel. Anteriormente, Linn havia sido convidada a participar da programação do festival e da festa Queer Party com o filme "Bixa travesty" que estreou em março, no Festival Internacional de Berlim. O cancelamento é visto por Davis como uma forma de protesto contra o Estado Israel e as políticas genocidas da Palestina diante do brutal regime de ocupação, colonização e apartheid. Nesse sentido, diante do que Lipovetsky e Serroy denominam de capitalismo artista, o trabalho procura compreender o boicote artístico de Linn como também um boicote epistemológico por emergir através da tensão entre gênero e feminismo vista como encontro necessário para um novo campo das ciências, como destaca Marlise Matos (2008). A partir das contribuições de Santos (2008) sobre as emergências e diante das reflexões de Latour (2015) sobre vínculos, se esboçam rumos para uma Sociologia do Extravio.

Ribamar José de Oliveira Junior

Mestrando da linha de Dinâmicas e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande (UFRN).

Lore Fortes

Professora Doutora do Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande (UFRN). Palavras-chave: Sociologia; Gênero e Sexualidades; Epistemologias.

Abstract

On May 22, 2018, American philosopher Angela Davis wrote a letter to singer and atrocious Brazilian Linn da Quebrada in support of her decision to cancel her participation in the International Film Festival in Tel Aviv, Israel. Previously, Linn

¹ Termo cujo a artista se identifica que possui caráter neutro entre os termos tidos como masculino ator e como feminino atriz, respectivamente. Ler mais em: https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-37323574

had been invited to participate in the Queer Party festival and party program with the film "Bixa travesty" which premiered in March at the Berlin International Festival. The cancellation that appears as a form of protest against Israel and the genocidal policies on Palestine is seen by Davis as going against the brutal Israeli regime of the occupation, colonization and apartheid. In this sense, in the face of what Lipovetsky and Serroy call artist capitalism, the work seeks to understand the artistic boycott of Linn as well as an epistemological boycott to emerge through the tension between gender and feminism seen as a necessary meeting for a new field of sciences, as it stands out Marlise Matos (2008). From the contributions of Santos (2008) on emergencies and the reflections of Latour (2015) on bonds, outlines directions for a Sociology of Loss.

Key-words: Sociology; Gender and Sexuality; Epistemology.

Is Tel Aviv Burning?

Em um ensaio publicado no livro *Black Looks: race and Representation* (1992), a escritora e intelectual do feminismo negro bell hooks² trouxe uma visão crítica do filme *Paris is Burning*, lançado em 1990 e dirigido por Jennie Livingston. Ao interrogar o título do documentário no texto "*Is Paris Burning*?", a autora contrapõe elementos da narrativa do documentário ao abordar os recortes de interseccionalidade. Para hooks (1992), a indignação se dá através da absorção que as drag queens negras fazem da cultura dominante branca.

Gravado no contexto norte americano dos anos 1980 em Harlem, Nova lorque, o filme traz relatos de jovens *queer* latinos e negros — denominados de *children*³ — que concorrem em bailes de dança auto organizados e desfilam na boate Paris Is Burning, executando o passo conhecido como *vogue*, anos depois apropriado pela cantora pop Madonna, cujo trabalho corporal se desenvolve na angulação de uma linguagem inspirada nas capas de revista de moda. Para Parrine (2017) os depoimentos de Peper La Beija, Octavia San Laurent, Dorian Corey, Willi Ninja, Venus e Angie Xtravaganza são essenciais para se compreender a história de vida marcada pela rejeição familiar, violência e preconceito e a formação de comunidades afetivas através da diferença.

Ao analisar os depoimentos coletados para a edição das cenas, hooks (1992) reflete que o desejo mais profundo destas "drag-queens" é estar na posição de uma mulher da classe dominante, logo, segundo ela, elas acabariam fazendo parceria com o homem branco da classe dominante. Para a autora, as drag queens suburbanas do filme celebram a fantasia de que a classe dominante branca é o local quintessencial de poder, liberdade, felicidade e prazer (HOOKS, 1992, p. 149).

Distante do eixo norte americano e ao tomar o pensamento de hooks (1992) diante da visão crítica em torno dos sujeitos e da cumplicidade em perpetuar a colonização, o filme *Oriented*,

² Pseudônimo escrito em minúsculas para a ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins.

³Parrine (2017) traz angulações entre as denominações de gênero em contextos singulares e diferentes dos Estados Unidos e Brasil. A autora pontua que no contexto norte-americano, *drag-queens* e transexuais são categorias operantes, ou seja, homens e mulheres que produzem a ilusão de feminilidade exagerada no contexto de apresentações artísticas e pessoas que não se identificam com o gênero designado a elas no nascimento, respectivamente" (PARRINE, 2017, p. 1419). Portanto, no Brasil, por ter a tradição de *cross-dressing* no Carnaval, historicamente, drag queen foi erroneamente confundido com homossexualidade. A categoria de travesti, segundo a autora, só aparece nos Estados Unidos no contexto da indústria pornográfica (she-male), sendo depreciada por referência, o que se difere do Brasil, em que as travestis são reconhecidas.

lançado em 2015 e dirigido por Jake Witzenfeld, retrata o confronto de três amigos palestinos gays com as suas identidades nacionais e sexuais em Tel Aviv, Israel. Khader, Fadi e Naeem contam sobre a realidade cotidiana e ressaltam através dos depoimentos que o corpo é marcado pela espacialidade e território. O primeiro tem um parceiro judeu, mas não tem mais esperanças sobre a resolução do conflito Israel-Palestina; o segundo se apaixona por um sionista; o terceiro sofre ao sair do armário para sua família moradora de uma pequena aldeia distante do chamado oásis gay do Oriente Médio. Os três formam o *Qambuta*, um grupo ativista determinado a trazer a igualdade sexual e de gênero aos Palestinos que vivem em Israel.

O que se pretende esboçar através da crítica de hooks (1992) e com a relação entre as produções de Jennie Livingston e de Jake Witzenfeld é sobre a necessidade de perceber a sobreposições de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão nos eixos de território. Para assim, compreender a emergência de sujeitos interseccionais fora do pensamento ocidental, principalmente, ao instigar o debate sobre a descolonização de saberes por meio das dissidências sexuais e de gênero. Logo, se faz necessário interrogar como hooks (1992), por meio dos depoimentos coletados por Witzenfeld no documentário, sobre o crescente movimento gay global contra a Schulman (2011) nomeia a tática como pinkwashing⁴, "uma estratégia ocupação israelense. deliberada para ocultar as contínuas violações dos direitos humanos dos palestinos por trás de uma imagem de modernidade representada pela vida gay israelense" (SCHULMAN, 2011, p. 1). Do lado israelense do muro chamado "cerca de segurança", há uma estratégia por meio da propaganda gayfriendly de ressaltar a tolerância do país à diversidade, tal discurso, segundo Bento (2017), funciona como "armas de guerra, pois, simbolicamente, estruturam uma posição superior da nação israelense em relação ao resto do Oriente Médio e, mais especificamente, asseguram uma suposta legitimidade e superioridade moral em relação ao atraso do povo palestino" (BENTO, 2017, p. 1)

Na edição de 2017 do Orgulho LGBTT+ em Tel Aviv, desfilaram 200 mil pessoas e dentre os roteiros e pacotes de viagens gays⁵ o destino está entre os principais escolhidos. Nesse sentido, compreender como a imagética de Tel Aviv constrói uma Israel chamada de oásis gay do Oriente Médio⁶ em contraponto a estratégia do *pinkwashing*, permite esquematizar como se organizam os dilemas entre movimento LGBT e ativismo queer no muro do *apartheid*. Colling (2015) discute o movimento LGBT em uma perspectiva mais institucionalizada, pois para ele, tais grupos possuem uma estrutura legal e administração hierarquizada que são acionadas pelo Estado para a interlocução de políticas públicas em prol da população LGBT. O ativismo *queer*, segundo o autor, se posiciona de forma auto organizada, em coletivos ou agentes ativistas independentes e atuam em resistências de formas críticas a diferenças excludentes.

⁴ Tradução lida como "lavagem rosa".

⁵ É interessante comparar o consumo e o acesso ao lazer diante do número de casais homoafetivos. De acordo com pesquisa do IBGE de 2017 que coletou 35 milhões de entrevistas em seis anos, o número de casais homoafetivos que moram juntos no Brasil cresceu 170% em cinco anos. O levantamento ainda aponta que a renda média de indivíduos que compõem casais homoafetivos é 65% maior do que a de família heterossexuais.

⁶ https://viajabi.com.br/tel-aviv-israel-oasis-gay-oriente-medio/.

O território que hoje é representado oficialmente pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, há séculos veem sendo submetido à invasão e à violência institucionalizadas com a constituição do Estado israelense (SAID, 2007). Belmont (2016) destaca que nessa região específica atuam grandes redes de boicote a Israel e de denúncia ao pinkwashing. Segundo a autora,

a militância LGBT palestina aponta a ligação entre a luta por diversidade sexual e a luta contra a ocupação israelense, denunciando que o governo israelense preza por direitos LGBT e se coloca contra a homofobia, mas ataca os direitos humanos dos palestinos que têm seus territórios invadidos e sofrem desapropriações sistemáticas e institucionalizadas desde 1948. (BELMONT, 2016, p. 10)

Em 2005 por meio da campanha Brand Israel, o país passou a agenciar valores cosmopolitas em reflexo das conquistas tecnológicas do país e da proximidade com o ideal democrático do Ocidente. Segundo Belmont (2016), o objetivo da campanha que retrata Israel como um paraíso gay dentro do homofóbico Oriente Médio é desviar a atenção da limpeza étnica da população palestina, destacando os valores culturais de diversidade e tolerância. Ao favorecer a imagem israelense de vítima e parte justa do conflito, se ameniza o perfil e as práticas violentas deste Estado frente à mídia, à população mundial e aos grupos militantes queer que não problematizam a questão palestina. Schulman (2011) percebe uma tendência entre alguns homossexuais brancos de privilegiar sua identidade racial e religiosa, fenômeno que Puar (2007) denominou de homonacionalismo, processo entendido como é inserida a sexualidade gay e lésbica no corpo nacional, enquanto mulçumanos e árabes, reconhecidos como "outros", imigrantes, são estigmatizados como sujeitos perversos em sexualidade.

Belmont (2016) interrelaciona o *pinkwashing* de Israel com o homonacionalismo na perspectiva de quando sujeitos LGBT encontraram-se aliados a esta política branca, imperial, liberal e anteriormente heteronormativa, pôde ser identificado um processo de "homonormativização", em que sujeitos *queer* passaram a ser agentes reguladores, segregadores e hostis em relação a outros grupos étnicos estrangeiros. Como explica Schulman (2011), o *pinkwashing* não apenas manipula os ganhos duramente conquistados pela comunidade *gay* de Israel, mas também ignora a existência de organizações de direitos dos homossexuais palestinos.

Ao cunhar os conceitos inicias discutidos anteriormente, Bento (2017) aponta o *redwashing* como cúmplice da neocolonização que ocorre em níveis diferentes de sofisticação. Logo, não há um processo de genocídio clássico, em que a morte do Outro acontece rapidamente, e sim de estruturar a condição de políticas que veem lentamente exterminando o desaparecimento do povo palestino. Para além da força bélica, o uso tentacular da necropolítica (MBEMBE, 2012) é parte estruturante da sofisticada e tentacular do Estado de Israel.

Nesse sentido, se trama uma reflexão em relação ao cancelamento da participação da cantora no Festival Internacional de Cinema de Tel Aviv dentro da programação do evento TLVFest, em Israel, onde exibiria o filme "Bixa travesty", visto como um boicote a Israel apoiado por Angela Davis, feminista negra e professora emérita da Universidade da Califórnia (EUA). A ação, comunicada

através da rede social Facebook da cantora, se deu tendo em vista a discordância com o plano de governo e ações de ocupação que veem sendo realizadas por Israel na região. O boicote vem sendo liderado por artistas de diferentes partes do mundo contra o estado de Israel, ganhando ênfase em maio de 2018, quando mais de 60 palestinos foram mortos pelas forças armadas israelenses.⁷

Logo, o presente trabalho tem como objetivo perceber frente à noção de necropolítica (MBEMBE, 2012) do Estado de Israel e as organizações LGBTT+ da Palestina, o boicote artístico da cantora Linn da Quebrada como boicote também epistemológico, por romper com as noções de pinkwashing e redwashing vistas como estratégias aliadas à opressão das dissidências sexuais e de gênero. Portanto, a carta de Davis enuncia uma zona de tensão entre as teorias de gênero e o feminismo, principalmente, por deslocar correntes para a emergência de uma rota para o Sul, levando em consideração a possibilidade de novos saberes insurgirem. Nesse sentido, capazes de interpretarem a periferia do capitalismo como potência e a arte como meio de vida em resistência ao neocolonialismo dos corpos e dos territórios. O que pode vir a delinear tráficos e tráfegos na teoria social, possibilitando a noção de uma Sociologia capaz de extraviar conceitos e abordar subjetividades fraturadas e vinculadas em si.

Pinkwashing como estratégia do capitalismo artista

Ao levar em consideração a estratégia do *pinkwashing* no Oriente Médio, em ênfase ao Estado de Israel e as políticas LGBTT+ diante de eventos como o Festival Internacional de Cinema em Tel Aviv e a Queer Party, se faz necessário adentrar na reflexão sobre a dimensão estética do capitalismo artista na contemporaneidade. Lipovetsky e Serroy (2015) abordam com a noção de estetização do mundo a forma com que os sistemas de produção e de consumo acabam remodelados por operações de natureza estética. Logo, os autores conduzem a reflexão para a mobilização de sensibilidades como imperativos estratégicos de marcas, nesse sentido, propondo a definição de um modo de produção estético que delineia o capitalismo de hiperconsumo.

Se a indústria do consumo na era do capitalismo artista cria em massa produtos carregados de sedução, vinculados pelos afetos e pelas sensibilidades sistematizados na estilização de paisagens mercantis, pode-se traçar um paralelo do conceito discutido pelos autores com os catálogos de viagens de férias chamados *Gay Friendly Tour*⁸ com destinos para Madrid, São Francisco e Tel Aviv, por exemplo. O capitalismo artista molda de forma inédita a economia, a sociedade e a arte na história. Vale acrescentar neste caso, a possibilidade do capitalismo artista de capturar a dimensão política dos movimentos sociais e a bandeira de promoção de igualdade de gênero e sexualidade e tornar a estratégia do *pinkwashing* em um constante *"design process"* por criar uma paisagem envernizada de Tel Aviv.

-

⁷ https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/hamas-afirma-que-maioria-de-palestinos-mortos-em-gaza-era-do-movimento.shtml.

⁸ Roteiros de viagem: <u>http://friendlytur.com.br/.</u>

No tempo de estetização dos mercados de consumo, o capitalismo artista multiplica os estilos, as tendências, os espetáculos, os locais de arte, lança continuamente novas modas em todos os setores e cria em grande escala o sonho, o imaginário, as emoções; arteliza o domínio da vida cotidiana no exato momento em que a arte contemporânea, por sua vez, está empenhada num vasto processo de "desdefinição". É um universo de superabundância ou de inflação estética que se molda diante dos nossos olhos: um mundo *transestético*, uma espécie de hiperarte, em que a arte se infiltra nas indústrias, em todos os interstícios do comércio e da vida comum. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 17)

Na era *transestética*, as vanguardas são conectadas na ordem econômica, logo se tornando aceitas, procuradas e sustentadas pelas instituições oficiais. Nesse sentido, Lipovetsky e Serroy (2015) apontam para uma generalização das estratégicas estéticas com finalidade mercantil. Pensar o *pinkwashing* como uma estratégia estética capaz de conduzir o tema LGBTT+ para uma perspectiva emocional, permite enviesar o pensamento dos autores para refletir diante da possibilidade do capitalismo globalizado impulsionar uma estilização de massa não mais restrita ao Ocidente. O que não quer dizer que o capitalismo artista criou apenas um novo modelo de produção, mas favoreceu, com a cultura democrática, o advento de uma sociedade e de um indivíduo estético ou, como apontam Lipovetsky e Serroy (2015), transestético. Portanto, pensar a Parada *Gay* de Tel Aviv e a promoção de eventos de caráter LGBTT+ é contextualizar diante do hiperconsumo, o regime hiperindividualista de consumo que se expande de forma experimental de forma estratégica. "O que importa agora é sentir, viver momentos de prazer, de descoberta ou de evasão, não estar em conformidade com códigos de representação social" (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 19).

A armadilha que o verniz de desenvolvimento traz na distribuição dos modos de produção de consumo na dimensão estética-emocional da propaganda LGBTT+, ressaltada pela intenção de moldar a tolerância do país à diversidade, dilui os conflitos interrelacionados com a limpeza étnica da população palestina. Pois agora, o lema político espanhol "sexo anal contra o capital⁹", ainda atrelado e disseminado pelo que se chama de nova esquerda, se tornou um *slogan* devido à apropriação dos modos de vida subversivos estetizados pelos modos de produção na era hipermoderna. Há um "valor de exposição" na propaganda LGBTT+ de Israel no lugar dos valores políticos decorrentes do processo de estetização da percepção do movimento social. Como destacam os autores, o consumo estéticoturístico do mundo não cessa de se propagar (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 19).

O que se anuncia na era do capitalismo artista é uma comercialização extrema dos modos de vida na qual a dimensão estética e a oferta de todo um conjunto de consumos de maior valor agregado estão em abundância. Por outro lado, o capitalismo artista "não elimina o espetáculo da nova pobreza, das cidades sem estilo, dos corpos degraciosos, das criações culturais pobres e vulgares, da desculturação dos estilos de existência" (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 22). Todavia, é possível perceber a estratégia do *pinkwashing* como uma ferramenta de fabricação do capitalismo transestético ao destacar o espetáculo como imperativo comercial.

Dentre as quatro lógicas principais que caracterizam e particularizam o capitalismo artista, o pinkwashing em Israel acaba sendo uma estratégia que complementa a noção de hipermodernidade

-

https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Marcha-mostra-vitalidade-da-nova-esquerda/2/10203.

abordada pelo viés transestético. Em um primeiro aspecto, ao ressaltar a relação e generalização da ordem do estilo nos bens provenientes ao consumo, a estratégia da *lavagem-rosa* passa de política para também estética ao criar beleza e espetáculo ao conquistar nichos de mercado. Lipovetsky e Serroy (2015) destacam a "engenharia do encantamento" como caracterização do capitalismo artista, logo, este conceito se esboça de forma essencial para a demarcação da atuação do *pinkwashing*. Em um segundo aspecto, ao considerar o capitalismo artista como sistema que desestabiliza hierarquias culturais, o *pinkwashing* aparece como processo de hibridização que mistura estética e indústria. Tais processos, dentro dos imperativos transestéticos, impedem de reduzir a dimensão artista do capitalismo ao embelezamento do sistema. Portanto, o *pinkwashing* não se torna uma variável periférica, pois dentro do paradigma estético contribui para o desenvolvimento de uma produtividade industrial.

Assim, dentro da máquina estética produtiva, a estratégia rosa que produz ficções no território Israel, dá evasão a desejos e emoções não somente para uma elite social restrita, mas para um conjunto de consumidores, construindo realidades mercantis e imaginários ao disseminar a promoção LGBTT+ na ordem simbólica de desenvolvimento no panorama transnacional da indústria. A dinâmica exponencial do consumo no capitalismo artista delineia um consumidor faminto por espetáculo, assim como também desenha "evasões turísticas, de experiências emocionais, de fruições sensíveis: em outras palavras, um consumidor estético ou, mais exatamente, transestético" (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 39).

Se no capitalismo artista a arte está sempre associada ao híbrido das lógicas comerciais, indo do utilitário ao entretenimento, a noção de hiperarte assinala uma estratégia de *marketing* pautada em um jogo de sedução. Nesse cenário, se estrutura o neoconsumidor que se depara com uma economia estética. A estética se tornou um objeto de consumo de massa ao mesmo tempo que um modo de vida democrático. Uma hiperarte também na medida em que não simboliza mais um cosmos, não expressa mais narrativas transcendentes, não é mais a linguagem de uma classe social, mas funciona como estratégia de marketing, valorização distrativa, jogos de sedução sempre renovados para captar os desejos do neoconsumidor hedonista e aumentar o faturamento das marcas. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 17)

Distante da dialética entre bem e mal, o capitalismo artista pôs em movimento uma cultura, um indivíduo estético de um gênero inédito. Diante da operatividade da arte e abertura para narrações emocionais do capitalismo artista, aparece uma "vida fagocitada por um consumismo hiperatrofiado". Ao traçar uma relação com o espetáculo e o abjeto, Lipovetsky e Serroy (2015) dizem que a lógica do hiperespetáculo supera os limiares da representação, se estendendo ao próprio corpo a própria experiência. Com o hiperespetáculo, o regime consumativo de arte contemporânea se converte não na produção de sentido, mas na experiência do ver e sentir o instante.

A imagem do artista acaba por ser espontaneamente midiatizada para produzir uma mensagem simples que domine efeito de choque imediato. Por meio do "escandaloso", a obra hiperespetacular tem função fática e tende às operações de comunicação publicitária. A estética do choque e do extremo se dão em promoção ao *marketing*. Se a produção capitalista estigmatiza como barbárie moderna o empobrecimento do sensível e dos elementos poéticos da vida social, o sujeito

contemporâneo aparece atravessado pela dimensão estético-emocional, sendo uma só vez reflexiva. É nesse contratempo de reflexão dentro da dimensão estético-emocional que reside a posição do contemporâneo, no caso, ao tomar a obra da *atroz* Linn da Quebrada como contemporânea, permitese pensar nas invenções do presente e nas narrações emocionais na performance da artista.

A nova Eva, filha das travas, obra das trevas

Em entrevista para o *Jornal Sertão Transviado*¹⁰, a cantora e atriz Linn da Quebrada fala sobre estratégias políticas para desestabilizar o sistema heteronormativo na sociedade. "Começaria por tirar os paus da mesa e pôr os cus na reta", responde. Para repensar a centralidade do pau na sociedade, Linn se define como uma "bicha preta brasileira, artista multimídia¹¹" e por isso aposta no corpo como ferramenta do seu próprio trabalho. A partir dos marcadores sociais que condicionam demarcações rígidas como preta, bicha e travesti, a cantora encontra vetores de força. É possível perceber as afirmações de Linn nas letras do disco *Pajubá*, lançado em 2017, cujo título faz referência à linguagem que expressa a palavra de origem africana ocidental adotada pela comunidade LGBTT+.

Recentemente na Europa, a artista percebe o corpo como uma falha no sistema, "uma prova viva de que o sistema falhou"¹². No documentário "Bixa Travesty", lançado em 2018 e dirigido por Kiko Goifman e pela Claudia Priscilla, Linn começa dizendo que é "a nova Eva, filha das travas, obra das trevas". O longa metragem selecionado para a sessão Panorama do Festival de Berlim ganhou no dia 23 de fevereiro o prêmio Teddy Awards, dedicado às produções com temática LGBTQ assistidos na programação.

A atriz, durante os dias 17 e 23 de fevereiro de 2018, permaneceu na Europa com a divulgação do filme e na sequência anunciou oito shows ao lado de Jup do Bairro (*backing* vocal) e DJ Pininga (*pick ups*) da "Trava Tour". A turnê iniciou em Berlim, no dia 23, passou por Amsterdã, Paris, Lisboa, Madrid, Colônia e Munique. Nascida na capital paulista, zona periférica da zona Leste, a artista cresceu no interior do estado entre as cidades de Votuporanga e São José do Rio Preto, iniciou a carreira como *performer* com a canção "Enviadescer", lançada em março de 2016 no *Youtube*.

Considerada terrorista de gênero¹³, Linn da Quebrada é citada por Colling (2018) como uma das artistas que fazem parte das condições de emergência, com ênfase nos últimos dez anos, de artistas ativistas das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil. Sintonizada em uma perspectiva *queer*, o autor explica por meio da genealogia em Foucault, como obras similares as da artista se correlacionam com as novas políticas sexuais e de gênero que desviam da rigidez identitária, "normalmente mais utilizados pelo movimento LGBT" (COLLING, 2018, p. 153).

¹⁰Ler em < https://issuu.com/sertaotransviado/docs/serta_o_transviado_-_impressa_o>

¹¹ Ver em https://www.youtube.com/watch?v=T7ardr-LbVU.

¹² Idem.

 $^{^{13} \}underline{\text{http://gl.globo.com/musica/noticia/2016/09/de-testemunha-de-jeova-voz-do-funk-lgbt-mc-linn-da-quebrada-se-dizterrorista-de-genero.html}.$

O termo dissidência é utilizado pelo autor como forma de alcançar outros enunciados para produções artísticas de gênero e sexualidades ao invés de se aproximar do discurso de tolerância, sendo este visto como normatizado por um viés multicultural e neoliberal que o termo diversidade tem sido aderido institucionalmente. Colling (2018) destaca ainda que a perspectiva *queer* produz reflexões distintas sobre gênero e sexualidades em relação aos considerados estudos *gays* e lésbicas. A dissidência cunha uma locução pós-identitária, circula em parâmetros locais de produção de saberes, fazendo uma frente crítica a uma posição política e sem destacar nenhuma identidade préestabelecida.

As disparidades entre movimento LGBT e ativismo *queer* são esboçadas por Colling (2015) com o objetivo de desmistificarem também a noção de que o *queer* é antiidentitários ou contra identidades.

Pelo contrário o ativismo queer chega a ser, em determinados momentos, hiperidentitário. A diferença está em quais são as identidades privilegiadas. O ativismo queer é hiperidentitário em identidades tidas como as mais abjetas, aquelas que envolvem as bolleras/sapatonas mais masculinizadas, as maricas locas/bichas afeminadas e fexativas, as não monogâmicas, as pobres, as adeptas de práticas sexuais tidas como não convencionais, as diversas identidades trans, enfim, etc. e etc. (COLLING, 2015, p. 247).

Por outro lado, o autor não quer dizer que o movimento LGBT desconsidere tais identidades tidas como abjetas, a diferença reside entre quais identidades são privilegiadas e quais identidades são mais afirmadas. Na emergência de dissidências *queer* no cenário artístico brasileiro, a perspectiva ativista rompe com elementos mais formalizados do movimento, vindo a produzir um contradiscurso visto como potente para a produção cultural e provocador para as categorias. Linn da Quebrada, no caso, sintoniza com uma produção ativista *queer* que se aproxima da noção de artivismo, principalmente por movimentar, como cita Colling (2018) sobre a condição do cenário político atual, a emergência de identidades trans e pessoas não-binárias no país. Segundo Raposo (2015) o conceito de artivismo parte de um neologismo instável no campo das Ciências Sociais ou no campo das Artes. "Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas" (RAPOSO, 2015, p. 8). Tal produção possui natureza que, de acordo com este autor, em um dado contexto histórico e social, pretende alcançar mudança ou resistência, nesse sentido, chegando a ser reinvindicação social e ruptura artística.

Nesse sentido, vale dizer que a obra de Linn da Quebrada aparece pelo seu posicionamento que reverbera tensões na produção artística e cultural da música brasileira, atravessando sentidos e produzindo saberes subalternos em locução, principalmente no que diz respeito aos marcadores sociais tidos pela cantora como forças na criação de redes capazes de friccionarem pela reapropriação de discursos o núcleo da heteronorma vigente na sociedade. Ao levar com consideração a era do capitalismo artista (LIPOVETSKY; SERROY, 2015) e a estratégia do *pinkwashing* (SCHULMAN, 2011) utilizada pelo Estado de Israel para promover o discurso de tolerância LGBT dentro da dimensão estético-emocional do conceito de hiperarte, pode-se dizer que o boicote de Linn ao evento Festival Internacional de Cinema em Tel Aviv e a festa *Queer Party* assume caráter político artivista em uma

perspectiva das dissidências sexuais e de gênero por romper com a lógica mercantil da vida social, com ênfase nas identidades negras, trans, periféricas e travestis.

Logo, o boicote artístico também é epistêmico por fazer uma cisão na reprodução da imagética-discursiva de desenvolvimento do Ocidente que o Oriente acaba por difundir de forma transnacional pela estratégia do *pinkwashing* do Estado de Israel e pelo caso do turismo e da propaganda LGBTT+. A postura e a estética artivista da Linn da Quebrada explicita intenções políticas que criam e entendem "manifestações artísticas como formas distintas de fazer política, em especial quando contrapostas às formas mais "tradicionais" usadas pelo movimento LGBT e feminista mainstream" (COLLING, 2018, p. 158). Por ter um enunciado que produz uma visão crítica das dissidências de gênero, o artivismo de Linn se posiciona frente a uma genealogia local de sexualidades críticas nacionais em parâmetros transnacionais.

O boicote artístico de caráter também epistêmico acaba tendo uma postura pós-colonial diante da produção neocolonial dos corpos. O que pode escapar diante do período de subjetividades flexíveis (ROLNIK, 2011), perversamente apropriadas pelo capitalismo e por estratégias como o pinkwashing, de forças conservadoras que articulam regimes ditatoriais. Apresenta uma reação desestabilizadora e subversiva, uma estratégia entre outras que pode ser apropriada para combater produções científicas sexuais, de vigilância ou sujeição, pois o desejo acaba mediado, sendo "imperativo da lei e para dialogar com as artes eróticas e os conhecimentos produzidos a partir das heterotopias, dos cuidados de si, das escritas de si, das singularidades" (COLLING, 2018, p. 160).

Do ponto de vista acadêmico de produção de conhecimento, Colling (2018) destaca que o crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, sobretudo dos estudos *queer* e das dissidências sexuais e de gênero, pode ter contribuído para a difusão do artivismo. A temática permite discutir a forma como fruição dessa produção artística atingiu as ciências e repercutiu na elaboração de uma epistemologia do artivismo. Matos (2008) traz a existência do campo de estudo de gênero marcado pelo reordenamento de cunho não apenas teórico-político, mas também epistemológico. Diante do aporte e da contribuição de gênero feminista, Matos (2008) aponta a capacidade de uma ciência em permanente devir, na constante problematização das normas hierárquicas e das subordinações e na transgressão multicultural emancipatória como método.

Além disso, a autora considera que a tensão entre gênero e feminismo é o aspecto que recorta a especificidade que demarca um novo campo das ciências. Portanto, compreender a interlocução entre a filósofa feminista Angela Davis e a cantora trans Linn da Quebrada através de uma carta é alargar a dimensão homogênea, estável e tradicional da produção científica legitimada pela condição totalizadora da produção hegemônica de conhecimento. A interlocução entre as ativistas do campo do feminista e das dissidências de gênero dialoga com que Matos (2008) entende sobre a emergência de um novo campo científico, ou seja, "afirmar uma forma de entendimento da ciência, em si mesma, como sendo, a um só tempo, discurso sobre a verdade e autorização científica, vistos a partir de uma perspectiva radicalmente crítica e reflexiva" (MATOS, 2008, p. 342).

É possível, por meio da carta escrita por Davis para Linn, recorrer ao significado de rede e vínculo (LATOUR, 2015), uma vez que a interlocução entre os agentes envolvidos reposiciona enunciados e agencia um esboço teórico-político para se pensar a tensão na produção de conhecimento de forma epistemológica, tendo como escopo um caráter emancipatório e uma ação reivindicadora. A compreensão do que Latour (2015) esboça de "faitiche", expressão mesclada das palavras feito/fato e fetiche, "na qual as primeiras são objeto de um discurso positivo de verificação e a segunda de um discurso crítico de denúncia" (LATOUR, 2015, p. 126), abre caminho para o "faz fazer" por uma *Sociologia do Extravio*.

Cartas para o Sul, por uma Sociologia do extravio

"A amizade que se dá a distância precisa, portanto, de ambos — das próprias cartas e de seus propagadores ou intérpretes" (SLOTERDIJK, 2000, p. 8). O trecho retirado da obra do filósofo alemão reflete sobre a observação do escritor Jean Paul sobre os livros, que seriam cartas dirigidas a amigos, apenas que mais longas. Através de uma resposta à carta de Heiddegger sobre o Humanismo, Sloterdijk (2000) inicialmente traz que natureza e a função do humanismo seria uma comunicação propriamente realizada à distância por meio da escrita.

Sem se aprofundar na crise do humanismo, na dimensão antropotécnica, e nem na hegemonia política do *parque humano* que o Sloterdijk (2000) apresenta para um novo humanismo, toma-se as cercanias em torno da linguagem das correspondências para pensar a disposição das teorias de gênero e sexualidades de ler os artivismos das dissidências sexuais através da carta de Davis para Linn. O que se pretende alcançar com a leitura da carta é enfatizar o papel essencial desempenhado pela escrita, envio e recepção de textos filosóficos na elaboração de um campo possível epistemologicamente.

O remetente desse gênero de cartas de amizade envia seus escritos ao mundo sem conhecer os destinatários — ou caso os conheça, está consciente de que o envio das cartas os ultrapassa e consegue criar uma multiplicidade indeterminada de oportunidade de estreitar amizades com leitores anônimos, muitas vezes ainda nem nascidos" (SLOTERDIJK, 2000, p. 9).

O documento, escrito no dia 22 de maio de 2018, que pede para Linn da Quebrada reconsiderar sua presença no Festival Internacional de Cinema em Tel Aviv, Israel, reconhece o trabalho da artista brasileira em âmbito internacional e mostra as condições com que as palestinas e palestinos tem atuado frente ao regime brutal israelense de ocupação e *apartheid*. Davis (2018) cita as redes de boicote do povo palestino como um chamado de solidariedade para responsabilizar Israel pelas violações aos Direitos Humanos e enfatiza que Linn deve evitar participar do evento com o uso da sua arte e da sua resistência para não encobrir os crimes cometidos pelo Estado.

Por isso a filósofa do pensamento feminista negro, ressalva o boicote ao evento como uma estratégia de não legitimar os laços militares próximos a Israel que viabilizam sistemas de opressão e discriminação racial tanto no genocídio do povo negro brasileiro e norte-americano. Assim, sugere

anular a propaganda opressiva de Israel em virtude da articulação entre o ativismo da dissidência de gênero e do feminismo negro, logo, apoia a artivista Linn no cancelamento da participação no evento.

Sua arte e sua luta demonstram a importância da interseccionalidade e da necessidade urgente de que todos os espaços sejam ocupados por vozes negras, feministas e queer. No entanto, há lugares em que nossa ausência deliberada mostra uma mensagem ainda mais forte e necessária. Permite-se sermos coerentes com a base de nossas lutas pela plena liberação de nossos corpos. O TLV Fest é um desses lugares. Não devemos emprestar nossos corpos a um festival que mascara racismo, limpeza étnica, massacres, demolições de casas e prisões de crianças (DAVIS, 2018, p.1).

O que Davis (2018) sugere ao cancelamento da presença de Linn no evento é uma interlocução capaz de criar uma rede de boicote às práticas opressivas do estado de Israel, o que dialoga de forma conectiva com o pensamento da cantora em estabelecer conexões com outras vidas abjetas por meio da música. O encontro se aproxima da noção de fatura/fraturas por meio do que Latour (2015) chama de "faitiche", sobretudo por chamar a atenção para *as coisas que por si só já são vinculadoras.* Nesse sentido, é em direção ao vinculamento que se dirige a leitura da carta. Na natureza do próprio *comando* que a carta possui, não apenas nas possibilidades dos atores ou sistemas de comandar. O que o autor sugere ao romper com a divisão das Ciências Sociais entre ator e estruturas da sociedade, aparece como uma alternativa de *dispensar plenamente o senhor*.

Latour (2015) traz a possibilidade de pesquisa que se curta-circuita entre fissuras que de tão genéricas não se vinculam para além das especificidades das coisas e por si só são ações de um *faz-fazer*. Isto é, a proposta seria de dar vazão a movimentos novos que espantam a si mesmos. Latour (2015) tenta explicar como um sujeito falante se apropria daquilo que, no entanto, o determina. Logo, a carta aparece como um vínculo capaz de fazer-fazer, ou seja, capaz de multiplicar vínculos, substituir um vínculo por outro ou até selecionar dentre os vínculos os que matam e os que salvam. O pedido de Davis por meio da carta, na perspectiva do *pinkwashing* como estratégia do capitalismo artista, se destaca como um vínculo que salva. Nesse sentido, "as redes — ou os rizomas — permitem não apenas distribuir a ação, mas também operar os desvinculamentos e as rupturas na proximidade e, inversamente, os revinculamentos na distância" (LATOUR, 2015, p. 142). Para o autor, as redes são eficazes na redistribuição de forças, designam o que afeta, pondo em movimento por meio do faz-fazer de forma centrípeta.

Chega-se, por redes de vinculamento atuantes na tensão da produção de conhecimento sobre teorias de gênero, ao que o artigo sugere como *Sociologia do Extravio*. Mas antes, será preciso apontar o rumo destinatário, as rotas para o Sul (SANTOS, 2008). Principalmente, por conter um artivismo lido não na tradução do *queer*, mas na produção da dissidência descentralizada da legitimidade eurocêntrica hegemônica e tradicional do conhecimento, por emergir para além *pensamento abissal* moderno Ocidental (SANTOS, 2009) e por provocar um cismo na impossibilidade de co-presença do outro lado da linha.

A Sociologia do Extravio seria endossada pelas cartas que, como livros, só que menores, se extraviam por redes de vinculamento e desvinculamento e provocam tensão na produção de

conhecimento, viabilizando a emergência de dissidências como um novo campo científico, ao promover uma nova discussão sobre o conhecer do outro lado da linha, como pontua Santos (2008), em convergência com o pensamento pós-abissal. O que interessa para a *Sociologia do Extravio* é a confluência entre os cosmopolitismos subalternos (SANTOS, 2008), ou seja, se por um lado a sociologia das emergências aponta para as contrações do futuro, "de possibilidades concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente através das atividades de cuidado" (SANTOS, 2008, p.21), a sociologia do extravio busca *vinculamentos em si* possíveis entre tais *emergências* por meio de coalizões que se afetam. Logo, a sociologia do extravio se localiza em uma perspectiva pós-abissal e pela *co-presença radical igualitária*.

O que se sugere com a Sociologia do Extravio é uma discussão sobre o conhecer da coalização promovida pelos vinculamentos em si mesmos diante das dissidências sexuais e de gênero a partir de um método genealógico crítico sobre práticas capazes de nortear a produção cultural do artivismo contemporâneo. Logo, a sociologia abordada neste trabalho, permitirá refletir sobre a qualidade dos vinculamentos emergentes do *extravio* pós-abissal. A Sociologia do Extravio, com base na Sociologia das Redes e na Sociologia das Emergências, busca adentrar na coalização do enunciado vinculado na zona de intermédio do faitiche. Em uma próxima etapa, se pode considerar como exemplo capaz de *faz-fazer* do *extravio*, uma genealogia (FOUCAULT, 1993) dos vinculamentos nos mapeamentos das redes dissidentes possíveis resultados da interlocução da carta de Davis para Linn.

Considerações Finais

Retomar o pensamento de hooks (1992) para perguntar se a Tel Aviv está em chamas, faz-se necessário para poder esboçar uma crítica frente à estratégia do *pinkwashing* que funciona como uma propaganda de uma capital desenvolvida e tolerante, ou seja, acolhedora para a população LGBTT+. Com o capitalismo artista, a lavagem rosa entra em uma dimensão estético-emocional enviesada pela noção de hiperarte, assinalando uma tática de marketing capaz de produzir ficções emocionais no território Israel, ofuscando os conflitos com o povo palestino.

Deste modo, é possível compreender o cancelamento da participação de Linn da Quebrada ao Festival Internacional de Cinema em Tel Aviv como um boicote ao capitalismo artista por não promover o hiperespetáculo da dissidência artístico-cultural. Logo, a ação também se organiza como um boicote epistêmico, por dar reverberação na constituição de *vinculamento*s através de redes dissidentes solidárias ao povo palestino que luta contra o regime brutal de colonização em curso. A interlocução, vista como co-presença radical entre Davis e Linn, se dá pelo *extravio* do pensamento epistêmico tradicional sobre ciência, justamente na tensão entre gênero e feminismo. A carta aparece como um cismo teórico-político facilitado pela noção do *faitiche,* portanto, se formula no pensamento pós-abissal em rotas para o Sul.

Os enunciados produzidos diante do *vínculo* abrem caminho, por meio das redes (LATOUR, 2015) e emergências (SANTOS, 2002), para uma Sociologia que tem como escopo as alianças

estabelecidas nas redes dos *vinculamentos em si*. Se para Lipovetsky e Serroy (2015) se habita um tempo de hibridização da estética e da ética, a *Sociologia do Extravio* pretende compreender não de forma justificativa as alianças do capitalismo transestético que se anuncia, mas sim as *coalizações dos vínculos emergentes* que anunciam o extravio através da dissidência por cismos epistêmicos.

Referências

BENTO, Berenice. 'Redwashing': discursos de 'esquerda' para limpar os crimes do Estado de Israel. Opera Mundi. 2017. Disponível: http://operamundi.uol.com.br/blog/samuel/quebrandomuros/redwashing-discursos-de-esquerda-para-limpar-os-crimes-do-estado-de-israel/. Acessado em 12 de junho de 2018.

BELMONT, Flávia. *A resistência à ocupação também é colorida*: o pinkwashing israelense como tentativa de estigmatização da população palestina. 2016, 77f, TCC - Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB.

Bixa Travesty. São Paulo, 2018, 75min. Dirigido por Claudia Priscilla e Kiko Goifman.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.* EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro. A emergência dos artivismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. Sala Preta, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018.

DAVIS, Angela. [Carta] 22 mai. 2018, Estados Unidos, [para] QUEBRADA, Linn. São Paulo.1f. Solicita cancelamento de participação no TLV Fest.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HOOKS, bell. Black looks: Race and representation. South East Press, Bosta, MM, 1992.

LATOUR, Bruno et al. *Faturas/Fraturas*: da noção de rede à noção de vínculo. Ilha Revista de Antropologia, v. 17, n. 2, p. 123-146, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo*: viver na era do capitalismo artista. Editora Companhia das Letras, 2015.

MATOS, Marlise. *Teorias de gênero ou teorias e gênero?* Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Estudos Feministas, p. 333-357, 2008.

MAURA, Julia. *Face-Cam – Linn da Quebrada*: Bixa Travesty. Friction Magazine. Realização: Julia Maura. Disponível em <<u>https://www.youtube.com/watch?v=T7ardr-LbVU</u>> Acesso em 24 de junho de 2018.

MOREIRA, Ribamar. *Tirar os paus da mesa e pôr os cus na reta*. Jornal Sertão Transviado. Ano 2, edição 5, Página 3. 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica, una revisión crítica*. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAMMUAC, 2012, p. 130-139

PUAR, Jasbir. *Terrorist Assemblages*: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

Oriented. Noruega, 2015, 86min. Dirigido por Jake Witzenfeld.

PARRINE, Raquel. *Construção de gênero, laços afetivos e luto em Paris Is Burning*. Estudos Feministas, v. 25, n. 3, p. 1419-1436, 2017.

Paris Is Burning. Nova lorque, 1990, 78min. Dirigido por Jennie Livingston

QUEBRADA, Linn da. *Pajubá*. São Paulo: Web, 2017. 14 faixas. 1 CD.

RAPOSO, Paulo. "Artivismo": articulando dissidências, criando insurgências. Cadernos de arte e antropologia, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SAID, Edward. *Orientalismo*: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Laura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 513 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.* Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

_____, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul.* Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 80, p. 5-10, 2008.

SCHULMAN, Sarah. Israel and 'Pinkwashing'. New York Times, v. 22, 2011.

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo.* Estação Liberdade, 2000.

Recebido em: 15 de agosto de 2018 Aceito em: 12 de setembro de 2018



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018 ISSN: 2317-0352

O ensino de Sociologia: entre o prescrito e o feito

The teaching of Sociology: between the prescribed and the done

Marcelo Sales Galdino

Professor da Rede Estadual de Pernambuco. Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: msgaldino@yahoo.com.br

Priscilla Silvestre de Lira Oliveira

Professora da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Mestre em Educação Matemática e Tecnológica pela UFPE. E-mail: silvestre.priscilla@gmail.com

Resumo

Este texto pretende apresentar os resultados de uma pesquisa acerca do ensino de sociologia, que teve como objetivo geral: comparar os currículos oficiais da disciplina, apresentados pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação de Pernambuco, com currículos reais, ensinados por professores rede estadual, identificando convergências desta divergências. Partiu-se da premissa de Sacristán (2000): a prática docente, por mais que seja prescrita em documentos, sempre é recontextualizada, portanto, o currículo é modificado entre a elaboração oficial e a execução. Contreras (2002) forneceu base teórica quanto à autonomia dos professores diante do currículo e as suas possibilidades de recontextualização. Foram usadas como fontes da pesquisa e objeto de análise documental os seguintes documentos oficiais: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Parâmetros Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais +, OCN Orientações Curriculares Nacionais e PCPE Parâmetros Curriculares de Pernambuco. Quanto aos currículos reais foram investigados três professores, com formações acadêmicas distintas, o que permitiu identificar práticas curriculares contrastantes. Para coleta de dados foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas semiestruturadas, observação não participante de aulas e análise dos planos de curso. Os dados coletados, em interação com os instrumentos teóricos, possibilitaram formular, como contribuição analítica, seis diferentes proposições tipológicas, variáveis de acordo com os aspectos analisados, sobre os professores e o currículo real. A pesquisa sugeriu ainda que é possível um manejo institucional dos contrastantes tipos de currículo real, de modo a aperfeiçoar ganhos para o ensino.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Currículo. Ensino Médio.

Abstract

This text intends to present the results of a research on the teaching of sociology, which was the general objective: to compare the official curriculum of the discipline, presented by the Department of Education and the Secretariat of Education of Pernambuco, with real curriculum, taught by teachers of this state network, identifying convergences and divergences. It was departed from the premise of Sacristán (2000): The teaching practice, however prescribed in documents, is always recontextualized, so the curriculum is modified between the official elaboration and the execution. Contreras (2002) provided a theoretical basis for the autonomy of teachers before the curriculum and their possibilities for recontextualization. The following official documents were used as research sources and object of documentary Analysis: National Curricular Guidelines for High School, National Curriculum Parameters, National Curriculum parameters +, National Curricular Guidelines and [Curriculum Parameters of Pernambuco. As for the actual curricula, three teachers were investigated, with various academic formations, which allowed them to identify contrasting curricular practices. For dice collection. The following methods were used: semistructured interviews, nonparticipant observation of classes and analysis of courses plans. The data collected, in interaction with the theoretical instruments, made possible to formulate, as an analytical contribution, six different propositions typological, variables according to the aspects analyzed, on the teachers and the actual curriculum. The research also suggested that it is possible an institutional management of the contrasting types of real curriculum, in order to improve gains for the teaching.

Key words: Teaching sociology. Curriculum. High School.

Introdução

Estão sinteticamente apresentados aqui os resultados de uma pesquisa que teve por objetivo geral fazer uma comparação entre currículos oficiais de Sociologia, enquanto disciplina do Ensino Médio, apresentados pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação de Pernambuco, e os currículos reais, que são os efetivamente trabalhados pelos professores em sala de aula, identificando convergências e divergências.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir do estudo de múltiplos casos, três no total. De caráter exploratório, por inicialmente trilhar caminhos desconhecidos, em profundidade, sobre o tema, e pesquisa aplicada, visando contribuir com a identificação de diferenças entre os currículos oficiais e reais na disciplina de Sociologia no Ensino Médio. O conceito de currículo oficial ou

prescrito refere-se a uma seleção de temas, conteúdos, métodos, teorias e orientações gerais formulados por órgãos oficiais e sugeridos ou determinados aos docentes.

O currículo formal ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso nas diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. Podemos citar como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas curriculares dos estados e dos municípios (LIBÂNEO, 2007, p.363).

Já o currículo real é o que de fato é trabalhado pelos professores, em sua prática; é o currículo em ação, adaptado e didatizado pelos docentes, de acordo com o contexto em que a prática do ensino é efetivada.

[...] é aquele que, de fato, acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos (LIBÂNEO, 2007, p. 363).

Os currículos, tanto o oficial quanto o real, são uma colagem de recortes e uma seleção dos variados saberes produzidos socialmente e influenciados por visões sociais de mundo; não são objetos neutros ou apenas peças técnicas. Como premissa, entende-se que o currículo real, por mais que a sua efetivação seja detalhadamente prescrita em documentos oficiais, dificilmente será uma mera reprodução desses documentos.

[...] Parece que a realidade da prática de ensino, de uma forma geral, é de fato uma atividade distanciada dos currículos oficiais. Um político ou administrador que acredita poder mudar a prática modificando o currículo que ele prescreve, desde as disposições legislativas ou regulações administrativas esquece, por exemplo, que não são as disposições que incidem diretamente no cotidiano. Obviamente, os professores, quando programam e executam a prática, não costumam partir das disposições da administração. As orientações ou prescrições administrativas costumam ter escasso valor para articular o dia-a-dia dos docentes, para planejar atividades de ensino ou para dar conteúdo definido a objetivos pedagógicos, que por muito específicos que sejam e por mais concreta a definição que tenham, não podem transmitir ao professor o que é preciso fazer com os alunos, o que lhes ensinar (SACRISTÁN, 2000, p. 103).

Desse modo, por serem variados os condicionantes, visões sociais de mundo e contextos em que cada professor está inserido, o currículo real também pode ser entendido como o currículo que é possível ser efetivado diante das situações concretas de uma prática de ensino.

Metodologia

Visando alcançar o objetivo geral da pesquisa, no que tange aos currículos oficiais, alguns documentos curriculares foram selecionados e previamente analisados. Foram eles: as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); os Parâmetros Curriculares Nacionais- Mais (PCN+); as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino

Médio (OCNEM) e os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (PCPE)¹. Com exceção das DCNEM, que é um documento geral para todo o Ensino Médio, a análise dos demais teve como foco as respectivas seções que tratam da disciplina Sociologia.

Quanto à análise dos currículos reais, foram selecionados três professores que ensinam Sociologia na Rede Pública Estadual de Pernambuco em distintas escolas, localizadas em área urbana, na cidade do Recife. Duas delas oferecem ensino regular e uma terceira Ensino Médio integrado ao técnico. Porém, essas diferenças não serviram de critério para as escolhas.

Uma característica encontrada na pesquisa de campo, identificada como de grande influência na prática dos professores, diz respeito à sua formação. Dos três investigados, apenas um possui formação em Licenciatura em Ciências Sociais, os outros dois são licenciados em História e Filosofia e ministram aulas de Sociologia como forma de completar a carga horária de trabalho². É válido comentar que essas diferenças foram encontradas aleatoriamente nas escolas pesquisadas, não sendo, portanto, critério prévio para seleção dos sujeitos pesquisados.

Dados do censo educacional do MEC/INEP, 2016 (Apud Bodart e Silva, 2016, p.213), sugerem que os contrastes entre as formações dos docentes que lecionam Sociologia é um fenômeno nacional. Nesse sentido, a diversidade nas formações dos sujeitos pesquisados se insere dentro da lógica geral do perfil dos professores da disciplina. As cinco principais formações são, em ordem decrescente: 19,8% Licenciados em História, 13,8% Licenciados em Pedagogia, 11,4% Licenciados em Ciências Sociais, 9,9% em Licenciados em Geografia e 9,2% Licenciados em Filosofia. Em seu conjunto elas representam 64,1% dos professores, os outros 35.9% estão distribuídos em diversas licenciaturas e bacharelados, inclusive da área de Linguagem e Ciências da Natureza e Matemática.

Buscando detectar e, posteriormente, caracterizar os currículos reais, os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados com cada um dos professores: observação não participante de quatro aulas, análises de planos de aula e entrevistas semiestruturadas.

Debate teórico: a autonomia docente e a gestão do currículo

No sentido de orientar a interpretação dos dados coletados partiu-se de contribuições teóricas do campo da educação, no que se refere às categorias de autonomia docente no ato de ensinar e de gestão do currículo que é praticada pelos professores. Para tanto, foram utilizadas as

DCNEM- http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. (2013)

PCN- http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf (1999)

PCN+- http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf. (2002)

OCNEM- http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. (2006)

PCPE- http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/fil soc parametros em2013.pdf. (2013)

² Um professor contratado para ministrar uma determinada quantidade de aulas, na disciplina à qual é habilitado, pode não encontrar, na escola onde está localizado, a quantidade total de aulas para ter sua carga horária completa. Diante disso, a administração pública entrega ao professor aulas de outras disciplinas como forma de complementar a carga horária mínima prevista no contrato assinado pelo trabalhador com o poder público.

contribuições de Contreras (2002), no caso da autonomia, e de Sacristán (2000), para a gestão do currículo.

Três tipos gerais de autonomia dos professores são apresentados por Contreras (2002) e serviram de base para esse trabalho: o "especialista técnico", "o docente como profissional reflexivo" e o "professor como intelectual crítico". Tais tipos, segundo o autor, são fruto de reflexões teóricas; não foram construídos a partir de dados empíricos.

A concepção tradicional do currículo fomenta um entendimento próprio sobre a autonomia profissional do docente. O tipo teórico que Contreras (2002) apresenta e que mais se aproxima deste tipo de currículo é o chamado: "especialista técnico". Segundo o referido modelo, esse profissional sofreria a influência de três componentes:

[...]a- Um componente da ciência e da disciplina básica sobre o qual a prática se apoia e a partir do qual se desenvolve; b- Um componente da ciência aplicada ou de engenharia a partir do qual deriva a maioria dos procedimentos cotidianos de diagnósticos e de solução de problemas; c- Um componente de habilidades e atitude, que se relaciona com a atuação concreta a serviço do cliente, utilizando para isso os dois componentes anteriores de ciência básica e aplicada (SHEIN apud CONTRERAS, 2002, p. 91).

Fazendo um paralelo com essa dissecação do conceito, pode-se afirmar que o campo da ciência básica, no caso do professor de Sociologia no Ensino Médio, é o próprio acervo acadêmico dessa disciplina, toda produção científica acerca do social, seja teórica ou empírica. O segundo componente se relacionaria mais à didatização da disciplina, da ciência básica para o Ensino Médio; trata-se aqui de questões de métodos de ensino e até mesmo da produção de materiais didáticos. O terceiro componente, a habilidade e a atitude, seria próprio do docente, que se tornaria um mero aplicador das técnicas e dos métodos elaborados pelo segundo componente, a partir do primeiro.

O segundo tipo de autonomia docente teorizado por Contreras (2002) é o "docente como profissional reflexivo". O autor parte do princípio de que a atividade docente se dá num espaço onde prevalece a imprevisibilidade e fenômenos que, para serem entendidos e sofrerem alguma intervenção, necessitam serem contextualizados. Portanto, o professor precisa ir além da reprodução técnica do currículo.

O que o modelo de racionalidade técnica como concepção de atuação profissional revela é a sua incapacidade para resolver e tratar tudo o que é imprevisível, tudo o que não pode ser interpretado como um processo de decisão e atuação regulado segundo um sistema de raciocínio infalível, a partir de um conjunto de premissas. A rigidez com que se entende a razão da perspectiva positivista é o que provoca essa incapacidade para atender todo o processo de atuação que não se proponha de [sic] regras definidas para alcançar os resultados previstos. Por isso, deixa de fora de toda consideração àqueles [sic] aspectos da prática que têm a ver com o imprevisto, a incerteza, os dilemas e as situações de conflito (CONTRERAS, 2002, p.105).

Justamente por sua natureza de imprevisibilidade e de múltiplos microcontextos, o professor necessita, a todo momento, refletir e rever sua prática. Isso seria uma "reflexão na ação". Não significa apenas o aprimoramento ou a reelaboração das técnicas diante de situações problemáticas, mas,

implica num amplo espectro de possibilidades de reflexão, que podem ter como objeto as próprias técnicas e até mesmo os fins e valores a que uma determinada ação se propõe. Na lógica desse tipo de autonomia docente, o próprio currículo também pode passar a ser objeto de reflexão. O currículo prescrito rigidamente pode ser subvertido por uma ideia de currículo que, a partir da reflexão na ação, é permanentemente contextualizado, recontextualizado e ressignificado. Nesta lógica professor é, antes de tudo, o tradutor ativo do currículo prescrito para o contexto em que leciona.

O outro tipo de autonomia docente apresentado por Contreras (2002) busca ser uma síntese do conceito de intelectual orgânico de inspiração gramsciana com a ideia de autonomia docente, o professor é posto como um agente conscientemente transformador da realidade social, a partir da sua ação como educador. Tem-se, desse modo, um terceiro tipo da autonomia: "o professor como intelectual crítico" que age no sentido de:

[...] elaborar tanto uma crítica das condições de trabalho quanto uma linguagem de possibilidades que se abram á construção de uma sociedade mais democrática e mais justa, educando seus alunos como cidadãos críticos e ativos, compromissados com a construção de uma vida individual e pública digna de ser vivida, guiados pelos princípios de solidariedade e esperança (CONTRERAS, 2002, p.161).

Portanto, o professor como "intelectual crítico", em alguns aspectos, pouco difere do que se caracteriza como "profissional reflexivo". Ambos atuam com autonomia diante do currículo que lhes é apresentado para ensinar, o contexto da ação é elemento essencial na sua prática, porém, o "intelectual crítico" possui a característica do compromisso político como um componente a mais que é imprescindível e determinante na sua atuação. Sua ação pedagógica e o exercício da sua autonomia são orientados por um compromisso público, eis o aspecto central em que o "intelectual crítico" difere do "profissional reflexivo".

Sua autonomia, os princípios que guiam sua ação e os objetivos que seu ato de educar pretende atingir estão assumidamente postos para a formação de um tipo humano previamente deliberado, a partir de uma clara visão social de mundo. O ato de educar é assumido não apenas com o objetivo de instruir sobre conteúdos, mas possui também um forte componente político, pois é explicitamente baseado em princípios e finalidades claras e assumidas. Isso reflete no currículo real, cuja expressão será a dos compromissos sociais do educador.

No caso da gestão do currículo, partiu-se das proposições sugeridas por Sacristán(2000). De um modo geral, os tipos de gestão variam de acordo com a centralização dos sistemas educativos e do controle institucional exercido sobre o planejamento didático, o currículo real, a ação do ensino e a avaliação da aprendizagem. Seriam três os tipos:

O "modelo reacional dedutivo", que se torna manifesto nos sistemas educativos mais centralizados, nos quais a política curricular e os meios para desenvolvê-la são determinados de forma centralizada. Nesse caso, espera-se um currículo real com um padrão uniforme. A gestão do

currículo tende a ser rigorosa, com normativas rígidas e externa ao professor; consequentemente, a liberdade de ação do docente sobre o currículo tende a ser reduzida.

O "modelo racional interativo", no qual as decisões são compartilhadas entre os governos locais, os professores e os alunos. Aqui se exercita uma maior autonomia docente, se comparado com o "modelo racional dedutivo", numa relação de diálogo com a comunidade escolar e as suas demandas. O currículo real seria fruto de um projeto contextualizado, seu controle não seria apenas a partir das instâncias centrais da administração pública, pois é aberta a possibilidade de um controle local.

Já o "modelo racional intuitivo" de tomada de decisões parte da atuação individual dos professores nas situações de ensino, tendo em vista a percepção das necessidades de cada grupo de alunos. Não há necessariamente um controle institucional do currículo, nem uma produção do currículo real a partir do diálogo junto à comunidade escolar. A figura do professor aparece como único agente responsável pelo currículo real. É possível supor que o professor tem grande autonomia, o que pode ocorrer pela incapacidade institucional de controle do currículo ou até mesmo por uma decisão deliberada, licenciosa ou negligente, da administração pública. Outras causas poderiam ser sugeridas: postura centralizadora do professor ou ausência de meios de diálogo com a comunidade.

Resultados e Debate

A análise das referências teóricas sobre gestão do currículo e autonomia docente, bem como dos documentos curriculares e a pesquisa de campo sobre a prática do ensino da Sociologia permitiram a elaboração de sínteses diferenciadas da prática dos professores em relação entre os currículos prescritos e os reais. Essas sínteses são apresentadas aqui como proposições tipológicas a partir da ação dos professores.

Além dos dados coletados empiricamente, utilizados como instrumento principal, levou-se em consideração, para a construção das tipologias, os seguintes aspectos: formação do docente, seu grau de autonomia diante do currículo e o modelo de gestão do currículo operado. Essas tipologias não se apresentam puras no campo de pesquisa, porém, servem como referências no sentido de construir sínteses que permitam captar as variações investigadas entre os currículos prescritos e os reais.

Quanto à formação dos professores, a pesquisa sugeriu que, se for em Licenciatura em Ciências Sociais, ela é capaz de dotar o professor de um conjunto de saberes que lhe permitem se movimentar com segurança, autonomia teórica e conceitual entre o currículo prescrito e o real.

Na medida em que a formação do docente se afasta das Ciências Sociais, no caso específico dos professores da disciplina Sociologia, essa segurança tende a diminuir. Ela será menos sólida nos docentes que possuem formação acadêmica em alguma outra disciplina definida pelas DCNEM (2012) como integrantes da área das Ciências Humanas e suas tecnologias, ou seja, História, Geografia e

Filosofia. E se apresentará muito fraca em docentes que possuam formação fora da área, ou seja, Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens.

O exercício da autonomia em relação ao currículo, tem a formação do professor como um importante elemento, porém, não único. A atividade docente não acontece descontextualizada dos sistemas, instituições, normativas e redes de ensino, que lhe impõem determinados limites. Há que se considerar também os contextos sociais, econômicos e culturais, que determinam circunstâncias diversas que podem tanto limitar ou ampliar as possibilidades da ação docente.

A partir dos dados coletados no campo de pesquisa em interação com as reflexões teóricas, foi possível sugerir três tipos de prática docente e sua relação com os currículos prescritos.

- Tipo 1- Professor com formação em Ciências Sociais, possuidor de autonomia crítica.
- Tipo 2- Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de uma dependência didática.
- Tipo 3- Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de uma precariedade referencial.

O exercício analítico dedutivo com base na interação entre os dados coletados e os instrumentos teóricos e conceituais de análise sugeriu mais três tipos de prática docente e suas implicações nos currículos reais. É importante destacar que esses tipos não foram encontrados no campo de pesquisa. Sua construção foi feita, conforme já posto, a partir de exercício analítico dedutivo.

- Tipo 4- Professor com formação em Ciências Sociais e ausência de autonomia, imposta ou renunciada.
- Tipo 5- Professor com formação em Ciências Sociais, de prática autônoma com limites ampliados.
 - Tipo 6- Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de autonomia crítica.

A exposição a seguir apresentará primeiramente os tipos de professores e sua relação com o currículo, sugeridos a partir dos dados encontrados na pesquisa em interação com os instrumentais teóricos selecionados. Em seguida, serão apresentados os tipos sugeridos a partir de reflexão analítica dedutiva.

Tipos elaborados a partir dos dados empíricos

Tipo 1- Professor com formação em Ciências Sociais, possuidor de autonomia crítica

Sua formação é em Licenciatura em Ciências Sociais, não possuindo pós-graduação. Sua jornada de trabalho é extensa, na escola estadual é responsável por vinte turmas, sendo que, em nove ensina Sociologia; é o único professor a ensinar a disciplina na escola, leciona também em mais onze turmas na rede particular. Pouco participa de capacitações promovidas pela rede estadual.

Quanto ao conhecimento dos documentos curriculares:

Quadro 1 - Grau de conhecimento dos documentos oficiais por professor de Ciências Sociais possuidor de autonomia crítica

Documento	Resposta
DCNEM	Não conhece
PCN	"Não tenho grande conhecimento, acredito que ele é mais detalhista, mais descritivo, mais enfático."
PCN +	Não conhece
OCNEM	Conhece. "Sim, são propostas, não impositivas para nortear o professor na atividade de ensino."
PCPE	Conhece. "Sim, é algo mais específico, buscando se adequar mais a realidade local, mais contextualizado."

Fonte: Elaboração própria, Recife, 2015

Quanto aos temas, conceitos ou teorias que inserem nos seus planejamentos de unidade e que não estão nos livros didáticos ou documentos curriculares, as questões de gênero e raça foram os mais apontados. Embora o professor afirme não ter certeza se eles estão contidos ou não, nos PCPE (PERNAMBUCO, 2013). De fato, eles não aparecem de maneira destacada no documento.

No livro didático adotado pelo professor: "Sociologia: Ensino Médio" (ARAÚJO; BRIDI; MONTIM, 2014), esses temas não aparecem como capítulos específicos. Porém, encontram-se diluídos nos capítulos relativos a Movimentos Sociais, Sociedade e Religião, Cidadania, Cultura, Família e Desigualdade Social. Ou seja, é dado a eles um tratamento como tema transversal. Porém, o professor faz questão de tratá-los como temas com identidade própria. O que pode demonstrar duas coisas, primeiro: o professor exerce uma autonomia sobre o currículo e sobre o livro didático, não consultando o primeiro, talvez por falta de um controle institucional³, que não cobra uma execução rígida da programação curricular prescrita. Quanto ao livro didático, mostra-se um professor próximo ao "profissional reflexivo" (CONTRERAS, 2002), pois o currículo é reelaborado a partir das reflexões do docente. A inclusão de temas como raça e gênero, de forma autônoma e não transversal, mostra que o professor enxerga neles uma importância maior que a dada pelo livro. Dessa forma, o professor e o livro se chocam.

Porém, nesse choque, o professor, de forma autônoma, cresce diante do livro e do documento curricular, reelaborando um novo currículo, a partir do domínio que possui da disciplina e da sua reflexão. Seria uma reelaboração do currículo pelo professor, de acordo com a sua visão de mundo (SACRISTÁN, 2000). Sua formação acadêmica em Ciências Sociais o coloca como possuidor de um grau de autonomia que lhe permite reelaborar o currículo de acordo com o contexto em que está

nestas duas disciplinas. Cria-se algo próximo ao que Sacristán (2000) classifica como "controle sobre os produtos", o que provoca um gerenciamento intensivo sobre as disciplinas, ficando as demais monitoradas de forma mais flexível.

³Um controle mais rígido sobre as disciplinas de Português e Matemática e uma maior flexibilidade nas demais disciplinas, pela Rede Pública Estadual de Pernambuco, pode ser explicado a partir dos indicadores utilizados nas avaliações institucionais externas. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco). Eles levam em consideração o desempenho dos alunos apenas

inserido, sem sair dos limites epistemológicos da disciplina. O tipo de gestão curricular aqui operado se aproxima do "racional intuitivo", uma vez que parece ser o próprio professor que opera sozinho as decisões sobre o currículo.

Tem-se um "professor com formação em Ciências Sociais, possuidor de autonomia crítica", pois, entre o prescrito e o feito, ele opera no sentido de recontextualizar o currículo de acordo com as necessidades que identifica como as mais significativas aos alunos ou à própria prática de ensino. Aqui, o professor é capaz de gerir, de forma deliberada e consciente, as variáveis do currículo, como: conteúdos, temas, teorias, conceitos, competências, tempo didático, avaliações. Ele recria o currículo oficial de forma ativa e altiva.

Tipo 2- Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de dependência didática

O professor tem a seguinte formação: Licenciatura em História; Especialização em História de Pernambuco; curso de extensão em Sociologia, promovido pela Secretaria de Educação e, até o momento da entrevista, cursava Mestrado em Educação. Ele relatou que o curso de extensão foi muito rápido e que, a partir do mesmo, não se sente apto para lecionar Sociologia. Trabalha em uma única escola da rede estadual, uma Escola de Referência em Ensino Médio⁴. Foi aprovado no concurso para professor de História, porém, complementa a sua carga horária lecionando Sociologia e Filosofia.

O conhecimento do docente sobre os documentos curriculares está explicitado no quadro 2.

Quadro 2 - Grau de conhecimento dos documentos oficiais por professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de dependência didática

	Resposta
Documento	
DCNEM	Conhece, é o documento que organiza o Ensino Médio no Brasil.
PCN	Sabe que existe, mas nunca leu e nem tem opinião.
PCN +	Não conhece
OCNEM	Não conhece
PCPE	"Conheço. São orientações que não são fechadas, dão sugestões, mas deixam em aberto. O estado (Secretaria de Educação) quer que dominemos esse documento, principalmente, no momento do planejamento, porém não há um controle do cumprimento dos PCPE, a não ser nas disciplinas de Português e Matemática. Ensinar os conteúdos na sequência colocada dos PCPE não é obrigatório. Havia, até pouco tempo, uma espécie de inspeção para verificar o cumprimento do programa, mas era feita com base num programa que era cópia do livro de Pérsio Santos ⁵ ."

Fonte: Elaboração própria, Recife, 2015

Observa-se, na fala do professor, que o controle da administração pública sobre o currículo de Sociologia, a partir dos PCPE, parece se dividir em dois momentos: o primeiro, relativo ao planejamento didático, onde: "O estado quer que dominemos esse documento, principalmente, no

⁴ A Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) são escolas de tempo integral ou semi-integral.

⁵ O livro didático "Introdução à Sociologia" de Pérsio Santos, que não está na lista do PNLD de 2012 e nem de 2015, era usado, ao menos até 2014, como base do programa do Vestibular Seriado da UPE (Universidade de Pernambuco).

momento do planejamento". Porém, na execução do currículo parece haver uma discrepância, pois: "(...) não há um controle do cumprimento dos PCPEs, a não ser nas disciplinas de Português e Matemática". O domínio do documento deve ser demonstrado no planejamento, mas não necessariamente há um controle sobre o que é efetivado. Isso significa que, no momento da efetivação do currículo real, a autonomia do professor em relação ao mesmo cresce.

Quando perguntado sobre como elabora seus planejamentos o professor respondeu: "Sigo as unidades como estão no livro didático⁶, até porque não sou sociólogo, por isso não ouso muito". "Não consulto documentos curriculares para planejar aulas, consulto o livro, o que está caindo no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e consultava o que caía no seriado da UPE⁷". É importante frisar que tal procedimento pôde ser comprovado não apenas na sua fala, mas também a partir da observação de suas aulas.

É possível perceber a influência do ENEM e do Vestibular Seriado da UPE. Ou seja, parte do que é ensinado e também a maneira como é ensinado são determinados pela finalidade que se coloca ao Ensino Médio, que nesse caso não é entendido como tendo identidade própria, como sugerem as DNCEM (BRASIL, 2014), mas, sim, como etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Esses exames externos exercem um forte papel dedutivo nos currículos reais do Ensino Médio, no geral, e da Sociologia, em particular.

Tal constatação corrobora a hipótese de Simone Meucci, de que um dos pilares para a rotinização de um currículo da disciplina de Sociologia no Ensino Médio seria o ENEM. No seu ponto de vista ele teria uma força bem maior que os documentos prescritos.

[...] o ENEM tem forçado a abertura de portas para a integração das disciplinas curriculares. Ainda que se diga que ele se dedica à avaliação dos currículos, não apenas pela prática escolar dos professores (principalmente de escolas privadas, cujo interesse pela aprovação de alunos no ensino superior é capitalizada para fins de marketing), como também pelo próprio Ministério que reconhece e reforça a centralidade do ENEM para fazer cumprir alguns desses seus interesses. (MEUCCI, 2014, p. 95)

Ou seja, mesmo não sendo demandado a partir de um controle mais rígido, como são seus colegas que lecionam Matemática e Português, para dar conta de índices cobrados a partir de avaliações externas, o professor acaba operando a partir de uma interação racional com as demandas da comunidade escolar, estaria muito próximo de um "modelo racional interativo" de gestão do currículo. É levado, num processo de dedução, a conceber que os exames que possibilitam o acesso às universidades são os grandes atores que estabelecem o que deve ser ensinado em sua sala de aula. Conforme posto na entrevista pelo próprio Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de dependência didática:

⁶ O livro adotado pela escola é "Sociologia para o Ensino Médio", de Nelson Tomazi.

Vestibular seriado da UPE (Universidade de Pernambuco) é um exame promovido por essa instituição. A nota final é dividida em 3 partes, 1/3 num exame realizado ao final do 1º ano do Ensino Médio e os outros 2/3 ao final do 2º e 3º anos. O somatório resulta numa nota total que serve de argumento classificatório para o ingresso na universidade.

Enquanto disciplina escolar, infelizmente, estamos atrelados ao vestibular, ele que nos pauta. Paralelamente, tento trabalhar para uma formação cidadã. Porém, temos pouco tempo de aula, só uma por semana, acabo ficando preso ao ENEM, demanda que vem da direção e dos próprios alunos, não dá pra sair muito disso. O aluno fica muito preso ao vestibular e nós somos cobrados quanto a esses resultados, justamente por essa escola ser de referência dentro da rede, são altos os índices de aprovação, então estamos expostos a sermos cobrados para que a aprovação se mantenha alta, as circunstâncias nos forçam a focar nisso.

Além do ENEM, outro elemento influenciador do currículo, também apontado, como hipótese, por Meucci (2014), é o livro didático. Na medida em que o professor se coloca como um seguidor do livro, essa hipótese é reforçada. Tem-se então um professor que confessa sua pouca autonomia diante do currículo e do próprio livro, que é conceituado, por (SACRISTÁN, 2000. p.104-105), como um currículo traduzido ao professor e ao aluno.

Nas aulas observadas isso fica mais evidente; elas tiveram o formato expositivo dialogado, sempre com o apoio de slides, que, segundo o próprio professor, estão disponíveis na internet pela editora do livro didático adotado pela escola. Ou seja, o professor, devido à sua formação, acaba ficando dependente do livro e dos slides.

De acordo com o já relatado, a autonomia deste professor em relação ao currículo se dá a partir da sua interação racional com a comunidade escolar. Enxergar o ENEM e o Vestibular Seriado da UPE como uma demanda da própria comunidade acaba sendo um resultado disso. Tem-se aqui um aspecto de um "professor como profissional reflexivo". Por outro lado, sua pouca desenvoltura diante dos conteúdos da disciplina o coloca como um seguidor do livro didático, mais próximo ao "profissional técnico", que apenas segue os ditames que lhe são dados. Observa-se, então, ser impossível encaixar a autonomia do professor, de forma pura, nas tipologias sugeridas por Contreras, pois ele reúne as características de ambos os tipos citados, constituindo um tipo híbrido, professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de dependência didática.

Tipo 3- Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de uma precariedade de referencial teórico e didático

O professor tem Licenciatura em Filosofia e pós-graduação em Ensino de Filosofia. Ministra aulas de Sociologia em apenas uma escola da Rede Estadual, como forma de complementar a carga horária, tendo um total de oito turmas da disciplina, além de Filosofia e História. Participou apenas de uma capacitação relativa à Sociologia, promovida pela Secretaria de Educação.

Seu conhecimento dos documentos curriculares pode ser verificado no quadro 3.

Quadro 3 - Grau de conhecimento dos documentos oficiais por Professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de uma precariedade de referencial teórico e didático

	' I
Documento	Resposta
DCNEM	"Conheço pouquíssimo. Estou conhecendo mais agora por conta da caderneta on-
	line da secretaria de educação."
PCN	"Conheço, ele orienta o professor no que deve ser ensinado, mas uso muito pouco"
PCN +	Não conhece
OCNEM	Não conhece
PCPE	"É o documento base do estado, por onde me baseio."

Fonte: Elaboração própria, Recife, 2015

Os documentos que o professor afirma serem a base de orientação para sua ação curricular são os PCPE. Porém, ao apresentar o documento, na sua forma física, o professor apresentou outro documento, denominado: Orientações Teórico-Metodológicas, OTM (PERNAMBUCO, 2012), documento curricular anterior ao PCPE, este publicado em 2013.

Portanto, o professor se guia por um documento defasado, porém, acredita que está se guiando por um documento atual, confunde as OTM com os PCPE. É válido salientar que as orientações apresentadas nas OTM constituem uma lista de conteúdos, que se constitui praticamente uma cópia do sumário do livro Introdução à Sociologia, de Pérsio Santos (2010). Talvez aí esteja o motivo do desprezo do professor pelos livros didáticos indicados pelo PNLD⁸, fato exposto durante a entrevista. A orientação curricular expressa pelas OTM (PERNAMBUCO, 2012) não é convergente em relação a esses livros, porém é coerente com o livro de Pérsio Santos⁹. O professor afirma que "Os livros são distantes da realidade da escola".

A autonomia com relação à introdução de temas, conceitos e teorias, seguindo a orientação das OCN (BRASIL, 2006) é praticada, e foi percebida durante a observação das aulas. Porém, os dados sugerem ser uma prática de autonomia muito mais intuitiva do que deliberada, uma vez que o próprio professor, na entrevista, afirma desconhecer as OCN.

Numa das aulas observadas, o professor ensinava o primeiro capítulo do livro "Introdução à Sociologia", que trata do tema "Sociabilidade e Socialização". Naquela situação, sua formação em Filosofia pareceu ter grande relevo, pois o autor apresentado na aula, para luminar teoricamente o tema, foi Aristóteles, com seu conceito de homem como animal político, da pólis. Ao que parece, o professor tomou um tema da Sociologia e o teorizou a partir da Filosofia; daí, pode-se concluir que se teve uma aula de Filosofia dentro de uma aula que deveria ser de Sociologia.

Como visto, o diálogo do professor com o currículo se dá através de um documento curricular e de um livro didático defasados. Não há interação com outros professores da área, pois as formações continuadas são pouquíssimas, e nem um mínimo controle institucional que pudesse detectar os problemas aqui levantados.

-

⁸ PNLD- Programa Nacional do Livro Didático.

⁹ O livro **Introdução à Sociologia**, de Pérsio Santos, foi publicado durante o período de retomada da disciplina Sociologia no Ensino Médio, antes da Lei 11. 684 e do edital do PNLD de 2012, o primeiro que incluiu a Sociologia. A título de hipótese: essa publicação exerceu e ainda exerce forte influência nos currículos reais da disciplina.

Em que pese o fato de ser detectada uma grande desatualização curricular do professor e sua limitação relativa, por força da sua formação, o mesmo desenvolve esforços autônomos no sentido de trazer para as aulas, temas, teorias, conceitos e autores. Porém, é uma autonomia distante de todos os debates e orientações curriculares atuais da Sociologia escolar, bem como do próprio campo acadêmico da área.

Fatores como: a banalização da prática de complementação de carga horária pelos professores, a partir do ensino de outras disciplinas para as quais não estão habilitados; a ausência de uma institucionalidade que aprimore e monitore a orientação curricular e de avaliações institucionais que detectem o que de fato é ensinado nas escolas, para além das disciplinas de Português e Matemática, podem gerar determinadas situações, tais como um docente autônomo praticando um currículo real destoante das diretrizes da e também dos instrumentos didáticos que podem auxiliar no ensino da disciplina.

Os dados sugerem um docente que opera a gestão do currículo de forma isolada, o que o aproxima do "modelo racional intuitivo", combinado com autonomia do tipo "profissional reflexivo". Porém, uma autonomia precária, no que concerne aos referenciais que a guiam. A intuição racional, usada na gestão curricular, mostra-se solitária e desfocada da tarefa de ensinar Sociologia. Enfim, a leitura dos dados sugeriu um tipo: "professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de precariedade de referencial". Consequentemente, o currículo real que é aplicado mostra-se precário.

Tipos elaborados a partir de exercício analítico dedutivo

Tipo 4- Professor com formação em Ciências Sociais e ausência de autonomia imposta ou renunciada.

Um tipo raro, pois, se pressupõe que o professor com formação específica na área de Ciências Sociais possui saberes, teóricos e conceituais, que lhe dão relativa autonomia diante do currículo prescrito ou apresentado na forma de material didático. Porém, este tipo pode ser visto como o professor que, mesmo possuindo todas as características para uma ação autônoma e contextualizadora do currículo prescrito, tem uma prática que o aproxima bem mais de um professor especialista técnico.

Esse hipotético fenômeno pode ser motivado por três fatores: a- Imposição institucional, através de controles internos, como inspeções; b- Imposição institucional, através de controles externos, como avaliações institucionais; c- Opção do próprio professor; nesse caso seria um exercício de autonomia que significaria, na prática, abrir mão da própria autonomia.

A gestão do currículo se apresenta, nesse caso, de forma dedutiva, pois o principal guia da prática do professor são os documentos curriculares ou os livros didáticos. A interação com o contexto, ao menos no que tange aos temas, conceitos e teorias, de acordo com a sugestão de

trabalho das OCNEM (2006), é quase nenhuma. O papel de mediador entre o currículo e o aluno não é feito, ficando o docente reduzido a um mero reprodutor acrítico do currículo.

É importante observar que dificilmente um professor é totalmente desprovido de autonomia para gerir seu currículo real. Por mais que ele siga o currículo prescrito, no que se refere à seleção dos saberes e à sua apresentação didática, seja por opção ou imposição institucional, ele sempre opera com alguma margem de autonomia, mesmo que pequena. Por exemplo: o professor, por qualquer dos motivos apontados, pode seguir rigidamente o currículo prescrito ou um material didático, porém, o tempo que ele dedica a determinada unidade ou conteúdo pode ser revisto, por sua decisão, assim como as atividades que ele escolhe para os alunos.

Tipo 5- Professor com formação em Ciências Sociais, de prática autônoma, com limites ampliados.

Trata-se de uma autonomia além dos limites epistemológicos do componente curricular Sociologia, de modo que pode ampliar o ensinamento de determinados temas, ultrapassando o conteúdo usual de Ciências Sociais. Esse tipo de prática exige uma consolidação de saberes que lhe permita estabelecer uma interdisciplinaridade, tendo como propósito tratar os temas propostos dentro do arsenal teórico e conceitual das Ciências Sociais e, ao mesmo tempo, mobilizar, de forma complementar, saberes de outros componentes curriculares.

Tal prática real do currículo supõe-se ser rara, porém possível. Ela exige uma ampla e sólida formação, que ultrapassa as Ciências Sociais. Imaginemos um professor com uma segunda licenciatura, hipoteticamente, em História ou Geografia. É possível haver, nesse caso, um tratamento diferenciado dos temas sociais, utilizando as teorias e os conceitos próprios das Ciências Sociais, porém enriquecendo o diálogo, de modo amplo e com rigor conceitual, com os saberes de uma outra especialidade.

Talvez seja mais comum essa prática em situações onde a disciplina Sociologia é chamada para interagir com outros componentes curriculares, seja da área das Ciências Humanas ou das demais áreas. Nesse caso, não haveria propriamente um professor que expandisse o trato dos fenômenos sociais para além do arsenal teórico e conceitual das Ciências Sociais, mas, sim, uma situação de organização do trabalho escolar que leva a um tratamento de determinados temas unindo conceitos e teorias das Ciências Sociais aos de outras disciplinas, para explicar um mesmo fenômeno. Ou seja, uma prática interdisciplinar, mas não a partir do docente.

Em qualquer das situações, esse alargamento do currículo real da Sociologia exige um professor com autonomia do tipo reflexiva, que entenda a prática curricular a partir do diálogo com o contexto escolar. Ao mesmo tempo, ele precisa ter uma sólida formação e domínio teórico, conceitual, curricular e didático das Ciências Sociais, sob pena de haver uma descaracterização das fronteiras epistemológicas do campo. No caso da gestão do currículo, ela pode variar entre o racional interativo e o intuitivo.

Tipo 6- Professor possuidor de autonomia crítica, porém sem formação em Ciências Sociais.

Supõe-se um tipo raro, pois a ressignificação do currículo de forma a manter o domínio do arcabouço conceitual e teórico das Ciências Sociais exige do docente um sólido saber na área.

Esse tipo seria possível ser encontrado em professores autodidatas ou que estejam há muitos anos dedicados à prática de ensino da disciplina, a tal ponto que já possuam um domínio mínimo que lhes permita gerir a seleção de saberes do currículo e sua apresentação didática de maneira propositiva, na perspectiva de construir novos saberes escolares. Nesse caso, é necessário um grande compromisso do docente e condições institucionais de diálogo com o contexto escolar. O professor, neste caso, tem uma postura autônoma, construída e conquistada por ele mesmo. Autonomia esta que pode variar entre o tipo profissional reflexivo e o intelectual crítico. (CONTRERAS, 2002)

Quanto à gestão do currículo, pode ser do tipo racional interativo, caso a construção de sua autonomia tenha ocorrido a partir do diálogo com o todo ou com parte da instituição ou comunidade escolar. Pode ser também intuitivo, caso tenha sido uma construção e uma prática isolada por parte do professor. (SACRISTÁN, 2000)

No quadro 4, uma síntese tipológica dos professores em relação ao currículo.

Autonomia em relação ao currículo Fuga do currículo Preso ao currículo Autonomia de decisão Presença de Com formação Professor com Professor com Professor com formação em específica em formação em formação em formação em Ciências Ciências Ciências Sociais e Ciências Sociais e Ciências Sociais de Sociais Sociais ausência de possuidor de prática autônoma autonomia imposta autonomia crítica com limites ampliados Sem formação Professor sem Professor possuidor Professor sem específica em formação em de autonomia formação em Ciências Ciências Sociais crítica, porém sem Ciências Sociais, possuidor de Sociais formação em possuidor de dependência didática Ciências Sociais precariedade referencial

Quadro 4 - Síntese tipológica dos professores/currículo

Fonte: Elaboração própria, Recife, 2015

Considerações Finais

A premissa de que o professor, ao aplicar um currículo prescrito, procede a modificações do mesmo mostrou-se pertinente. Os documentos curriculares possuem o seu papel, mas, em última instância, é o professor que efetiva o currículo.

A pesquisa possibilitou sugerir seis tipos de atuações de professores no ensino da Sociologia. Cada uma delas com implicações diretas na efetivação do currículo real, na rotinização de conteúdos, teorias, métodos e na própria institucionalização do ensino de Sociologia.

É a partir do currículo real, tanto quanto do prescrito, que a Sociologia se consolidará no currículo do Ensino Médio. Os dados coletados sugerem estar ocorrendo uma rotinização precária dos currículos. Isto porque a maioria dos docentes desta disciplina no Ensino Médio não possuem formação direcionada para tal. Possivelmente, o currículo real tem sido efetivado, em sua maior parte, por professores do tipo: "professor sem formação em Ciências Sociais, possuidor de uma precariedade de referencial". Supõe-se que os demais tipos sejam minoritários.

Não desconsiderando a autonomia docente, porém um arco muito variável de práticas curriculares, algumas delas desviantes das fronteiras epistemológicas da Sociologia, pode resultar na não consolidação de uma identidade própria da disciplina e, consequentemente, dificultar sua efetivação no Ensino Médio. Então, há urgência não apenas na elaboração de currículos oficiais, mas também na formação de docentes capazes de implantá-los em suas práticas docentes.

Referências bibliográficas

ARAÙJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MONTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia:* Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2013.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. "Um Raio X" do Professor de Sociologia Brasileiro: condições e percepções. *Revista de Sociologia.* Recife, 2016. Vol. 02, n. 22, p. 197-233. Disponível em: < https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235745>. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/ CEB 05/2001.* Brasília, 2011. Disponível em http://pactoensinomedio.mec.goc.br/images/pdf/pceb005_11.pdf. Acesso em: agosto 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio, na área de Ciências Humanas e suas tecnologias.* Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: agosto 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio.* Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf. Acesso em: agosto 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *PCN+, orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais (Ciências Humanas e suas tecnologias).* Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: agosto. 2015.

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores.* São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. et al. *Educação escolar:* políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MEUCCI, Simone. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Vol. 45, n. 01, 2014, p. 87-101. Disponível em:

http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revcienso/article/view/2420/1873. Acesso em: agosto 2015.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado. *Orientações teórico-metodológicas, ensino médio: Sociologia.* Recife, 2012. Disponível em:

http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/Orienta%C3%A7%C3%B5es-SOCIOLOGIA.pdf. Acesso em: agosto 2015.

PERNAMBUCO. *Parâmetros para educação básica do estado de Pernambuco (Sociologia e Filosofia). Recife, 2013.* Disponível em:

http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/fil_soc_parametros_em2013.pdf. Acesso em: agosto 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo, uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Pérsio. Introdução à Sociologia. São Paulo: Ática, 2001.

Recebido em: 15 de agosto de 2018 Aceito em: 24 de setembro de 2018



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018 ISSN: 2317-0352

RESENHA

A utilidade da categoria "gênero" em análises históricas

Inaê label Barbosa

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de Iniciação Científica (CNPq). Email: inaeib@outlook.com MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, 278pp., ISBN: 978-85-7108-404-9.

A obra "Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro" (2015) é de autoria da socióloga brasileira Adelia Miglievich-Ribeiro, atualmente Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O livro apresenta os resultados de sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ), defendida em 2011. Sua orientadora foi a professora doutora Glaucia Villas Bôas, que escreveu o prefácio da obra intitulado "Duas mulheres na história das ciências sociais". Para realizar sua pesquisa, Miglievich-Ribeiro reuniu entrevistas, imagens e uma extensa documentação coletada em doze arquivos diferentes¹.

Adelia Miglievich-Ribeiro, no capítulo introdutório de sua obra, apresenta a ideia de "círculos sociais" de Simmel, a qual é central em seu estudo. Nessa perspectiva, com a modernização, os círculos sociais se multiplicaram nas sociedades ocidentais e, em função disso, um processo crescente de individualização teve início. Desta forma, em sociedades modernas, os indivíduos se constituem enquanto tais por meio de sua inserção em diferentes círculos sociais. Ou seja, a noção de "indivíduo", nas sociedades modernas, está diretamente relacionada a quantos e a quais círculos sociais o indivíduo pertence. Assim, não há um círculo social específico que, "tomado isoladamente,

¹ Entre eles: Arquivo Heloísa Alberto Torres, Arquivo Histórico do Museu Nacional, Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Arquivo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) e Arquivo do IFSC/UFRJ (VILLAS BÔAS, 2005, p. 16).

explica a totalidade dos gostos, preferências, valores, hábitos, perspectivas e projetos de seus membros" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 21). Isso porque os indivíduos não se encontram "inteiros" em nenhum círculo social: se constituem nas suas múltiplas experiências em diversos círculos sociais.

Partindo dessa perspectiva simmeliana, Miglievich-Ribeiro escolhe o contexto da cidade do Rio de Janeiro durante o século XX para oferecer uma outra interpretação da história das ciências sociais no Brasil. Como ponto de partida de sua investigação, a autora adota as trajetórias de duas pioneiras no campo de conhecimento das ciências sociais no Brasil: Heloísa Alberto Torres (1895 - 1977) e Marina de Vasconcellos (1912 - 1973). As biografias dessas duas mulheres são interessantes ao estudo pois, ao tempo em que se inseriram no campo intelectual (notadamente masculino), colaboraram para a rotinização de um novo campo de conhecimento em que consistia as ciências sociais na época, bem como para a ampliação do círculo social responsável pela formação dessas ciências no Rio de Janeiro. Baseando-se em Gilberto Velho, a autora afirma que o interessante de se trabalhar com trajetórias é que, quando contextualizadas, biografias permitem que experiências individuais remetam a experiências coletivas.

Outra questão importante que Miglievich-Ribeiro aborda, ainda na introdução, é o que diz respeito a estudos que tratam da participação de mulheres no campo intelectual, como o seu. A autora aponta que esses estudos são raríssimos e que a maioria das teses das décadas de 1980 e 1990 que se dedicam a mulheres são análises de personagens fictícias na literatura, observações sobre desigualdades entre homens e mulheres no acesso à instrução formal ou considerações a respeito da atuação de mulheres na luta por direitos. Os raros estudos que se dedicam à presença de mulheres no campo intelectual encontram-se, predominantemente, no campo da arte e da literatura — o que pode indicar, ao ver de Miglievich-Ribeiro, maior facilidade da inserção feminina nesses campos em comparação ao campo científico e filosófico.

Levar em consideração a participação de mulheres na rotinização de um campo de conhecimento (como das ciências sociais, no caso de sua obra) é extremamente relevante para a autora. Como ela mesma diz, com isso exige-se "uma reavaliação da história mesma da ciência, que se impusera durante longo tempo como um campo exclusivamente masculino" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 25). Nesse sentido, a intenção da autora é exatamente reinterpretar a história das ciências sociais no Brasil, considerando a entrada de duas mulheres no círculo intelectual responsável pela rotinização do campo dessas ciências no Rio de Janeiro durante o século XX.

O conceito de "rotinização" é escolhido propositalmente por Miglievich-Ribeiro como crítica ao uso frequente da categoria "institucionalização" na análise da história das ciências sociais. Segundo a autora, sua intenção é afastar-se de uma observação segundo critérios ideais (como o grau de autonomia do campo de conhecimento em relação ao campo político e às relações pessoais dos atores). Seu interesse é, ao contrário, relacionar a constituição do campo das ciências sociais a

histórias concretas - de pessoas e grupos que estabeleceram alianças e entraram em confronto. Portanto, sua investigação discute biografias a fim de entender processos conflituosos de constituição de dado círculo intelectual e de um novo campo de conhecimento, uma vez que Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos foram protagonistas de um processo que está para além de suas histórias particulares.

Max Weber introduziu o conceito de "rotinização" para tratar de mudanças nas sociedades. Nessa perspectiva, uma ideia ou um projeto não garante o surgimento de uma nova instituição: somente na medida em que as ações passam a ser regulares é que se produz uma rotina, que dá origem a uma ordem social. Disso vem a ideia de "rotinização do carisma", que explica porque se reconhece autoridade em certas formas de organização social e não em outras igualmente inovadoras. Para Weber, o carisma é exatamente o elemento instaurador e mantenedor do novo. Paradoxalmente, as noções de rotina e carisma correspondem, respectivamente, ao cotidiano-geral e ao extracotidiano-particular; o que às coloca em relação, então, é que "a rotina é a única forma encontrada para dar continuidade às mudanças inauguradas pelo carisma" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 27). Devido a isso, dá-se mais atenção aos agentes sociais e suas ações que aos projetos e às ideias.

O que Miglievich-Ribeiro argumenta, a partir do conceito weberiano, é que as ciências sociais dependem de ações de indivíduos e grupos de indivíduos que garantam a regularidade das atividades desse campo de conhecimento. Isso inclui: "a formação de seus quadros profissionais, a acumulação e transmissão do conhecimento existente, a defesa dos discursos que legitimam aquele campo perante os demais, a divulgação dos saberes produzidos e, finalmente, a criação de novos círculos sociais de interação [que] garantem a produção do saber" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 39).

Os três capítulos que seguem a introdução à obra tratam, respectivamente: da trajetória de Heloísa Alberto Torres, da ocasião em que as trajetórias de Heloísa e Marina se encontraram e da trajetória de Marina São Paulo de Vasconcellos. A seguir apresento um breve resumo das trajetórias de ambas para então detalhar um pouco sobre a ocasião do encontro.

Heloísa, ao longo de anos de trabalho no Museu Nacional (como professora, vice-diretora e diretora), contribuiu de forma importante na formação de jovens antropólogos (possibilitando diversas expedições a campo, por exemplo) e na ampliação de coleções etnográficas, no intuito de preservar a memória de populações e culturas (principalmente indígenas) ameaçadas de desaparecer. Além disso, e tão importante quanto, Heloísa estabeleceu consideráveis parcerias científicas internacionais, colocando em cooperação a antropologia nacional e a estrangeira.

Marina, por sua vez dedicou-se principalmente à universidade e, mais especificamente, à consolidação e ampliação da antropologia como campo de conhecimento no conjunto das ciências sociais. Assim, enquanto professora da cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB/RJ) (sendo ela a primeira mulher a dar aula e ocupar

uma cátedra nessa faculdade), participou da formação de novos quadros de cientistas sociais e, enquanto diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), protagonizou a luta pela autonomia da universidade, pela manutenção de um espaço acadêmico de liberdade no contexto da ditadura militar.

Considero que o ápice do livro seja o capítulo referente ao encontro das trajetórias dessas duas mulheres pioneiras na formação das ciências sociais no RJ, pois a partir dele é possível conhecer um pouco do processo de mudança de paradigma de validação do conhecimento antropológico. Permito-me afirmar que Arthur Ramos foi quem intermediou o encontro de Heloísa e Marina, devido ao fato de que foi seu afastamento da cátedra efetiva de Antropologia e Etnografia da FNFi, em agosto de 1949, e sua morte, em outubro do mesmo ano, que possibilitaram esse encontro.

Segundo Miglievich-Ribeiro (2015, p. 123),

Naquela época, a cátedra universitária era o *locus* privilegiado para o desenvolvimento de um campo do saber; representava o mais alto cargo na carreira docente e, sobretudo, o grau de excelência intelectual inquestionável, que concedia àquele que a ocupava o poder de decidir sobre os rumos do saber sob sua jurisdição.

O concurso para cátedra era o único caminho institucional para à docência universitária naquele contexto e, tendo como referência o modelo catedrático francês - ou seja, um sistema de formação de quadros científicos-intelectuais de alto nível - se exigia dos candidatos às cátedras muitos anos de estudos após a conclusão do curso de nível superior.

Na ocasião do concurso de livre docente para posse da cátedra de Antropologia e Etnografia da FNFi, tanto Heloísa quanto Marina demonstraram interesse. Todavia, fazendo parte de gerações distintas, as duas intelectuais diferenciavam-se notadamente em relação ao perfil de antropóloga que possuíam.

Heloísa era autodidata, tinha interesse pela antropologia física e sua formação era museológica; já Marina era acadêmica, interessava-se pela antropologia cultural e sua formação era científica. Ou seja, enquanto Heloísa influenciou e representou um primeiro momento da antropologia no Brasil, Arthur Ramos e, por consequência, Marina influenciaram e representaram um momento posterior. Para Miglievich-Ribeiro, é interessante observar como essas diferenças entre Heloísa e Marina foram determinantes no andamento do concurso de livre docente para a cátedra de Antropologia e Etnografia, pois expressavam uma disputa existente naquele momento pela definição do fazer antropológico no Brasil.

Assim sendo, enquanto Marina tornou-se catedrática, Heloísa sequer pode participar do concurso (mesmo tendo presidido a banca que nomeou Arthur Ramos catedrático em 1946, entrando com recursos junto ao Conselho Universitário da Universidade do Brasil e mobilizando contatos de seus círculos sociais). Isso ocorreu porque, antes de mais nada, o paradigma de validação do conhecimento antropológico havia se alterado entre as gerações de Heloísa Alberto Torres, Arthur

Ramos e Marina de Vasconcellos, além do fato de que as duas antropólogas pertenciam a círculos sociais marcadamente distintos (e, portanto, gozavam de prestígio perante grupos diferentes).

No capítulo de considerações finais, finalizando a obra, Adelia Miglievich-Ribeiro ressaltam os três objetivos principais de sua pesquisa. Um desses objetivos era, partindo da sociologia de Georg Simmel, recusar a persistente distinção e hierarquização entre dimensões micro e macro da vida social. Nessa perspectiva, da mesma forma que os indivíduos se constituem enquanto tais por meio de sua inserção em diferentes círculos sociais, a sociedade se caracteriza justamente pelas diferentes formas de socialização entre os indivíduos que a compõem; sendo indispensável para as ciências sociais observar a vida social como um todo.

Desta forma, mostrando como as redes de interações de Heloísa e Marina constituíram o tecido das ciências sociais no RJ e como suas trajetórias se desenrolaram nesse tecido, a autora firmou o princípio simmeliano de não reconhecer a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Zelosa no usa da abordagem de Simmel, a autora observou simultaneamente "o indivíduo na sociedade e a sociedade no indivíduo" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 236).

Para isso, Miglievich-Ribeiro empenhou-se em reconhecer as trajetórias de Heloísa e Marina como socialmente imbricadas ao longo da obra, escapando de uma possível "ilusão biográfica" (BOURDIEU, 1996 apud MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 236) e reforçando a ideia de que

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, [...] o que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 190, grifo do autor).

É desse modo que a autora fez com que a análise das histórias individuais de Heloísa e Marina ganhasse sentido na história geral da formação das ciências sociais no Rio de Janeiro: colocando em relação suas trajetórias, os círculos sociais aos quais pertenciam e os efeitos de suas interações na rotinização do campo das ciências sociais.

Outro objetivo da pesquisa desenvolvida por Miglievich-Ribeiro era contestar os marcos consagrados da história da institucionalização das ciências sociais. Assim, desafia a ideia de que houve uma ruptura na história das ciências sociais brasileiras, a partir da qual seria possível identificar um momento "pré-científico" e outro "verdadeiramente científico" desse campo de conhecimento. Partindo da trajetória de Heloísa (que era autodidata, de formação museológica e que atuava junto ao Museu Nacional) e ligando-a à trajetória de Marina (que era acadêmica, de formação científica, que atou na FNFi e posteriormente na UFRJ), a autora demonstrou como a formação das ciências sociais no RJ diz de um processo em que as experiências de continuidade se destacam frente às descontinuidades. Ou, em outras palavras, o quanto a rotinização das ciências sociais é um processo mais de acumulo de paradigmas do que de superação.

Exemplo disso é o fato de que tanto Heloísa quanto Marina foram receptoras da tradição de outros pesquisadores (de Roquette-Pinto e Arthur Ramos, respectivamente), da mesma forma que, posteriormente, tornaram-se agentes importantes na transmissão e ampliação do legado herdado. Formadas pela geração anterior de cientistas sociais, formando novas gerações de cientistas sociais, garantindo ambientes adequados ao aprendizado e mantendo certos padrões de desempenho, ambas colaboraram para o desenvolvimento de uma rotina específica do campo das ciências sociais.

A respeito desse segundo objetivo há ainda outra questão que merece ser tratada. Além da recorrente separação entre momentos de "pré-ciência" e "ciência" (enfatizando-se a descontinuidade da história), há outra prática que se repete nas tentativas de contar a história das ciências sociais que a autora desafia: o uso de uma noção simplista de sucesso acadêmico para selecionar as figuraschaves do processo de formação do campo de conhecimento.

Heloísa e Marina poderiam ser reduzidas a intelectuais "malsucedidas" caso fosse adotada essa noção simplista já que, por exemplo, não lançaram obras renomadas, não previram uma nova ordem para as ciências sociais e não foram fundadoras de instituições prestigiosas. Assim, minando essa noção simplista de sucesso acadêmico, Miglievich-Ribeiro destaca como essas duas mulheres foram prósperas em suas participações no campo científico, enquanto diretoras de importantes instituições de produção de conhecimento e formadoras de novas gerações de cientistas sociais.

Por fim, um último objetivo da pesquisa era "romper com a ideia de que as ciências sociais foram um constructo exclusivamente dos homens" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 241). Com esse objetivo, ao meu ver, Miglievich-Ribeiro pareceu pôr em prática a proposta que Joan Scott faz em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" (1995), mesmo não sendo seu enfoque principal questões de gênero e não citando Scott ao longo da obra.

Nesse artigo, em resumo, Scott (1995) demonstra como as possibilidades de interpretação do social se ampliam quando a categoria "gênero" é utilizada em análises históricas. Pois sendo o gênero constituído histórica e socialmente, ao observar seus múltiplos arranjos em diferentes sociedades e períodos, torna-se possível reescrever a história — fazendo aparecer sujeitos, relações e acontecimentos antes desconhecidos ou ignorados. A questão central é que lançar mão do gênero² "implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, [...] uma nova história" (SCOTT, 1995, p. 73).

Assim, concebo que Miglievich-Ribeiro realizou o exercício historiográfico proposto por Scott na medida em que contextualizou em sua obra os papéis de gênero vigentes nas épocas em que viveram Heloísa e Marina e, ainda, demonstrou como ambas escaparam, de alguma forma, do padrão

-

²Como também de outras categorias como: classe, raça, etnia e geração.

de mulher da época, colaborando, então, para formação das ciências sociais no RJ.³ Além disso, ao fazer o convite para que outras(os) pesquisadoras(es) façam também esse exercício de reconhecer a participação de mulheres na história das ciências, Miglievich-Ribeiro reforça a ideia de que o desafio é ainda mais complexo do que simplesmente incluir mulheres no interior de uma grande narrativa pronta. Para a autora, como para Scott, é preciso repensar a história metodológica e epistemologicamente, escrever uma outra história, de uma outra maneira. Não atoa a proposta de Miglievich-Ribeiro, tenha sido reinterpretar a história das ciências sociais no Rio de Janeiro, reavaliar as narrativas que pretendem encerrar a escrita da história desse campo de conhecimento. Desse modo, Miglievich-Ribeiro demonstra com sua pesquisa que, apesar do mundo das ciências (incluindo as ciências sociais nele) ser historicamente marcado pelo predomínio masculino, não significa, entretanto, que mulheres não tenham sido também artífices de diferentes campos de conhecimento.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: MORAES FERREIRA, Marieta de; AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Prefácio: duas mulheres na história das ciências sociais. In: MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

Recebido em: 22 de março de 2018 Aceito em: 19 de setembro de 2018

³ Diferentemente da maioria das mulheres de sua época, Heloísa e Marina "assumiram integralmente a vida intelectual e construíram uma carreira, atingindo seu topo, quer no Museu Nacional, quer no IFCS" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 243), concidentemente – e mais uma vez escapando do padrão de mulher da época – nenhuma das duas teve filhos (as), Heloísa nunca se casou e "Marina, casada duas vezes, enviuvou na primeira vez e separou-se na segunda" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 243).



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018 ISSN: 2317-0352

RESENHA

Hegemonia e estratégia socialista: o manifesto pós-marxista Hegemony and socialist strategy: the pos-marxist manifesto

Rodrigo José Fernandes de Barros

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: rodjfb@gmail.com

Hallysson Jorge de Medeiros Nóbrega

Graduando em Direito. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: hallysson.nobrega@gmail.com

LACLAU, E; MOUFFE, C. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015, **ISBN:** 978-85-8499-008-5. 288 p.

Antes mesmo do desmantelamento do bloco soviético, no início da década de 1990, o pensamento marxista passava por sérias tensões internas que balançavam as estruturas das suas mais variadas vertentes e o levava a perder terreno em ambientes que outrora fora hegemônico, como na academia e em muitos partidos da social democracia europeia. A chamada crise do marxismo demonstrava que essa tradição se encontrava em uma embaraçosa encruzilhada frente aos acontecimentos da segunda metade do século XX, com os quais não possuía soluções claras; como a crise do petróleo da década 1970 e o totalitarismo dos regimes do leste da Europa que se refletia na ortodoxia teórica (HOBSBAWM, 1989).

As reações a essa crise do marxismo foram variadas, com muitos abandonando a corrente. Entre os que permaneciam, as posturas oscilavam entre aqueles que alegavam ser necessária uma radical revisão dos fundamentos do pensamento marxista para poder recuperar a validade da ação política baseada nesse pensamento, e os que defendiam o abandono do campo da prática política para resguardar o valor da teoria (PALTI, 2010). Se figuras como Fredric Jameson e Perry Anderson optaram pela segunda alternativa, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe preferiram a primeira saída.

"Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical" é a materialização dessa reviravolta que Laclau e Mouffe buscaram realizar no seio de um campo teórico vasto e complexo, provocando reações favoráveis e contrárias, muitas delas inflamadas. Publicado originalmente em 1985, e a despeito do grande impacto que causou em diversas áreas internacionalmente (Ciência Política, Sociologia, Filosofia etc.), passaram-se trinta anos para que chegasse ao alcance do público brasileiro, num projeto de pesquisadores (Joanildo A Burity, Josias de Paula Jr e Aécio Amaral), em pareceria com o CNPq e a Editora Intermeios, para realizar a tradução do original. Nada mais cabível do que dar-lhe sua merecida atenção.

O que os autores da obra fazem não é um rompimento, mas sim um exercício de desconstrução do pensamento marxista nos moldes da obra do filósofo francês Jacques Derrida. Além disso, trazem consigo a influência de Antonio Gramsci, Cornelius Castoriadis, Jacques Lacan e muitos outros na realização dessa desconstrução e criação de bases ontológicas e epistemológicas próprias.

Essa atitude heterodoxa de mesclar escolas clássicas do marxismo com o pós-estruturalismo, a psicanálise lacaniana e análise do discurso foi mais do que o suficiente para que os autores fossem classificados como pós-marxistas (BOUCHER, 2015). De fato, os próprios vieram a adotar o termo nos seus trabalhos, demonstrando que não consideram como uma classificação desprovida de significado ou depreciativa.

No primeiro e no segundo capítulo – "Hegemonia: a genealogia de um conceito" e "Hegemonia: a difícil emergência de uma nova lógica política", respectivamente – Laclau e Mouffe fazem uma genealogia do conceito de hegemonia, perpassando os primeiros momentos da social democracia alemã e russa e do leninismo.

Mesmo tendo aparecido primeiramente nas obras de Kautsky e Rosa Luxemburgo e esteja presente em Lênin, Bernestein e Sorel, é somente na escrita de Antonio Gramsci que a hegemonia traz consigo a centralidade do político. Laclau e Mouffe destacam que o conceito de hegemonia sempre aparece como uma falta histórica, seja de uma liderança de vanguarda ou como liderança para estabelecer um bloco hegemônico (2015, p.57).

Para eles, isto ainda seria próprio do essencialismo marxista que interpretaria o mundo demasiadamente centrado em uma necessidade histórica ou no papel superior da economia em detrimento de todos os outros campos do real, se mostrando então incapaz de dar conta das contingências do social.

É no terceiro capítulo – "Além da positividade do social: antagonismos e hegemonia" – que a dupla apresenta uma nova leitura do conceito de hegemonia com o propósito de superar esse essencialismo; a hegemonia seria uma ação política fruto de uma construção social que aparece quando uma força social singular, e por meio completamente contingentes, assume o papel de representante da totalidade.

Laclau e Mouffe recusam, portanto, a ideia de um grupo ou classe social estar destinado a realizar um processo revolucionário. Não existem garantias de que, num momento de crise, o proletariado da teoria marxista clássica será esse sujeito responsável pela transformação; outros grupos são capazes de, com suas particularidades, atingirem o *status* de representantes hegemônicos de uma totalidade, caso consigam meios de agregar os demais ao seu redor no campo discursivo – terminologia que define a presença do simbólico no social.

É também no terceiro capítulo que os autores apresentam o conceito de antagonismo: para eles a realidade não consiste numa totalidade, já que é algo ininteligível; o que existiram seriam demandas articuladas procurando evitar as situações contingentes inerentes do social.

Daí que toda identidade seria marcada pela presença de algo exterior, um inimigo de fora que unifica sujeitos, o outro a quem o discurso se articula para combater e ganhar terreno. Em suma, Laclau e Mouffe defendem que é necessária a articulação de uma única identidade capaz de representar todas as outras e a presença de um adversário para quem o discurso antagônico é destinado se o objetivo for alcançar a hegemonia política. Slavoj Žižek foi um dos que demonstrou as fragilidades desta argumentação ao considerá-lo componente do que chama de fantasia ideológica (ŽIŽEK, 2017), o que levou Laclau, posteriormente, a repensar suas teorias (1990).

O importante a frisar é que Laclau e Mouffe enxergam nos novos movimentos sociais os possíveis atores capazes de mobilizar as lutas emancipatórias, movimentos estes que teriam sido negligenciados pelos marxistas que se focaram exclusivamente nas questões de classe. Os movimentos feministas, LGBT, movimento negro e ecológico consistiriam num horizonte de possibilidades que garantem um caráter democrático e radical ao questionarem questões morais, de gênero, raça, credo e cultura antes intocados; não seriam, então, atores e causas menores do que a demanda da classe proletária.

Esses movimentos não seriam necessariamente dotados de um papel progressista próprio da esquerda política. Embora tenha demandas democráticas, não se pode esquecer que a teoria de Laclau e Mouffe não garante que existam leis históricas para condicionar o posicionamento dos atores e dos grupos sociais nos cenários de lutas contingentes.

É plenamente possível que a causa ecológica seja captada por um movimento político despótico, desprovido de princípios democráticos, mas que coloque a causa ecológica de manutenção e sustentabilidade do habitat terrestre como prerrogativa inegável, aplicada então por meios autoritários. O mesmo pode ser especulado das demandas dos movimentos feministas caso vejam que suas demandas ganham repercussão dentro do liberalismo, e este passa a lhes render representatividade e ambiente de consumo que antes não possuíam, neutralizando assim seu potencial radical de transformação social. Não há garantias, tudo depende do grupo capaz de melhor articular suas demandas com os demais grupos flutuantes.

Já no último capítulo, que leva o nome de "Democracia Radical e Plural", os autores tentam propor um conjunto de práticas políticas para compor a estratégia socialista e assim restaurar as possibilidades de demandas radicais no campo da esquerda política; embora essas propostas sejam demasiadamente vagas, não constituindo exatamente um projeto político emancipatório de elevado rigor teórico ou algo do gênero.

Laclau e Mouffe realçam o papel inevitável do conflito na política – uma crítica à teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas (2012) e suas premissas de diálogo e consenso para a realização da política – e a necessidade de um novo sujeito distante do liberalismo ou do marxismo clássico, uma espécie de terceira via capaz de nunca se fechar num único sujeito, seja ele o burguês ou o proletário, capaz de se renovar e de enxergar novos caminhos em cenários imprevisíveis.

Embora seja uma obra bastante centrada no mundo anglo-saxão/europeu (o que é curioso, já que Laclau era argentino), "Hegemonia e Estratégia Socialista" é um marco de ousadia que pode nos ajudar a entender um mundo de lutas mais fragmentado e menos maniqueísta, se tornando um clássico da Ciência Política e da Sociologia Política apesar das críticas que recebeu e recebe; sinal de que abriu as portas para um debate que não cessou desde sua publicação e que em muito tem a contribuir, seja no reforço ou na negação de suas teses provocativas.

Referências

BOUCHER, G. Marxismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOBSBAWM, E. Introdução. In HOBSBAWM, E (org). *História do Marxismo Hoje*: primeira parte. Volume XI. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

LACLAU, E. New Reflections on the Revolution of Our Time. Londres: Verso Books, 1990.

PALTI. J. E. *Verdades y saberes del marxismo.* Reacciones de uma tradición política ante su "crisis". Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2010.

ŽIŽEK, S. Interrogando o Real. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Recebido em: 21 de julho de 2018 Aceito em: 15 de agosto de 2018



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018

ISSN: 2317-0352

Da construção do corpo aos significados da dor: antropologia do "risco", do silêncio e da palavra: uma entrevista com David Le Breton

Entrevistadores:

Beatriz Brandão

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-RIO. Professora do departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ). *E-mail:* brandao.beatrizm@gmail.com

Janderson Bax Carneiro

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-RIO. Professor da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios. *E-mail:* jandersonbax@ig.com.br

Tradução

Charlotte Valadier

Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da Pontifica Universidade Católica de Rio de Janeiro (IRI-PUC). *E-mail:* <u>charlotte.valadier@gmail.com</u> David Le Breton é professor de Sociologia e Antropologia da Universidade de Estrasburgo, na França. Seus trabalhos influenciam a produção sociológica e antropológica sobre os estudos acerca do corpo e da corporeidade, além da dor, do silêncio, das condutas de risco, que são alguns dos temas que dialogam nessa esteira que o pesquisador conecta em seus livros. É autor de uma série de obras publicadas na França e traduzidas para várias línguas em todo o mundo. Livros como A sociologia do corpo; Adeus ao corpo; As paixões ordinárias, O sabor do mundo. Uma antropologia dos sentidos; o desaparecer de si. Uma tentaçao contemporanea entre outros, estão entre os títulos traduzidos no Brasil.

Ao longo do seu percurso intelectual, Le Breton já transitou por um múltiplo espectro temático, cuidadosamente desenvolvido em livros como: Corps et sociétés, Anthropologie du corps et modernité, Passions du risque, Des visages, La chair à vif, La sociologie du risque, Anthropologie de la douleur, Du silence, Éloge de la marche, Conduites à risques, La peau et la trace, Le théâtre du monde, e alguns dos títulos mais recentes, como Signes d'identité- tatouages, piercings et autres marques corporelles.

Nesta entrevista concedida em sua cidade de moradia e trabalho, Estrasburgo, David Le Breton trouxe à tona temáticas que entrecruzam o corpo, a dor, as condutas de risco, o silêncio e a fala, interligando suas trajetórias intelectual e pessoal. Revista Café com Sociologia: Professor, muito obrigada por ter aceitado conversar conosco por meio dessa entrevista. Para iniciar, o senhor poderia nos falar sobre a sua trajetória intelectual?

David Le Breton: Quando eu era mais jovem, quando era estudante, estudava ao mesmo tempo psicologia, sociologia e linguística. Era uma época em que a universidade francesa abria muitas portas, pois era possível fazer estudos simultâneos em diferentes campos de pesquisa. Consegui ter o que hoje chamamos de mestrado e logo depois fiz um doutorado em sociologia. Fiz uma pesquisa em antropologia do corpo, sobre a relação entre o corpo e o poder. Mas não segui nem a perspectiva de Michel Foucault, nem a do marxismo.

Desde o início me coloquei na posição de um antropólogo, ao tentar entender as formas de dominação exercidas sobre determinadas pessoas, como as pessoas com deficiências, as pessoas rotuladas "loucas" na psiquiatria ou as mulheres. Naquela época, no início dos anos 80, a sociedade francesa estava numa fase de grande luta pelo feminismo. Também havia um importante movimento antipsiquiátrico. Na minha tese de sociologia, tentei entender como os corpos dessas pessoas eram dominados e, finalmente, privados da própria soberania sobre o mundo.

Meu orientador na tese era Jean Duvignaud. Ele tinha muita relação com a Universidade Federal de Fortaleza. Escreveu muitas vezes sobre Brasil, sobre a festa, sobre candomblé. Não era realmente um etnólogo, mas era um grande amante do Brasil, como eu, e um observador da sociedade brasileira.

Depois da minha tese, fiz uma especialização em psicologia clínica, em psicopatologia, na Universidade de Angers. Obtive o diploma para atuar como psicoterapeuta, mas nunca pratiquei como psicólogo. No entanto, eu tinha uma dupla formação, o que explica porque, em meus livros, uso muitas vezes referências de psicanalistas ou psicólogos. Minha carreira acadêmica começou realmente em 1989, quando fui nomeado maitre de conférences na Universidade de Estrasburgo. Fiquei dois anos em Estrasburgo. Em seguida, fui nomeado professor em Nanterre, em Paris X, onde lecionei por dois ou três anos. Mas como queria absolutamente voltar para Estrasburgo, voltei em 1995. Desde então, sigo ensinando na faculdade de sociologia em Estrasburgo.

Revista Café com Sociologia: Como sabemos, além de ser um dos percursores da sociologia e antropologia do corpo na academia, o senhor aponta, sobretudo, as condutas de risco como uma das temáticas mais potentes de seu processo intelectual, muito atrelada também à sua trajetória pessoal, como já dito pelo senhor em entrevistas anteriores, que se pesquisou muito sobre as condutas de risco é porque as vivenciou quando era mais jovem. Diante de seus trabalhos não só sobre o "risco", mas também sobre a adolescência, como faria a ligação entre seus dois livros: "Condutas de Risco: dos jogos de morte ao jogo de viver" e "Uma breve História da Adolescência"?

David Le Breton: O Brasil desempenhou um papel muito importante, obviamente. Na verdade, eu era muito desconfortável comigo mesmo. Também como estudante, estava sofrendo, me sentia infeliz. Vi alguns de meus amigos desaparecer, por suicídio ou por drogas. Fui embora para o Brasil. Na época, havia a ditadura e tinha a utopia de lutar contra os militares.

Por que o Brasil? Porque tinha o Brasil dentro do meu coração desde muito tempo. Por várias razoes. Pela luta política contra a ditadura, mas também pela Amazônia. Para mim, a Amazônia, encarnava uma forma de desaparição de mim mesmo, uma "ausência de si". De reinvenção de mim. De abandono da pessoa que eu era, com o objetivo de me reconstruir em outro lugar, em um mundo não-ocidental, no mundo ameríndio. Tinha ao mesmo tempo o desejo concreto de me confrontar ao mundo, contra a ditadura, e de não estar mais lá, de não existir mais, ou seja, de não me esforçar mais para ser a pessoa que representava até então.

Peguei um voo para São Paulo. Quase não tinha dinheiro e fiquei lá alguns dias, antes de chegar ao Rio de Janeiro. Rapidamente, conheci algumas pessoas que me contaram que haviam sido torturadas. Esses jovens tinham a minha idade e percebi que o meu percurso não tinha sentido. Ninguém estava me esperando no Brasil, então eu era tão insignificante no Brasil quanto na França. Porque o Brasil não era realmente minha história. Fiquei alguns meses no Rio, dei algumas aulas de francês, mas não era bem pago. Portanto, peguei minha mochila e fui a volta do Brasil, pedindo carona.

Passei por João Pessoa, Natal e São Luís, até chegar em Belém. E lá, peguei o barco para Manaus, descendo o rio por uma semana. Não me sentia bem para nada. Me sentia sem fôlego, no fim de tudo. Media o meu fracasso, já que me dava conta que o Brasil não era o abrigo ou a fuga que eu esperava. Não sabia onde eu estava. Cheguei em Manaus e depois voltei progressivamente ao Rio de Janeiro. E então eu decidi continuar vivendo, terminar e defender a minha tese de sociologia, pois tinha ficado parada até então.

Decidi então me engajar. Não no sentido político, nem em termos de ativismo, mas sim no sentido do que representava para mim a antropologia. Na minha concepção, militar era limitar o mundo. Pensava que o que poderia trazer no nível político era ao contrário de "ilimitar" o mundo, lembrando que nunca estamos limitados por uma cultura. Obviamente somos moldados pela nossa cultura, não podemos nos livrar completamente de todo o condicionamento ou todas as influências que pesam sobre nós. Porém, eu pensava que a antropologia e a sociologia eram ferramentas para se livrar de todas as tensões internas, de todas as alienações sociais e estigmatizações que vivenciamos na vida cotidiana.

Durante toda a minha viagem no Brasil, nunca parei de escrever. Escrevia todos os dias. Escrever era minha salvaguarda, era uma maneira de não morrer, de permanecer vivo. E quando voltei para Tours, terminei de escrever minha primeira novela. Era autobiográfica. Também, publiquei meus primeiros artigos na revista internacional de sociologia. Descobri que ao final meu trabalho

tinha ressonância. As pessoas liam meus livros, os achavam originais e interessantes. Foi uma forma de reconhecimento muito importante para mim.

Fazer uma tese sobre a sociologia do corpo nos anos 80 era paradoxalmente perigoso para os sociólogos, já que o corpo era considerado como algo biológico. Porém, eu estava respondendo a uma curiosidade pessoal. Queria inventar algo novo. Foi muito complicado porque durante anos não conseguia emprego na universidade. Ganhava a vida dando aulas em escolas de enfermagem ou de trabalho social. Mas não tinha status, pois eu era pago por hora. Fui nomeado pela primeira vez como professor em 1989. Passaram oito ou nove anos entre a minha tese de doutorado em sociologia e a minha verdadeira entrada na universidade.

Acho que naquele então, estava tentando entender como tinha conseguido sobreviver a todos esses eventos e a esse episódio brasileiro e a todos os meus comportamentos de risco. Me sentia culpado por ter sobrevivido. E quando consegui ter melhores condições de vida, um salário bom, tive mais tempo para pensar sobre esse período da minha vida. Escrevi então um outro livro, que é muito importante para mim: "Passion du risque"._Foi meu primeiro livro sobre comportamentos de risco, sobre o "mal estar" do adolescente. Meu encontro com Anne-Marie Métailié, minha editora francesa, também foi muito importante para mim. Ela publicou "Passions du risque" e talvez quinze de meus livros. Ela me deu a oportunidade de poder trabalhar em paz, sem preocupação.

É a partir desse momento que começo a trabalhar realmente sobre o "mal de viver" adolescente. Isso me permitiu reparar minha dívida em relação ao "mal estar" que sentia por ter sobrevivido enquanto meus amigos não haviam conseguido e, ao mesmo tempo, contribuir para a prevenção dos comportamentos de risco de nossos jovens. Então, é a partir dos anos 90 que tudo começa. Georges Balandier publica "Antropologie du corps et modernité", na PUF (Presses Universitaires de France), uma coleção de grande prestígio. Este livro foi traduzido e me trouxe algum reconhecimento. Nunca parei de trabalhar no corpo e nos comportamentos de risco dos nossos jovens. Também escrevi "La Peau et la trace", uma antropologia sobre os cortes, que foi traduzido em Belo Horizonte. E também, um outro livro sobre tatuagens.

Revista Café com Sociologia: Quando te perguntamos sobre um tema específico, as suas respostas sempre conectam todos os temas. Aí vem a pergunta: risco, desaparecimento, corpo, emoção, paixão, sentidos, silêncio, dor, cicatrizes, tatuagens, adolescência, como o senhor conecta esses temas tão fortes em si mesmo? Qual(s) o fio(s) principal(is) que os ligam em seus trabalhos?

David Le Breton: Eu acho que o primeiro vínculo é obviamente uma ligação autobiográfica. Porque todas as nossas teses, os nossos livros são autobiografias disfarçadas, a não ser que você seja uma pessoa muito acadêmica que só escreve para fazer uma carreira. Nós escrevemos porque somos tocados por eventos externos. Então, tudo se conecta efetivamente. Nos comportamentos de risco, o adolescente coloca seu corpo em perigo, se arranha, faz uso de drogas e do álcool, ou através de

anorexia e outros distúrbios alimentares. É uma maneira de atingir o corpo, de quebrar ou danificar algo do corpo, enquanto continua a viver.

Portanto, há uma ligação muito estreita entre a antropologia do corpo e a antropologia da adolescência, centrada no comportamento de risco. A dor ainda está sempre presente, porque quando você corta a sua pele te machuca, mas ao mesmo tempo é uma dor que te protege, porque permite tapar o sofrimento que você está enfrentando. É uma espécie de homeopatia simbólica: a luta contra o sofrimento na vida, para a qual não temos controle, é transformada em uma dor que podemos controlar. Portanto, a ideia de recuperar o controle é crucial em todos os comportamentos de risco. A dor é, portanto, sempre extremamente presente.

O que também me levou a refletir sobre a antropologia da dor e assim escrever três livros sucessivos sobre a dor é que sabia que, paradoxalmente, a dor podia não fazer dano. Como já havia praticado muito atletismo quando era mais jovem, sabia que nos esportes, por exemplo, podemos nos machucar, mas é uma dor que não induz a nenhum sofrimento. Porque quando você consegue vencer ou quando você passa em uma prova, você está no prazer, na felicidade de ter conseguido. Então, eu queria entender esse mistério da dor, de um ponto de vista antropológico. Por que existem dores que destroem completamente as pessoas e por que existem, pelo contrário, dores que nos constroem, nos ajudam a amadurecer?

Meu primeiro livro sobre o assunto foi "Anthropologie de la douleur". Tentei refletir sobre a construção social e cultural da dor e sobre como cada indivíduo se apropria da sua própria cultura, através de sua própria história. A dor sentida tem a ver com uma cultura, mas ao mesmo tempo é uma dor própria.

No meu segundo livro, "Expérience de la douleur", analisei diferentes experiências de dor, para mostrar que o que produz o sofrimento é sempre um "significado". Toda dor é significado. Por exemplo, quando enfrentamos a dor de um câncer ou um acidente, é uma violência que se impõe a nós, já que não a escolhemos. Pelo contrário, quando você pratica esportes e se machuca, ou se você é um artista do corpo (*body artist*), que se rasga com suas performances, você não sente absolutamente nenhuma dor, porque você controla constantemente o que você está fazendo. Quando os adolescentes se cortam, ainda é outro regime da dor, porque o mecanismo é contrário: recorrer à dor para não sofrer mais.

Estudei outras experiências, como o sadomasoquismo, quando homens e mulheres experimentam orgasmos sexuais apenas sendo chicoteados, feridos, cortados etc. Há uma transformação da dor em prazer.

Examinei também outros enigmas, que são ao mesmo tempo antropologicamente fascinantes e trágicos ao nível da humanidade, como os moradores de rua. São pessoas que muitas vezes se recusam a procurar tratamento. Apesar de terem muitas patologias, os moradores de rua recusam os cuidados. Devemos concluir que essas pessoas têm uma resistência absolutamente excepcional diante da dor? Obviamente não.

Nas histórias de vida desses homens e mulheres que estão na rua por muito tempo há um sofrimento que os impede de sentir a dor física. São pessoas que desinvestem seus corpos. Não há mais narcisismo na relação com seus corpos. Os psicanalistas falam de uma forma de "clivagem", quando alguém se distingue da sua própria pessoa. Aqui, neste caso, se trata de se desfazer do próprio corpo. Essas pessoas são tão esmagadas pelo sofrimento que não sentem mais dor, não se importam. Porém, quando são hospitalizados e curadas, aos poucos, vão recomeçar a sentir dor, porque nós recomeçamos a investi-las como pessoas dignas. Reconhecemos novamente elas como nossos semelhantes. E nesse momento que eles voltam a se sentir vivos, dignos para reinvestir em seus corpos. E reinvestindo seu corpo, "renarcisando" seus corpos, vão ter dor novamente.

No meu livro "Expériences de la douleur", tentei entender como o significado pode ampliar de forma infinita uma dor ou, pelo contrário, neutralizá-la completamente. É o caso na hipnose, quando você faz alguém que sente acreditar que está maravilhosamente bem, ao agir apenas no significado.

No meu livro "Tenir. Douleur chronique et Réinvention de soi", tentei construir uma antropologia da dor crônica, estudando pessoas que têm dores durante meses ou anos, para as quais a medicina é impotente para tratar. Eu queria entender como essas pessoas resistem ao sofrimento e quais são seus arranjos para continuar vivendo nesse estado.

Por fim, "Le silence" é muito mais autobiográfico. Estou muito ligado a este livro porque sou uma pessoa muito silenciosa, prefiro ouvir as pessoas do que falar. Escrevi também "Marcher. Eloge des chemins et de la lenteur" o "Eloge de la marche" porque eu sou um grande caminhante e para mim é importante andar, pensar, respirar, encontrar o seu lugar no cosmos, no mundo.

Revista Café com Sociologia: Do ponto de vista metodológico, quais seriam as questões indispensáveis para uma pesquisa etnográfica antropológica que tenha como fio condutor o domínio das emoções?

David Le Breton: Eu acho que certas pesquisas prestam-se a entrevistas, à observação participante. Foi o caso das minhas pesquisas sobre a dor, as tatuagens, as condutas de risco. Mas para outros dos meus livros, sobre o silêncio ou as percepções sensoriais por exemplo, não havia possibilidade para entrevistas. Porque se eu tivesse que fazer entrevistas sobre o silêncio ou as percepções sensoriais, teria muita dificuldade em escolher com quais pessoas trabalhar. Porque é muito difícil dar uma definição antropológica da alegria, da tristeza ou da melancolia. Pode a alegria existir de um ponto de vista universal? Eu não podia começar com a ideia de que percepções sensoriais ou emoções são óbvias. Como antropólogo, tive que me perguntar primeiro: "O que é uma emoção?". "As emoções são universais?"

Em "Antropologie du corps et modernité", queria mostrar que o corpo não existe. Que a palavra "corpo" não existe em outras línguas, em outras culturas e que, ao final, muitas das representações do corpo não são representações do corpo, mas representações da pessoa. Estava em

um processo de desconstrução. Eu sou um pouco desconstrutivista no meu trabalho como antropólogo. Ou seja, considero que as emoções não existem e que tenho que desconstruir as representações sociais que permeiam nossas percepções sensoriais e nossas emoções.

Na verdade, queria mostrar que a emoção é um significado. Não há emoção no absoluto. Por isso sou muito crítico com a abordagem biológica. A biologia nunca me interessou e nunca me interessará. O que importa é o que os atores, no sentido do interacionismo simbólico, fazem do mundo que os rodeia. Parto do pressuposto de que a realidade não existe. Existem apenas interpretações do mundo. Tudo é interpretação. Então, nosso trabalho como antropólogo é entrevistar pessoas, perguntar para elas como se sentem em uma determinada situação. É exatamente por isso que fazemos entrevistas, sabemos que as pessoas não sentem da mesma forma e ao mesmo tempo, tentamos identificar tendências.

Então, eu explorei as emoções e as percepções sensoriais pensando que eram perguntas, em vez de respostas que a biologia ou Darwin teriam dado. Para mim, não existem emoções universais ou naturais. Não vemos as mesmas cores. Meu livro mostra, por exemplo, que para ver a cor "vermelho", temos que ter aprendido que o vermelho existe. Existem sociedades onde existem apenas duas ou quatro cores. Na Nova Zelândia, por exemplo, entre os maoris, há várias centenas de palavras para descrever o vermelho. Para os inuítes do extremo norte, há cerca de cem palavras para designar o branco. Isso é lógico, porque é o mundo do gelo. Então você tem que distinguir nuances ínfimas da cor branca, para saber quando uma tempestade está se aproximando ou quando ao contrário, não há perigo.

O que parece uma evidência biológica não o é por nada. É um imenso processo de educação que faz você aprender a discernir cores, gostos, sons, perfumes etc. Os códigos são diferentes. Existem sociedades que estão muito focadas na olfação, onde você sente o mundo muito mais do que você o vê. Nós, o mundo ocidental, somos sociedades visuais, o mundo da aparência. Quando perguntamos a alguém sobre a sua visão do mundo, usamos uma metáfora visual. Enquanto para outras sociedades, onde a audição ou o olfato são os sentidos privilegiados, deveríamos perguntar "Qual é o seu olfato ou a sua audição do mundo?". Então, quando falamos de visão do mundo, isso é um etnocentrismo, porque os forçamos a entrar em um sistema de interpretação que é codificado pela hierarquia de significados típica das sociedades ocidentais. Para as emoções, é exatamente o mesmo. O luto, a morte de alguém pode ser vivenciado como uma alegria ou uma tragédia, de acordo com os contextos sociais e culturais.

O que é importante de se perguntar é o que um indivíduo está fazendo com as influências que pesam sobre ele? Nós não somos a nossa cultura, somos o que fazemos com a nossa cultura. É uma abordagem interacionista. Não quero dizer que a cultura não existe, mas o que importa é o que fazemos com a educação que recebemos.

Revista Café com Sociologia: Nesse olhar Brasil-França, o senhor consegue ver algumas diferenças entre os dois países em relação a essa desconfiança que pesa sobre o corpo?

David Le Breton: No meu livro "L'adieu au corps" (traduzido no Brasil) expliquei que o que me interessava eram as representações negativas e hostis do corpo em nossas sociedades. "L'adieu au corps" é um livro antigo, porém ainda é muito atual. Analisei as premissas do discurso transhumanista de alguns cientistas norte-americanos, puritanos, que pensam que o corpo é absolutamente desprezível e deve, portanto, ser controlado.

Eu considero que existe na relação com o corpo da nossa sociedade uma pluralidade infinita. A grande maioria de nossos contemporâneos se sente muito bem em seus próprios corpos, em suas vidas. Em geral, os caminhantes gostam de viver, estão ouvindo o mundo, estão na sensorialidade do mundo. Acho também que muitas pessoas envelhecem muito bem, estão felizes em envelhecer. Então eu acho que é muito mais ambivalente, e eu insisto nisso com os alunos, para lembrá-los de que não existe um corpo, mas inúmeros corpos no mundo hoje. O trabalho dos sociólogos é o de entender a pluralidade desses corpos, a heterogeneidade dos mundos que acolhem esses corpos.

Se estudamos o trans-humanismo, estamos necessariamente do lado do ódio do corpo, porque para os transumanistas, o obstáculo fundamental à imortalidade, à saúde perfeita, é o próprio corpo. Para eles, o corpo é o lugar de todos os males, de todas as fragilidades da condição humana. Portanto, a grande tese trans-humanista é: se suprimirmos o corpo, suprimimos a doença e a morte e assim seremos absolutamente imortais. E isso através do "download" da mente em qualquer máquina ou com as próteses, os chips e assim por diante.

O eixo da minha pesquisa em "L'adieu au corps" é a ideia de que, no mundo de hoje, para amar o próprio corpo, é preciso transformá-lo, através de tatuagens, cirurgias estéticas, dietas, etc. Como se houvesse um imperativo protestante para mudar seu próprio corpo. Estamos na ética protestante em todo o seu esplendor. Eu tenho que ganhar meu corpo, eu tenho que trabalhar a aparência do meu corpo. As pessoas obesas são, portanto, consideradas irresponsáveis. Elas se descuidam, se abandonam, se entregam, o que é considerado o pior para a ética protestante que defende o auto-controle.

A diferença Brasil-França é muito importante. Na cultura costeira brasileira e especialmente no Rio de Janeiro, há uma incrível liberdade do corpo. O que me toca toda vez que estou lá é ver homens barrigudos sem camisa, que parecem orgulhosos de si mesmos. Ou mulheres de 70 ou 80 anos que usam shorts ou saias curtas e se orgulham do próprio corpo. Na praia de Copacabana, você pode ver garotas absolutamente lindas com biquínis de fio dental e com corpos esculpidos, ao lado de outras mulheres mais velhas, de todas as formas e cores, que se aceitam como são. Bom, sempre tem ambivalência, eu sei que o Brasil é um dos países onde a cirurgia estética é generalizada. Mas ainda assim, quando você anda pelo Rio, você tem uma sensação de liberdade que não tem na França,

na Itália ou na Espanha. A liberdade do corpo no Brasil é muito maior, é uma forma de reconciliação com o corpo, de despreocupação com o olhar dos outros.

Revista Café com Sociologia: O silêncio é caro para o senhor, como já deixou claro em seus livros, seus objetos de interesse e em sua maneira de vivência. Diante dos dilemas de pesquisa, principalmente a etnográfica, na qual a voz é cada vez mais acentuada em sua importância, valor e ação, como interpreta e equaciona a presença-ausência, a voz e silêncio dentro do fazer antropológico? Há um limite entre quando ouvir a voz ou o silêncio?

David Le Breton: A voz é um assunto muito bonito. Escrevi um livro sobre a antropologia da voz, "Eclats de voix. Une anthropologie des voix". Para mim, a voz e o rosto são os dois lugares mais importantes do sentimento de identidade. De fato, não há pesquisa em ciências sociais sem recorrer à voz, e ao mesmo tempo, sem recorrer ao silêncio. Porque quando você está observando, está numa posição silenciosa, do olhar. E mesmo quando falamos, não estamos necessariamente na conversa ou no barulho. Há alguma forma de silêncio na voz.

Em uma pesquisa etnográfica, quando estamos diante de uma pessoa que entrevistamos, às vezes ficamos em silêncio porque não sabemos mais o que dizer. Às vezes a pessoa diz algo muito surpreendente. Portanto, você deve pensar em como não perder este tempo precioso em que você tem acesso a significados originais. Por isso você tem que ficar quieto por alguns segundos. Eu acho que o silêncio e a palavra para alimentar uma reflexão válida devem estar em uma relação dialética e no respeito e reconhecimento do outro. Portanto, não tem que interromper ou roubar a fala do outro. De certa forma, devemos ser cautelosos com o bate-papo, o falar para falar, que eu não suporto absolutamente. Mas também com o calar demais. Quando fazemos uma entrevista, temos que entrar no ritmo do outro, sem violência. Se ele é uma pessoa muito quieta, como por exemplo um refugiado que possa ter sofrido traumas e estar lembrando momentos muito difíceis da sua trajetória, o pesquisador deve sempre respeitar seu silêncio. Se você insiste, você faz violência. E a pessoa irá responder de forma muito rápida, sem real interesse.

Existem outros pesquisadores que trabalham nos sistemas da conversa. Eles são etnolinguísticos, pois estudam a palavra em diferentes sociedades. Li algumas obras norte-americanas sobre as populações ameríndias, que mostram como os Apaches são populações incrivelmente silenciosas. Se você fizer uma pergunta para um Apache, ele pode demorar quinze minutos para responder. Isso é impensável no nosso sistema de pensamento ocidental. Muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre a ritualização muito silencioso da palavra.

No meu livro, uso referências de etnólogos que trabalharam sobre o extremo norte da Europa, e que ficaram desconcertados com o fato de que não há necessidade de falar para garantir o encontro. Ou seja, o "estar juntos" é suficiente. Na Suécia ou na Finlândia, o regime de fala é muito

lento. Falam pouco. E quanto mais você desce para o Mediterrâneo, mais rápido as pessoas falam. Por exemplo, na Itália, na Sicília, em Marraquexe ou em Argel, a palavra deve circular.

Revista Café com Sociologia: O senhor tocou na questão dos refugiados, em como pode ser diferente a forma como eles silenciam. É um silencio que grita demais? Existem vários silêncios como o senhor mesmo diz, por isso, nos intriga, e nos questionamos sobre os silêncios que têm mais voz que as vozes cheias.

David Le Breton: Da mesma forma que o corpo ou a dor, há uma polissemia do silêncio. No meu livro sobre o silêncio, mostro que em todas as sociedades humanas existe uma ritualização da fala, o que implica um tempo de silêncio, mais ou menos importante segundo as sociedades. No entanto, há outras circunstâncias em que o silêncio é uma tragédia pessoal. Nos momentos em que a dor é experimentada, o grito impede a palavra. É o caso de sobreviventes da Shoah, de genocídio, de estupro ou outros dramas pessoais, que são incapazes de falar. A pessoa não consegue mais falar.

A fala é a ancoragem fundamental na dimensão do significado. Quando uma pessoa experimenta uma tragédia pessoal, há uma espécie de erradicação do significado. A fala não funciona mais, pois deve ser reinventada. Por exemplo, há uma grande dificuldade de falar sobre os campos da morte. Também, muitos homens e mulheres que foram estuprados têm dificuldade em recuperar a palavra e ou em se expressar. De alguma forma, há um grito murado, bloqueado, tapado dentro de você. Acontece a mesma coisa no autismo ou na psicose, há algo indizível. Não há mais palavras para dizer, então nos calamos. Porque sabemos que a palavra é insignificante frente à amplitude e magnitude do sofrimento. A palavra não consegue conter o significado do sofrimento. Portanto, há uma falha, um fracasso da linguagem.

É o que vários refugiados vivenciam. Eles contam às vezes histórias, de uma forma bastante imaginativa, porque a tragédia é tal que as suas memórias foram danificadas. Eles não sabem se viram realmente o pai morto, não sabem mais qual é a parte da fantasia e qual é a parte da realidade. Outros vão inventar histórias para conseguir o status de refugiado, e assim obter uma proteção legal. Outros, pelo contrário, experimentaram um grande sofrimento e não conseguem expressar bem como se sentem.

Há também o problema da língua, e precisam recorrer a tradutores. Mas como traduzir o horror que você vivenciou na sua história pessoal? Como traduzir para outra língua o que você experimentou, quando já é impossível dizer na sua própria língua? Há inumeráveis desperdícios, de modo que o silêncio prevalece. Os silêncios desses refugiados são, de fato, gritos. Há algo que não pode ser traduzido.

O trauma do ponto de vista clínico é precisamente o que permanece em torno do indizível. O trauma te arranca a ti mesmo. Isso faz com que você não seja exatamente a mesma pessoa antes e

Revista Café com Sociologia | v.7, n.2| pp. 88-98 | mai./jul., 2018 | ISSN: 2317-0352

depois. Há algo quebrado temporariamente. E aqui encontramos a capacidade de resistência ou

resiliência, a capacidade de se reconstruir. Às vezes, essas pessoas até vivem no presente de maneira

muito mais intensa e mais bonita do que antes do trauma. Conseguem transformar a desgraça em

uma sorte. Este é o caso de músicos, comediantes ou escritores como Primo Levi, que se tornaram

grandes artistas depois de experimentar o horror absoluto. Eles conseguiram se recuperar, onde

outros afundaram.

Qual é a parte de combatividade e qual é a parte de resistência que se integram na nossa

vida para poder se extrair do sofrimento, para poder aguentar a dor? Quando somos devastados pela

dor crônica, como fazemos para aguentar, para nos agarrar à vida? Como fazemos para não morrer

quando vemos os nossos familiares torturados, estuprados ou assassinados? Como conseguimos nos

reconstruir?

O etnólogo não está preocupado com as histórias das pessoas. A sua historia è bem diferente.

Então, como você pode contar a sua história pessoal para alguém que está fazendo um trabalho de

tese para a universidade? A ambiguidade fundamental é que os pesquisadores são pagos, enquanto os

refugiados vivem em uma situação de precariedade absoluta. Como tornar essa ambiguidade

fundamental em um recurso para a pesquisa, em vez de um obstáculo? Isso é muito difícil.

Recebido em: 02 de ago.2018

Aceito em: 29 de ago. 2018